



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 664/94

PRIORIDADE	
Entrada	Comissão
22/09/94	CCJR
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	

ASSUNTO:

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

DESPACHO: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO.

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em 22 de SETEMBRO de 1994

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Afurício Nayan em 19/10/94

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (DEV-18/01/95)

Ao Sr. Deputado Maurício Nayan em 21/10/95

O Presidente da Comissão de Const. e Justiça

Ao Sr. Deputado José Genildo (VISTA) em 15/03/95

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

Ao Sr. DEPUTADO PEDRO WILSON em 11/04/1995

O Presidente da Comissão de DIREITOS HUMANOS (AUDIÊNCIA) Vilmarino Miranda

Ao Sr. Deputado Maurício Nayan em 22/2/1995

O Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (dev. 31/08/95)

Ao Sr. Deputado Régis de Oliveira (Redistribuição) em 19

O Presidente da Comissão de Const. e Justiça

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 4716 DE 1994

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 664/94



Define os crimes de tortura e dá outras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

GER 8.21.01.007-8 (MAI/93)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, a prestar informação, declaração ou confissão a ser utilizada em investigação, inquérito policial, administrativo ou processo judicial;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, com o objetivo de aplicar-lhe castigo pessoal, medida de caráter preventivo ou pena.

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico ou mental ou risco acentuado à saúde da vítima;

II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Se dos fatos previstos neste artigo resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos; se resulta morte, é de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos.

§ 3º As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, ou está no exercício de função pública, e pratica o crime prevalecendo-se do cargo ou função.

Art. 2º O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.

Art. 3º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.



Fl. 2 do projeto de lei que "Define os crimes de tortura e dá outras providências".

Art. 4º Não serão considerados como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,



Mensagem nº 664

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto do projeto de lei que "Define os crimes de tortura e dá outras providências".

Brasília, 22 de agosto de 1994.

MJ/EM Nº 385

Em 12 de AGOSTO de 1994.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Projeto de Lei, que tem por finalidade, assegurando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), realizar a tipificação dos crimes de tortura e dar outras providências.

2. A tipificação dos crimes definidos neste Projeto significa uma evolução no ordenamento penal brasileiro. Relativamente ao crime de tortura, reafirmam-se os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Convenção de Cartagena, de 9 de dezembro de 1985, promulgada pelo Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelos Estados-Partes, para a prevenção e punição dos crimes de tortura, e na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.

3. As tradições humanitárias do povo brasileiro e a consciência de que os atos de tal natureza merecem o repúdio geral recomendam a imediata adoção de medida legislativa interna disciplinando assuntos de tamanha relevância.

4. Para tanto, este Projeto objetiva fornecer à Justiça instrumento legal de incriminação, mediante acompanhamento processual especial e transparente, de modo a reprimir prática tão repugnante, que, pela inexistência de lei tipificadora, graçou foros de absoluta impunidade no nosso meio social.

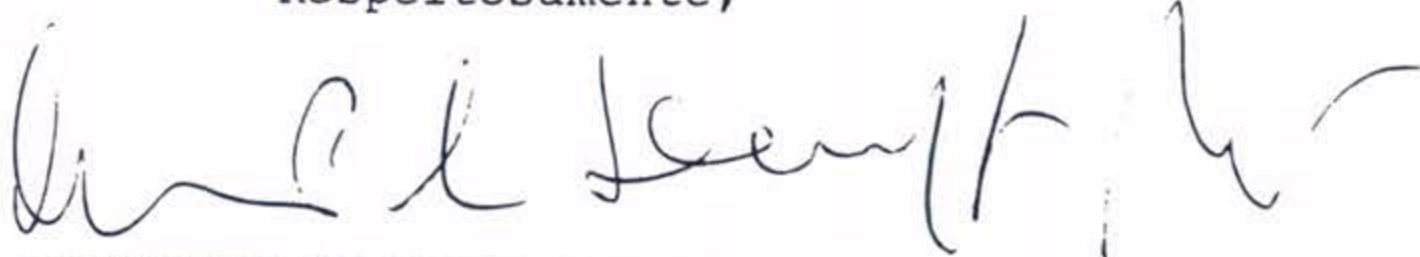
5. Ademais, é certo que a Constituição em vigor dispõe que a lei "...considerará crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura" (art. 5º, inciso XLIII). E, exatamente, para fazer observar esse preceito, é que foi elaborado este Projeto com o fim de tipificar e estabelecer as penas correspondentes para a execrável prática da tortura.

509
"Fl. 02 da EM nº 382, de 12 / 08 / 94, do Ministério da Justiça."

6. Considerando, pois, a importância da matéria, há especial interesse deste Ministério em sua rápida aprovação, pelo que permito-me a sugerir a Vossa Excelência a utilização da faculdade concedida pelo § 1º do artigo 64 da Constituição Federal, com a remessa de mensagem ao Congresso Nacional solicitando urgência na apreciação deste Projeto.

7. Cabe finalmente esclarecer que a presente sugestão foi elaborada e proposta pela gestão precedente. Seu encaminhamento, nesta oportunidade, deve-se a uma necessária atualização de conteúdo, em virtude de fatos sociais relevantes.

Respeitosamente,



ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS
Ministro de Estado da Justiça




Aviso nº 1.836 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 22 de agosto de 1994.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, relativa a projeto de lei que "Define os crimes de tortura e dá outras providências".

Atenciosamente,

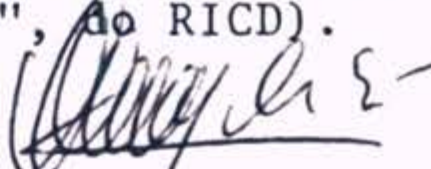

HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Defiro, para que se realizem estudos destinados ao fornecimento de subsídios às Comissões competentes (art. 24, XIII c/c art. 32, XVI, "d" e "e", do RICD).
Em 31 / 03 / 95.


PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 01/95

A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS vem perante Vossa Excelência, nos termos regimentais, requerer a manifestação desta Comissão nos seguintes Projetos de Lei:

- Projeto de Lei nº 4.715/94 - do Poder Executivo - Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional de Direitos Humanos e dá outras providências.

- Projeto de Lei nº 4.716/94 - do Poder Executivo - Define os crimes de tortura e dá outras providências.

No PL 4 715/94, a Comissão discutirá sugestões no referente à indicação de que trata o § 1º do art. 3º do referido projeto, bem como oferecerá subsídios às Comissões para as quais a matéria foi distribuída, no que diz respeito às prerrogativas do Conselho contidas no art. 4º do PL.

No PL 4.716/94, a matéria a ser discutida no âmbito desta Comissão diz respeito à definição do crime de tortura estabelecida no art. 1º. Este tópico já vem sendo debatido pela Comissão no Ofício 341-S/95 enviado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente Deputado Luiz Eduardo, cujo Relator é o Dep. Roberto Valadão (PMDB-ES).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Esclarecemos a V.Exa., que a manifestação requerida vem ao encontro às prerrogativas constantes da Res . nº 80/95 que criou a Comissão de Direitos Humanos, e visa estimular o debate que esta Comissão, juntamente com as demais Comissões da Casa, poderão realizar a respeito desse tema de grande relevância para a sociedade brasileira.

Neste Termos

Pede Deferimento.

Brasília, 29 de março de 1995

DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA
PRESIDENTE



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI NO 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá
outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

I - RELATÓRIO

Visa o projeto de lei 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, definir o crime de tortura.

Independente deste projeto, já havia na Câmara oito projetos definindo o crime de tortura. Embora não formalmente anexados, houvemos por bem considerá-los para a elaboração do presente parecer.

Dentre os projetos em tramitação, o mais importante é o 4783/90, do Executivo, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Nele se considera a tortura como um crime contra a humanidade, ao lado do terrorismo, do genocídio e do desaparecimento de pessoas.

Com o mesmo objetivo de substituir globalmente a Lei de Segurança Nacional, há o projeto 2.462/91, do deputado Hélio Bicudo, que igualmente inclui a tortura no capítulo dos crimes contra a humanidade.

Os demais seis projetos têm conteúdo menos abrangente.

O 2423/89, do Senado, define os crimes de tortura e terrorismo.

O 3935/89, também do Senado, estabelece a nulidade das provas obtidas mediante tortura.

O 837/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o 1.035/91, do deputado Vivaldo Barbosa, e o 2464/91, do deputado Hélio Bicudo, tratam exclusivamente do crime de tortura.

O 2.077/91, do deputado Pedro Correa, define as penas cruéis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este conjunto de oito projetos já recebeu parecer das Comissões de Meio Ambiente, Consumidor e Minorias e de Defesa Nacional, cujos relatores foram os deputados Fábio Feldmann e Roberto Magalhães, respectivamente. Estão na Comissão de Justiça desde 19/4/95.

II - VOTO DO RELATOR

"Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nenhuma prática causa maior repulsa à consciência humana que a tortura. Por desafiar os limites da crueldade, a mera descrição de seus métodos já causa um horror tal que a maioria das pessoas sente náuseas e não consegue ler, ouvir ou ver relatos prolongados de torturas. Em respeito aos que vierem a ler este parecer, deixaremos de apresentar estas descrições.

Pela vergonha que representa para todo o gênero humano, a tortura tem sido objeto de tratamento sistemático pela Organização das Nações Unidas desde sua criação. O auge deste trabalho de banimento da tortura foi a aprovação pela Assembleia Geral da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 10 de dezembro de 1984. Em 1985, a Comissão de Direitos Humanos designou um Relator Especial encarregado de elaborar um quadro abrangente da prática da tortura no mundo. Para monitorar a implementação da convenção, foi criado em 1988 o Comitê contra a Tortura, composto por 10 especialistas em direitos humanos. Desde 1981 funciona o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

Também no âmbito regional foi estabelecida uma convenção contra a tortura. Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985.

Além destas convenções específicas, a tortura é condenada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966 (art. 7º) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 5º).

Todas as convenções supra-citadas foram devidamente ratificadas pelo Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A própria Constituição Federal repudia a tortura em mais de uma ocasião:

"Art. 5º

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."

XLVII - não haverá penas:
e) cruéis."

Apesar de todas estas solenes manifestações de repúdio, a tortura continua a ser praticada regularmente pelos órgãos policiais brasileiros. Tal situação é reconhecida oficialmente pelo governo, conforme o relatório apresentado em 1994 ao Comitê dos Direitos Humanos, como obrigação decorrente dos Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Segundo o relatório:

"A tortura de suspeitos de crimes nos distritos policiais continua matéria problemática no Brasil, apesar dos avanços legais recentes. Continuam a verificar-se casos de prática de tortura para extrair informações, confissões forçadas, para a prática de extorsão ou como forma de punição" (pag. 47).

Embora a tortura não seja exclusividade das instituições policiais, é sabido que sua prática mais generalizada ocorre nas delegacias, com vistas à obtenção de confissões de suspeitos e delação de comparsas. A sobrevivência desta prática representa uma herança dos processos da Inquisição, nos quais se presumia a culpa a partir de qualquer denúncia ou suspeita. A superação deste sistema brutal de investigação só veio a ocorrer a partir dos manifestos de iluministas como Beccaria e Verri. Tais ideais humanitários levam, no entanto, séculos até que sejam plenamente incorporados às instituições e às práticas sociais.

Por ser intrinsecamente degradante, não se admite a tortura mesmo como pena para os regularmente condenados. Seu uso na investigação criminal representa uma injustiça ainda maior, pois incide igualmente sobre culpados e inocentes. A distorção resultante é brutal, pois é a capacidade física e psicológica de cidadãos honestos tende a ser muito mais frágil que a de delinquentes experientes. Diante dos terríveis sofrimentos a que ficam sujeitos, os "suspeitos" confessam quaisquer crimes que se lhes exija. A agravar esta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Situação está o fato de que se desenvolveram uma série de técnicas de tortura que não deixam vestígio no corpo da vítima, o que dificulta tanto a punição dos responsáveis, como a desconstituição da suposta confissão. O número de condenações de inocentes baseadas em "confissões" obtidas mediante tortura é inestimável, comprometendo a respeitabilidade de todo o sistema penal do país.

Não há exagero em comparar a criminalização da tortura à própria abolição da escravatura. Em ambos os casos trata-se de um salto gigantesco na direção dos direitos humanos, sem o qual não poderá o país se apresentar como civilizado no concerto das nações.

Na ausência de tipificação específica para a tortura, tem-se procurado enquadrar estas práticas nos crimes de lesões corporais ou de maus-tratos, cujas penas básicas são irrisórias (detenção de três meses a um ano e de dois meses a um ano, respectivamente).

Há diferenças significativas entre as definições, qualificadoras e penas estabelecidas nos diversos projetos já apresentados. Procurou-se incorporar a contribuição não apenas do projeto do executivo, mas de todos os demais projetos, razão pela qual concluímos pela apresentação não apenas de emendas, mas de um substitutivo.

Visando facilitar sua repressão, estabeleceu-se um tipo simples e direto, que descreve tão somente a conduta propriamente dita, independente da finalidade ou da intenção do agente. Procurou-se, por outro lado, evitar um conceito excessivamente amplo, que resultaria em sua banalização e confusão com outros tipos penais já existentes. Ao lado desta definição concisa, acrescentaram-se algumas condutas equiparadas, a fim de que não pudesse restar qualquer dúvida quanto ao seu enquadramento no tipo básico.

Buscou-se reprimir a tortura com uma pena básica proporcional à gravidade do delito, prevendo ainda uma série de agravantes conforme a qualidade do agente e a lesão resultante.

Nestes termos, concluímos pela apresentação do substitutivo, em anexo:

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1995


Deputado PEDRO WILSON
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido por qualquer meio a capacidade de resistência, a sofrimento físico, psíquico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. A tortura também será caracterizada:

I - em procedimento investigatório, policial, administrativo ou no curso de ação judicial, com vistas à obtenção de provas ou informações de qualquer natureza;

II - para obtenção de vantagem de natureza econômica, fiscal, funcional ou política;

III - para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

IV - para traduzir discriminação de qualquer natureza;

§ 2º. Na mesma pena incorre quem:

I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico, mental ou moral ou risco acentuado à saúde da vítima;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de caráter preventivo ou de segurança a sofrimento físico, mental ou moral, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 3º. Se dos fatos previstos neste artigo resulta:

I - incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias; perigo de vida; debilidade permanente de membros, sentido ou função; aceleração de parto:

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

II - incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

III - morte;

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. O cumprimento de diretriz, orientação ou ordem superior não exime da responsabilidade.

Art. 2º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

Art. 3º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

Art. 4º. O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 5º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 6º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1995.


Deputado PEDRO WILSON
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI NO 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

I - RELATÓRIO

Visa o projeto de lei 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, definir o crime de tortura.

Independente deste projeto, já havia na Câmara oito projetos definindo o crime de tortura. Embora não formalmente anexados, houvemos por bem considerá-los para a elaboração do presente parecer.

Dentre os projetos em tramitação, o mais importante é o 4783/90, do Executivo, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Nele se considera a tortura como um crime contra a humanidade, ao lado do terrorismo, do genocídio e do desaparecimento de pessoas.

Com o mesmo objetivo de substituir globalmente a Lei de Segurança Nacional, há o projeto 2.462/91, do deputado Hélio Bicudo, que igualmente inclui a tortura no capítulo dos crimes contra a humanidade.

Os demais seis projetos têm conteúdo menos abrangente.

O 2423/89, do Senado, define os crimes de tortura e terrorismo.

O 3935/89, também do Senado, estabelece a nulidade das provas obtidas mediante tortura.

O 837/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o 1.035/91, do deputado Vivaldo Barbosa, e o 2464/91, do deputado Hélio Bicudo, tratam exclusivamente do crime de tortura.

O 2.077/91, do deputado Pedro Correa, define as penas cruéis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este conjunto de oito projetos já recebeu parecer das Comissões de Meio Ambiente, Consumidor e Minorias e de Defesa Nacional, cujos relatores foram os deputados Fábio Feldmann e Roberto Magalhães, respectivamente. Estão na Comissão de Justiça desde 19/4/95.

II - VOTO DO RELATOR

"Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nenhuma prática causa maior repulsa à consciência humana que a tortura. Por desafiar os limites da crueldade, a mera descrição de seus métodos já causa um horror tal que a maioria das pessoas sente náuseas e não consegue ler, ouvir ou ver relatos prolongados de torturas. Em respeito aos que vierem a ler este parecer, deixaremos de apresentar estas descrições.

Pela vergonha que representa para todo o gênero humano, a tortura tem sido objeto de tratamento sistemático pela Organização das Nações Unidas desde sua criação. O auge deste trabalho de banimento da tortura foi a aprovação pela Assembleia Geral da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 10 de dezembro de 1984. Em 1985, a Comissão de Direitos Humanos designou um Relator Especial encarregado de elaborar um quadro abrangente da prática da tortura no mundo. Para monitorar a implementação da convenção, foi criado em 1988 o Comitê contra a Tortura, composto por 10 especialistas em direitos humanos. Desde 1981 funciona o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

Também no âmbito regional foi estabelecida uma convenção contra a tortura. Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985.

Além destas convenções específicas, a tortura é condenada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966 (art. 7º) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 5º).

Todas as convenções supra-citadas foram devidamente ratificadas pelo Brasil.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A própria Constituição Federal repudia a tortura em mais de uma ocasião:

"Art. 5º

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."

XLVII - não haverá penas:
e) cruéis."

Apesar de todas estas solenes manifestações de repúdio, a tortura continua a ser praticada regularmente pelos órgãos policiais brasileiros. Tal situação é reconhecida oficialmente pelo governo, conforme o relatório apresentado em 1994 ao Comitê dos Direitos Humanos, como obrigação decorrente dos Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Segundo o relatório:

"A tortura de suspeitos de crimes nos distritos policiais continua matéria problemática no Brasil, apesar dos avanços legais recentes. Continuam a verificar-se casos de prática de tortura para extrair informações, confissões forçadas, para a prática de extorsão ou como forma de punição" (pag. 47).

Embora a tortura não seja exclusividade das instituições policiais, é sabido que sua prática mais generalizada ocorre nas delegacias, com vistas à obtenção de confissões de suspeitos e delação de comparsas. A sobrevivência desta prática representa uma herança dos processos da Inquisição, nos quais se presumia a culpa a partir de qualquer denúncia ou suspeita. A superação deste sistema brutal de investigação só veio a ocorrer a partir dos manifestos de iluministas como Beccaria e Verri. Tais ideais humanitários levam, no entanto, séculos até que sejam plenamente incorporados às instituições e às práticas sociais.

Por ser intrinsecamente degradante, não se admite a tortura mesmo como pena para os regularmente condenados. Seu uso na investigação criminal representa uma injustiça ainda maior, pois incide igualmente sobre culpados e inocentes. A distorção resultante é brutal, pois é a capacidade física e psicológica de cidadãos honestos tende a ser muito mais frágil que a de delinquentes experientes. Diante dos terríveis sofrimentos a que ficam sujeitos, os "suspeitos" confessam quaisquer crimes que se lhes exija. A agravar esta



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Situação está o fato de que se desenvolveram uma série de técnicas de tortura que não deixam vestígio no corpo da vítima, o que dificulta tanto a punição dos responsáveis, como a desconstituição da suposta confissão. O número de condenações de inocentes baseadas em "confissões" obtidas mediante tortura é inestimável, comprometendo a respeitabilidade de todo o sistema penal do país.

Não há exagero em comparar a criminalização da tortura à própria abolição da escravidão. Em ambos os casos trata-se de um salto gigantesco na direção dos direitos humanos, sem o qual não poderá o país se apresentar como civilizado no concerto das nações.

Na ausência de tipificação específica para a tortura, tem-se procurado enquadrar estas práticas nos crimes de lesões corporais ou de maus-tratos, cujas penas básicas são irrisórias (detenção de três meses a um ano e de dois meses a um ano, respectivamente).

Há diferenças significativas entre as definições, qualificadoras e penas estabelecidas nos diversos projetos já apresentados. Procurou-se incorporar a contribuição não apenas do projeto do executivo, mas de todos os demais projetos, razão pela qual concluímos pela apresentação não apenas de emendas, mas de um substitutivo.

Visando facilitar sua repressão, estabeleceu-se um tipo simples e direto, que descreve tão somente a conduta propriamente dita, independente da finalidade ou da intenção do agente. Procurou-se, por outro lado, evitar um conceito excessivamente amplo, que resultaria em sua banalização e confusão com outros tipos penais já existentes. Ao lado desta definição concisa, acrescentaram-se algumas condutas equiparadas, a fim de que não pudesse restar qualquer dúvida quanto ao seu enquadramento no tipo básico.

Buscou-se reprimir a tortura com uma pena básica proporcional à gravidade do delito, prevendo ainda uma série de agravantes conforme a qualidade do agente e a lesão resultante.

Nestes termos, concluímos pela adoção do substitutivo, em anexo, apresentado pelo Deputado Hélio Bicudo durante a discussão da proposição, ressaltando que o mesmo procura de forma objetiva facilitar a interpretação e aplicação desta norma tão importante e emergencial para a sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 1995

Deputado PEDRO WILSON
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 129 do Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 passa a ter a seguinte redação:

"TORTURA

Art. 129. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido, por qualquer meio, a capacidade de resistência, a maus tratos, com o fim de causar-lhe sofrimento físico, psíquico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. Se resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos; se resulta morte, a reclusão é de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 2º. Se o crime é cometido por funcionário público, no exercício ou em razão de suas funções, a pena aumenta-se de um terço até a metade.

§ 3º. Responde pelo delito, com as mesmas penas, a autoridade que dele tem conhecimento e não instaura o procedimento penal cabível para sua punição.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde, desde que a atuação do servidor resulte em tortura ou procure desqualificá-la para efeitos legais.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 6º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

§ 7º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

§ 8º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem."

Art. 2º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233.....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º.....

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 3º. O atual artigo 129 passa a receber a numeração de 130, alterando-se toda a numeração subsequente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 1995.


Deputado PEDRO WILSON
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo
RELATOR: Deputado PEDRO WILSON
SUGESTÕES MODIFICATIVAS: Deputado HÉLIO BICUDO

I - RELATÓRIO

O nobre Deputado PEDRO WILSON apresentou parecer em que analisou o Projeto de Lei nº 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, que define os crimes de torturas, bem como todas as demais proposições, em tramitação que disciplinam a mesma matéria.

As demais proposições anexadas à principal já foram suficientemente relatadas.

Ao final, o relator conclui pela apresentação de substitutivo.

É o relatório.

II - VOTO

Com seu voto, o relator discorreu com muita propriedade sobre aspectos doutrinários relacionados ao crime de tortura, historiando, também, os instrumentos normativos internacionais que disciplinam o tema.

No que concerne especificamente ao substitutivo apresentado, temos algumas considerações a fazer.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O § 2º do art. 1º do substitutivo foi elaborado com o intuito de especificar e detalhar a conceituação do crime de tortura contida no "caput". Entendemos que a excessiva especificação e detalhismo do conceito do crime que se quer tipificar poderá ensejar dúvidas na interpretação do próprio conceito, posto que o mesmo já se encontra suficientemente definido no "caput".

O § 3º do art. 1º, por sua vez, tenta explicitar as consequências agravantes da lesão corporal de natureza grave, estipulando as penas decorrentes. Sucede que a lesão corporal de natureza grave se constitui em elemento do tipo penal que se está disciplinando: o crime de tortura. Consequentemente, o seu detalhamento e desdobramento tendem, como já afirmamos anteriormente, a dificultar o exegese do próprio conceito de crime de tortura.

Por conseguinte, estamos apresentando substitutivo àquele proposto pelo relator, contemplando as nossas ponderações e preservando o restante da proposta apresentada.

Ante o exposto, somos pela apresentação do substitutivo, em anexo.

Sala da Comissão, 24 de maio de 1995


Deputado **HÉLIO BICUDO**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 129 do Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 129. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido, por qualquer meio, a capacidade de resistência, a maus tratos, com o fim de causar-lhe sofrimento físico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. Se resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos; se resulta morte, a reclusão é de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 2º. Se o crime é cometido por funcionário público, no exercício ou em razão, de suas funções, a pena aumenta-se de um terço até a metade.

§ 3º. Responde pelo delito, com as mesmas penas, a autoridade que dele tem conhecimento e não instaura o procedimento penal cabível para sua punição.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde, desde que a atuação do servidor resulte em tortura ou procure desqualificá-la para efeitos legais.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

m



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 7º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

§ 8º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 2º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233.....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º.....

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º


Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 3º. O atual artigo 129 passa a receber a numeração de 130, alterando-se toda a numeração subsequente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1995.


Deputado HÉLIO BICUDO
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

TERMO DE RECEBIMENTO DE SUGESTÕES

PROJETO DE LEI Nº 4.716/94

Nos termos do art. 32. XVI, "d" e "e" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura de prazo para apresentação de sugestões a partir de 24/05/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, foi oferecida 1 (uma) sugestão modificativa ao substitutivo.

Sala da Comissão, em 24/05/95


Teresinha de Lisieux Franco Miranda
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUBSÍDIOS OFERECIDOS PELA COMISSÃO (art. 32, XVI, "d")

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994
(Mensagem nº 664/94)

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo
RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

A Comissão de Direitos Humanos, em reunião ordinária realizada hoje, unanimemente deliberou, com base no art. 32, XVI, "d", pelo oferecimento de subsídios ao PROJETO DE LEI Nº 4.716/94, nos termos do parecer do relator, com substitutivo.

Estiveram presente os senhores Deputados Nilmário Miranda, De Velasco, Fernando Lopes, Fernando Gabeira, Flávio Arns, Francisco Silva, Gilvan Freire, Hélio Bicudo, Raimundo Santos e Rita Camata, titulares. Agnelo Queiroz, Domingos Dutra, Maria Valadão, Pedro Wilson e Rubens Cosac, suplentes.

Sala da Comissão, 31 de maio de 1995

Deputado NILMÁRIO MIRANDA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.716-A, DE 1994
(DO PODER EXECUTIVO)
MENSAGEM Nº 664/94

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO)

SUMÁRIO

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Direitos Humanos - Subsídios (art. 32, XVI, "d")
 - 1º relatório e substitutivo oferecido pelo relator
 - sugestão modificativa apresentada ao substitutivo
 - termo de recebimento de sugestões
 - 2º relatório e substitutivo oferecido pelo relator
 - subsídios oferecidos pela Comissão

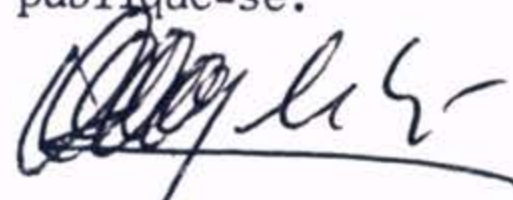


COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Of. nº 388-P/95

Brasília, 31 de agosto de 1995

Defiro a apensação do PL número 4.716/94 ao de número 4.783/90 (art. 142 do RICD). Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.
Em 19/09/95.



PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência providências no sentido de promover a apensação do Projeto de Lei nº 4.716/94 ao de nº 4.783/90, por se tratarem de matérias análogas, conforme parecer do Relator da proposição, em anexo.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e consideração.



Deputado ROBERTO MAGALHÃES
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

SGM/P 1104

15 05 96 09:45
4392
Basilio


Aviso nº 542 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 13 de maio de 1996.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na qual solicita ao Congresso Nacional seja atribuído o regime de urgência ao Projeto de Lei nº 4.716, de 1994.

Atenciosamente,


FUAD JORGE NOMAN FILHO
Ministro de Estado Chefe, Interino, da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRÁSILIA-DF.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 15/05/96 Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.

Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário

Defiro. Publique-se.

Em 15/05/96.



PRESIDENTE

Mensagem nº 425

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do parágrafo 1º do artigo 64 da Constituição Federal, ao Projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 4.716, de 1994, que "Define os crimes de tortura e dá outras providências", encaminhado àquela Casa com a Mensagem nº 664, de 1994.

Brasília, 13 de maio de 1996.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

0001

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido por qualquer meio a capacidade de resistência, a sofrimento físico, psíquico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. A tortura também será caracterizada:

I - em procedimento investigatório, policial, administrativo ou no curso de ação judicial, com vistas à obtenção de provas ou informações de qualquer natureza;

II - para obtenção de vantagem de natureza econômica, fiscal, funcional ou política;

III - para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

IV - para traduzir discriminação de qualquer natureza;

§ 2º. Na mesma pena incorre quem:

I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico, mental ou moral ou risco acentuado à saúde da vítima;

II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de caráter preventivo ou de segurança a sofrimento físico, mental ou moral, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 3º. Se dos fatos previstos neste artigo resulta:



0001
2.
CÂMARA DOS DEPUTADOS

I - incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias; perigo de vida; debilidade permanente de membros, sentido ou função; aceleração de parto:

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

II - incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

III - morte;

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. O cumprimento de diretriz, orientação ou ordem superior não exime da responsabilidade.

Art. 2º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

Art. 3º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

Art. 4º. O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.

Art. 5º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 6º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4716/94

0001

3.

"Art. 233

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1996

Hélio Bicudo
Deputado HÉLIO BICUDO
PT/SP

Pedro Wilson
Deputado PEDRO WILSON
PT/GO

50

Inocência Oliveira
Inocência Oliveira

127

177



CÂMARA DOS DEPUTADOS

0002

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá
outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

EMENDA SUBSTITUTIVA

JUSTIFICATIVA

Visa o projeto de lei 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, definir o crime de tortura.

Independente deste existem tramitando na Câmara, oito projetos definindo o crime de tortura. Foram eles considerados para a elaboração da emenda substitutiva em questão.

Dentre os projetos em tramitação, o mais importante é o 4783/90, do Executivo, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Nele se considera a tortura como um crime contra a humanidade, ao lado do terrorismo, do genocídio e do desaparecimento de pessoas.

Com o mesmo objetivo de substituir globalmente a Lei de Segurança Nacional, há o projeto 2.462/91, do deputado Hélio Bicudo, que igualmente inclui a tortura no capítulo dos crimes contra a humanidade.

Os demais seis projetos têm conteúdo menos abrangente.

O 2423/89, do Senado, define os crimes de tortura e terrorismo.

O 3935/89, também do Senado, estabelece a nulidade das provas obtidas mediante tortura.

O 837/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o 1.035/91, do deputado Vivaldo Barbosa, e o 2464/91, do deputado Hélio Bicudo, tratam exclusivamente do crime de tortura.

O 2.077/91, do deputado Pedro Correa, define as penas cruéis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4716/94

0002

2

"Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nenhuma prática causa maior repulsa à consciência humana que a tortura. Por desafiar os limites da crueldade, a mera descrição de seus métodos já causa um horror tal que a maioria das pessoas sente náuseas e não consegue ler, ouvir ou ver relatos prolongados de torturas. Em respeito aos que vierem a ler este parecer, deixaremos de apresentar estas descrições.

Pela vergonha que representa para todo o gênero humano, a tortura tem sido objeto de tratamento sistemático pela Organização das Nações Unidas desde sua criação. O auge deste trabalho de banimento da tortura foi a aprovação pela Assembleia Geral da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 10 de dezembro de 1984. Em 1985, a Comissão de Direitos Humanos designou um Relator Especial encarregado de elaborar um quadro abrangente da prática da tortura no mundo. Para monitorar a implementação da convenção, foi criado em 1988 o Comitê contra a Tortura, composto por 10 especialistas em direitos humanos. Desde 1981 funciona o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

Também no âmbito regional foi estabelecida uma convenção contra a tortura. Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985.

Além destas convenções específicas, a tortura é condenada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966 (art. 7º) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 5º).

Todas as convenções supra-citadas foram devidamente ratificadas pelo Brasil.

A própria Constituição Federal repudia a tortura em mais de uma ocasião:

"Art. 5º

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;



0002

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL 4716/94

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."

XLVII - não haverá penas:
e) cruéis."

Apesar de todas estas solenes manifestações de repúdio, a tortura continua a ser praticada regularmente pelos órgãos policiais brasileiros. Tal situação é reconhecida oficialmente pelo governo, conforme o relatório apresentado em 1994 ao Comitê dos Direitos Humanos, como obrigação decorrente dos Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Segundo o relatório:

"A tortura de suspeitos de crimes nos distritos policiais continua matéria problemática no Brasil, apesar dos avanços legais recentes. Continuam a verificar-se casos de prática de tortura para extrair informações, confissões forçadas, para a prática de extorsão ou como forma de punição" (pag. 47).

Embora a tortura não seja exclusividade das instituições policiais, é sabido que sua prática mais generalizada ocorre nas delegacias, com vistas à obtenção de confissões de suspeitos e delação de comparsas. A sobrevivência desta prática representa uma herança dos processos da Inquisição, nos quais se presumia a culpa a partir de qualquer denúncia ou suspeita. A superação deste sistema brutal de investigação só veio a ocorrer a partir dos manifestos de iluministas como Beccaria e Verri. Tais ideais humanitários levam, no entanto, séculos até que sejam plenamente incorporados às instituições e às práticas sociais.

Por ser intrinsecamente degradante, não se admite a tortura mesmo como pena para os regularmente condenados. Seu uso na investigação criminal representa uma injustiça ainda maior, pois incide igualmente sobre culpados e inocentes. A distorção resultante é brutal, pois é a capacidade física e psicológica de cidadãos honestos tende a ser muito mais frágil que a de delinquentes experientes. Diante dos terríveis sofrimentos a que ficam sujeitos, os "suspeitos" confessam quaisquer crimes que se lhes exija. A agravar esta situação está o fato de que se desenvolveram uma série de técnicas de tortura que não deixam vestígio no corpo da vítima, o que dificulta tanto a punição dos responsáveis, como a desconstituição da suposta confissão. O número de condenações de inocentes baseadas em "confissões" obtidas mediante tortura é inestimável, comprometendo a respeitabilidade de todo o sistema penal do país.

Não há exagero em comparar a criminalização da tortura à própria abolição da escravatura. Em ambos os casos trata-se de um salto gigantesco na



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL. 4716/94

0002

direção dos direitos humanos, sem o qual não poderá o país se apresentar como civilizado no concerto das nações.

Na ausência de tipificação específica para a tortura, tem-se procurado enquadrar estas práticas nos crimes de lesões corporais ou de maus-tratos, cujas penas básicas são irrisórias (detenção de três meses a um ano e de dois meses a um ano, respectivamente).

Há diferenças significativas entre as definições, qualificadoras e penas estabelecidas nos diversos projetos já apresentados. Procurou-se incorporar a contribuição não apenas do projeto do executivo, mas de todos os demais projetos, razão pela qual concluímos pela apresentação não apenas de emendas, mas de um substitutivo.

Visando facilitar sua repressão, estabeleceu-se um tipo simples e direto, que descreve tão somente a conduta propriamente dita, independente da finalidade ou da intenção do agente. Procurou-se, por outro lado, evitar um conceito excessivamente amplo, que resultaria em sua banalização e confusão com outros tipos penais já existentes. Ao lado desta definição concisa, acrescentaram-se algumas condutas equiparadas, a fim de que não pudesse restar qualquer dúvida quanto ao seu enquadramento no tipo básico.

Buscou-se reprimir a tortura com uma pena básica proporcional à gravidade do delito, prevendo ainda uma série de agravantes conforme a qualidade do agente e a lesão resultante.

Nestes termos, apresentamos substitutivo, em anexo, para a devida apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1996

Hélio Bicudo

Deputado HÉLIO BICUDO
PT/SP

Pedro Wilson

Deputado PEDRO WILSON
PT/GO

50

Imaculada Oliveira

Imaculada Oliveira

127

(177)

0003

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.


EMENDA Nº

O inciso I do art.1º passa a ter a seguinte redação:

"I - constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico, mental ou moral, a prestar informação, declaração ou confissão a ser utilizada em investigação, inquérito policial, administrativo ou processo judicial"

Justificativa

A exemplo do que propõe o PL 4.783/90, a tortura consiste, além do sofrimento físico e mental, em gravames morais, cujas sequelas são tão ou mais expressivas, que as físicas e psíquicas.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG 10


Geddel Vieira Lima



105

115

BSB 04.06.96

0004

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994


Define os crimes de tortura e dá outras providências.

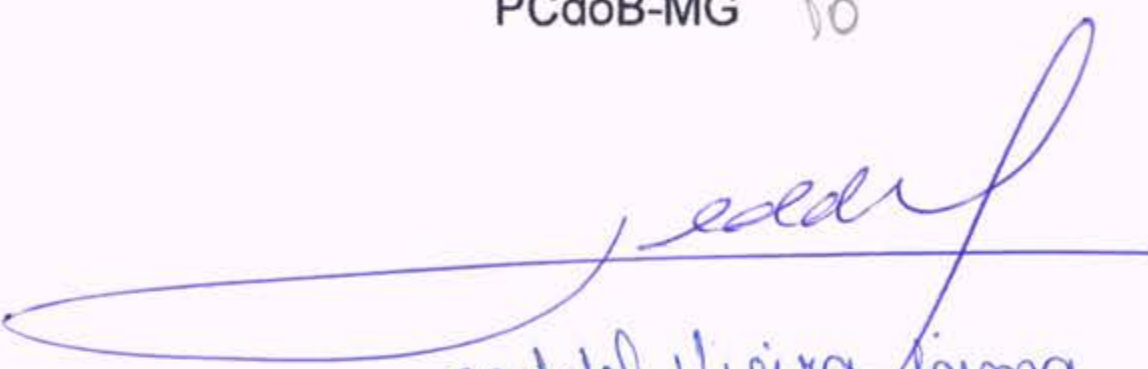
EMENDA Nº

Suprimam-se do inciso I do § 1º do art.1º as palavras "**intenso**" e "**acentuado**";

Justificativa

Prever-se que somente um intenso sofrimento ou um acentuado risco à saúde sejam vedados em lei, significa admitir o sofrimento e risco à saúde. É por isso que não tem cabimento admitir-se que alguém seja submetido a sofrimento ou a risco de saúde, além do natural constrangimento decorrente da detenção em razão de flagrante delito ou por decisão judicial.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG 10


Geddel Vieira Lima 105
115

BSB 04.06.96

0005

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994


Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

No § 3º do art.1º, onde se lê "**um terço**", leia-se "**metade**";

Justificativa

O aumento, como proposto pelo projeto, de acréscimo de pena, quando o agente seja servidor público ou está no exercício de função pública, em apenas um terço, não retrata a gravidade da tortura, que na maioria dos casos é praticada por agente público ou servidor público. Assinale-se que nesta hipótese, o PL nº 4.783/90 sugere o aumento da metade da pena.



DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG 10

 - APOSIAMENTO
Geddel Vieira Lima 103

115

BSB 04.06.96

0006

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994


Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se do inciso II do art.1º a palavra "*intenso*";

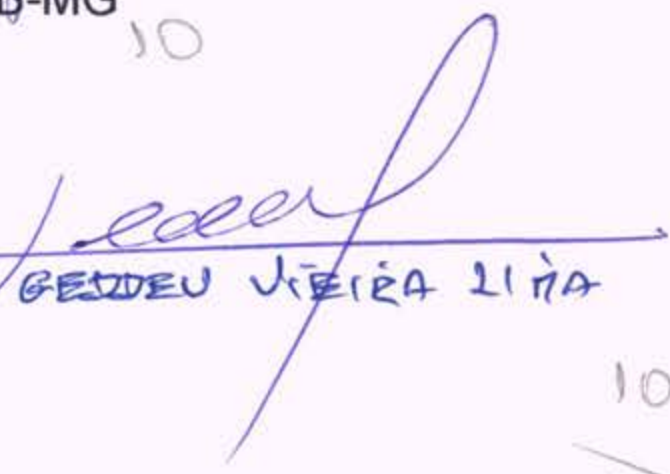
Justificativa

Prever-se que somente um intenso sofrimento seja vedado em lei, significa admitir o sofrimento. É por isso que não tem cabimento admitir-se que alguém seja submetido a sofrimento, além do natural constrangimento decorrente da detenção em razão de flagrante delito ou por decisão judicial.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG

10

PNIS


GEIDEU VIEIRA LIMA

AFOTAMONTO

105

115

04.06.96

0007

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

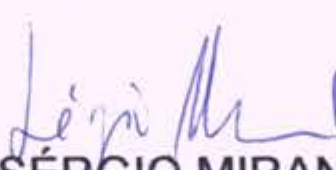
Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se o inciso II do § 1º do art.1º.

Justificativa

Não tem cabimento admitir que alguma pessoa presa ou sujeita a medida de segurança seja submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. Além de ser óbvio que atos não previstos em lei ou que não resultem de medidas legais, o art.1º prevê as hipóteses que impedem qualquer forma de constrangimento no propósito por ele relacionado.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG 10


Geddel Vieira Lima

-APOIAMENTO

105

115

04.06.96

0008

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

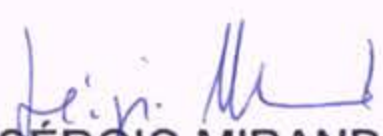
Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se do inciso II do § 1º do art.1º a expressão "**por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal**";

Justificativa

Não tem cabimento admitir que alguma pessoa presa ou sujeita a medida de segurança seja submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. Além de ser óbvio que atos não previstos em lei ou que não resultem de medidas legais, o art.1º prevê as hipóteses que impedem qualquer forma de constrangimento no propósito por ele relacionado.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG 10


Geddel Vieira Lima

- APROVADO

105
115

04.06.96

0009

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se, no art.3º, após a palavra "graça", a palavra "**indulto**"

Justificativa

A não previsão do indulto no texto legal possibilitaria aos condenados a hipótese de se beneficiarem deste instituto jurídico-penal, não se justificando, tendo em vista a gravidade do crime de tortura.

Sérgio Miranda
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG 10

Geddel Vieira Lima 105
115

BSB 04.06.96



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Of. P. nº 97/96

Brasília, 05 de junho de 1996.

Senhor Pre

Defiro a desapensação do PL nº 4.716/94 do PL nº 4.783/90, nos termos regimentais. Oficie-se à Comissão requerente e, após, publique-se.

Emit3 / 06 / 96


PRESIDENTE

Solicito a Vossa Excelência seja providenciada a desapensação do Projeto de Lei nº 4.716/94 do Projeto de Lei nº 4.783/90, consoante as razões expostas pelo Senhor Deputado Ibrahim Abi-Ackel em ofício anexo, uma vez que referido parlamentar é o relator neste órgão técnico de ambas as proposições retromencionadas.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de profunda estima e consideração.


Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA

Presidente

À Sua Excelência o Senhor

Deputado LUÍS EDUARDO MAGALHÃES

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado REGIS DE OLIVEIRA

I - RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei oriundo do Executivo, definindo a tortura como delito autônomo.

Na exposição de motivos que o acompanha, o então Ministro da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat, assinala que além de traduzir uma evolução no direito penal pátrio, a iniciativa reafirma "os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Convenção de Cartagena, de 9 de dezembro de 1985, promulgada pelo Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelos Estados-Partes, para a prevenção e punição dos crimes de tortura, e na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991."



A matéria encontra-se nesta Casa desde agosto de 1994. Foi distribuída inicialmente a este Órgão e remetida depois, a pedido, à Comissão de Direitos Humanos.

Na sua primeira passagem por aqui, o projeto obteve parecer favorável do relator Maurício Najar, com emendas. Na Comissão de Direitos Humanos, recebeu Substitutivo do relator Pedro Wilson, fundado em sugestões do Deputado Hélio Bicudo.

Retornando a este Colegiado, o Deputado Maurício Najar, novamente designado relator, propôs seu apensamento ao Projeto de Lei 4.783/90, com amparo no parágrafo único do art. 142, em combinação com o art. 143 do Regimento Interno. O Projeto de Lei nº 4.783, também de iniciativa do Executivo, trata dos denominados crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Encontra-se atualmente nesta Comissão, estando-lhe apensos os Projetos de Lei nºs. 2.462/91, de iniciativa do Deputado Hélio Bicudo; 837/91, de autoria do Deputado Sigmaringa Seixas; 1.035/91, proposto pelo Deputado Vivaldo Barbosa; 2.077/91, do Deputado Pedro Correia; 2.423/89 e o de nº 3.935/89, ambos procedentes do Senado Federal.

A sugestão não chegou a ser apreciada por este órgão técnico. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel já se pronunciou contra ela, por considerar que isso ampliaria bastante o leque do debate, retardando o andamento da matéria em evidência. Sugere, contudo, que o projeto seja discutido com penalistas notáveis, como os Ministros Francisco de Assis Toledo e Luiz Vicente Cernicchiaro, e apresenta um “Esboço” das alterações que entende necessárias aos textos em exame.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, lamenta-se que a pressa só agora imposta ao projeto tenha inviabilizado a discussão proposta pelo eminente penalista e Deputado Ibrahim Abi-Ackel, justificável tanto pelo nível dos debatedores indicados como pelo interesse que o tema desperta em todo o mundo. Sua importância transcende as fronteiras do direito interno, como o confirmam as diferentes Convenções internacionais existentes, algumas das quais firmadas pelo Brasil, como a das Nações Unidas, aprovada por consenso em 1984, e a de Cartagena, ambas já referendadas por esta Casa através dos Decretos Legislativos n°s 4 e 5 de 1989, respectivamente.

Ademais, a própria gravidade do tema recomendaria o debate nos termos sugeridos, pois como assinala Belisário dos Santos Júnior, com sua autoridade de membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo, em artigo que recebemos em nosso Gabinete, não basta “criar mais uma lei penal...” Como diz, há outros aspectos que mereceriam ser examinados nesse tipo de norma, dentre os quais o que ele chama de “mecanismos de prevenção”, tais como “obrigatoriedade de imediata comunicação de qualquer detenção ao Poder Judiciário; o reconhecimento do direito do preso de comunicação, no momento da detenção, com familiares ou pessoas que indicar; o direito do preso à assistência de advogado enquanto perdurar a detenção”, etc..

De acordo com a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou desagradantes, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, aos 10 de dezembro de 1984, os países signatários devem eliminar ou ter instrumentos hábeis para fazê-lo do relacionamento humano. O art. 1º da Convenção entende por “tortura” “qualquer ato através do qual se inflige intencionalmente dor ou sofrimento severos, seja físico ou mental, sobre uma pessoa com propósitos tais como obter dela ou de uma terceira pessoa informação ou uma confissão, punindo-a por um



ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou é suspeita de ter cometido, ou intimidando ou constrangendo a pessoa ou uma terceira pessoa, ou por qualquer razão baseada em qualquer forma de discriminação, quando tal dor ou sofrimento é infligido, instigado ou com o consentimento ou aprovação de uma autoridade pública ou outra pessoa agindo em uma capacidade oficial". Ainda que a conceituação seja extensiva, a convenção busca não definir o que é tortura, mas delinear os comportamentos que a caracterizam.

O livro "Brasil : nunca mais", da editora Vozes, 1985, 4ª ed., dá bem idéia do que foram os anos de abril de 1964 a março de 1979. Historicamente, a tortura era meio de obtenção da verdade. A realidade de hoje mostra-nos que, com sofisticados instrumentos ou mesmo com os conhecidos desde a Idade Média, é possível curvar o espírito das pessoas, não com o objetivo de obtenção da verdade, mas com o objetivo de obtenção de confissões não desejadas e politicamente incorretas.

No livro acima mencionado há relatos pungentes de pessoas que foram seviciadas ou viram a prática da tortura, sob as mais diversas formas. Desnecessário lembrá-las. Basta a menção para avivar a memória, para que não nos esqueçamos de passado cinza e aviltante na história do Brasil.

A memória não pode ser curta. Após vinte e um anos de regime militar, entremeado por suspiros e angústias, com brisa de esperança, dependendo do comportamento do Presidente indicado, o Brasil passou a viver em plena democracia, onde os direitos devem ser preservados e respeitados.

Não nos esqueçamos, entretanto, que o art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, determina que "ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Se buscarmos mais atrás no tempo, veremos exemplos terríveis como a denominada Lei de Talião, em que se punia com o mesmo castigo o ato infracional praticado. O Antigo Testamento estabelece que, "se alguém ferir o seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido" (Êxodo, 21,20). O Eclesiástico admite a tortura dos escravos (33,27), embora recomende que se o trate como irmão



(33,32). O Apóstolo Paulo chega a apelar para sua cidadania, para livrar-se da tortura (“Atos dos Apóstolos, 22,24”).

Na obscura Idade Média, a Igreja Católica, baseada em Tomás de Aquino (“Suma Teológica, Cap.X, págs. 1 a 5), admite a tortura, ao afirmar que “sucede às vezes que, quando um inocente é acusado falsamente perante um juiz este, para descobrir a verdade, o submete a tortura, agindo segundo a justiça; mas a causa disso é a falta de conhecimento humano”. Tal excerto da obra do grande teólogo ensejou ou fundamentou a denominada Inquisição.

Santo Agostinho em sua “De Civitate Dei” rejeita a prática da tortura, dizendo que os argumentos a favor são fúteis e fracos, enquanto que os contra são fortísimos (Tomo V, ed. Proben, Basileia, ed.em 1551).

A partir de Cesare Beccaria (“Dei Delitti e dell penne”) os iluministas começam a questionar fortemente a tortura como meio de apuração da verdade. Para o Marquês de Beccaria, que sofreu na pele os horrores da masmorra, o inocente só tem a perder, e o culpado só a ganhar com a tortura. O primeiro, ou é condenado ou é absolvido, mas em qualquer caso terá sofrido antes uma pena indevida. Já o culpado tem sempre a seu favor a possibilidade de ser absolvido, resistindo firmemente ao suplício (1870: pág. 64). Posteriormente, a Revolução Francesa deu exemplos de repúdio a tais práticas.

Tudo culminou com a inserção de preceptivo forte contra a tortura em documento da Organização das Nações Unidas.

Mesmo assim, o prof. Victor Félix Reinaldi, da Universidade Nacional de Córdoba, registra que em informe de 1986, elaborado pelo jurista holandês, Peter Kooigmans, as Nações Unidas constatam que o mal ainda se alastra por todo o mundo, podendo converter-se “na praga da segunda metade do século XX” (v. **El delito de tortura**: B. Aires, Depalma, 1986, pág. 39).

No Brasil, há toda uma sorte de dispositivos constitucionais e legais que repudiam a prática da tortura. Depois da repressão por que passou o país, passou o Brasil a respirar liberdade, consolidando os princípios mais nobres no texto da Constituição vigente. Assim é que já no art. 1º se lê que um dos



fundamentos do Estado Democrático de direito brasileiro é a dignidade da pessoa humana (inciso III). Logo em seguida, já no art. 4º, lê-se que, na relação internacional, a República Federativa do Brasil rege-se pela “prevalência dos direitos humanos” (inciso II). No rol dos direitos e garantias individuais, o constituinte foi pródigo no asseguramento da pessoa humana, dispondo que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (incisos XLI) e determinando que “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura...”. De outro lado, há asseguramento específico e detalhado dos direitos dos presos e, contra qualquer abuso, violência ou coação na liberdade de locomoção ou ilegalidade ou abuso de poder, existe o instrumento legal do “habeas corpus”, para eliminar ou evitar o abuso.

Enfim, o legislador constituinte erigiu a pessoa humana em elemento de preservação contra qualquer excesso da autoridade pública, restringindo seu comportamento aos limites legais.

Dáí e agora o encaminhamento do projeto de lei em análise, que objetiva a punição do crime de tortura.

Em primeiro lugar, impõe-se a conceituação do que significa a tortura. O sujeito ativo do crime pode ser não só a autoridade ou seus agentes, mas também qualquer pessoa física não investida em cargo ou função. Em segundo ponto, convém que se redija o texto de forma a identificar um comportamento punível.

De Plácido e Silva, em seu “Vocabulário Jurídico” define a tortura como “sofrimento ou a dor provocada por maus-tratos físicos ou morais”. Pedro Nunes em seu “Dicionário de Tecnologia Jurídica” define: “Grande sofrimento físico, sob variadas formas (espancamento, choques, etc.) aplicado a alguém para obrigá-lo a confissões ou informações a respeito de determinado fato. É comum por motivos políticos”. O grande Nelson Hungria conceituou como “meio suplicante, a infrição de tormentos, a judiaria, a exasperação do sofrimento, dor, atos de inútil crueldade” (“Comentários ao Código Penal”, vol. V, nº 29). Bento de Faria define como “Ato de sofrimento, angústia, dor, amargura ou aflição cometida física ou psicologicamente” (“Código Penal Brasileiro comentado”, vol. I, pág. 21, Record Editora, 1941). Pedro Vergara esclarece como “maus-tratos ou atos de crueldade como simples desafogo de



perversidade. Designa também o sofrimento (físico ou moral) infringido a alguém, como a coação, para a prática de um ato de declaração, contrário ao coagido ou a outrem" ("Das circunstâncias agravantes, Forense, 1948, pág. 197).

Vê-se, pois, para irmos restringindo o tema, que os autores divergem sobre se a tortura é apenas a física ou também a moral. Deve prevalecer, a nosso ver, a inclusão da tortura dita psicológica, uma vez que também esta é a inflição de dor ou maus-tratos.

De outro lado, parece ressaltar também, que não é somente a prática do comportamento doloroso. Este comportamento infracional quando embutido em outro comportamento, não caracteriza o crime. Por exemplo, se há a inflição de dor, mas para causar lesão corporal em peleja, a dor está incluída na lesão, para a prática do crime. Não é só, pois, a agressão física ou moral que identifica o crime autônomo. Tem ele a predeterminação de obtenção de declaração, informação ou confissão para uso policial, administrativo ou judicial. O liame parece ser necessário.

Por fim, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Evidente que sendo o sujeito ativo agente público, a pena é agravada, como também na hipótese de a violência ser praticada contra criança ou adolescente sob sua tutela. Igualmente não se pode descuidar do impedimento temporário para o exercício de cargo, emprego ou função pública do agente que incorrer em tal delito.

De outra parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) penaliza a prática de tortura contra criança e adolescente (art. 233) com reclusão de um a cinco anos, agravada nos casos de lesão corporal grave (dois a oito anos), lesão corporal gravíssima (quatro a doze anos) e de morte (quinze a trinta anos). Na doutrina e nos tribunais há quem negue a eficácia desse dispositivo, por inexistir, ainda, norma tipificando o delito. Embora no julgamento do **habeas corpus** nº 70.389 o Supremo Tribunal Federal tenha entendido que o crime ali previsto é autônomo, entendemos conveniente suprimir o dispositivo, por considerar desaconselhável a coexistência de dois diplomas - um dispondo genericamente sobre o delito, tipificando-o, e outro definindo-o apenas quando praticado contra criança e adolescente.



Assim, optamos pela apresentação de Substitutivo, que, acolhendo idéias contidas nos diferentes textos em exame, parece-nos melhor atender aos objetivos da proposta e adequado ao direito penal moderno.

Ante o exposto, opinamos pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito**, pela aprovação do Projeto de Lei em pauta, nos termos do Substitutivo incluso.

SALA DA COMISSÃO, EM 21 DE JUNHO DE 1996

Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

“Define os crimes de tortura e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, grave ameaça, privações ou qualquer outro ato doloroso ou constrangedor, em diligência ou investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de três a seis anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de dez a vinte anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público;



CÂMARA DOS DEPUTADOS



II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DA COMISSÃO, EM 25 DE JUNHO DE 1996



Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

PARECER REFORMULADO

“Define os crimes de tortura e dá outras providências.”

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado REGIS DE OLIVEIRA

I - RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei oriundo do Executivo, definindo a tortura como delito autônomo.

Na exposição de motivos que o acompanha, o então Ministro da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat, assinala que além de traduzir uma evolução no direito penal pátrio, a iniciativa reafirma “os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Convenção de Cartagena, de 9 de dezembro de 1985, promulgada pelo Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelos Estados-Partes, para a prevenção e punição dos crimes de tortura, e na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.”



A matéria encontra-se nesta Casa desde agosto de 1994. Foi distribuída inicialmente a este Órgão e remetida depois, a pedido, à Comissão de Direitos Humanos.

Na sua primeira passagem por aqui, o projeto obteve parecer favorável do relator Maurício Najar, com emendas. Na Comissão de Direitos Humanos, recebeu Substitutivo do relator Pedro Wilson, fundado em sugestões do Deputado Hélio Bicudo.

Retornando a este Colegiado, o Deputado Maurício Najar, novamente designado relator, propôs seu apensamento ao Projeto de Lei 4.783/90, com amparo no parágrafo único do art. 142, em combinação com o art. 143 do Regimento Interno. O Projeto de Lei nº 4.783, também de iniciativa do Executivo, trata dos denominados crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Encontra-se atualmente nesta Comissão, estando-lhe apensos os Projetos de Lei nºs. 2.462/91, de iniciativa do Deputado Hélio Bicudo; 837/91, de autoria do Deputado Sigmaringa Seixas; 1.035/91, proposto pelo Deputado Vivaldo Barbosa; 2.077/91, do Deputado Pedro Correia; 2.423/89 e o de nº 3.935/89, ambos procedentes do Senado Federal.

A sugestão não chegou a ser apreciada por este órgão técnico. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel já se pronunciou contra ela, por considerar que isso ampliaria bastante o leque do debate, retardando o andamento da matéria em evidência. Sugere, contudo, que o projeto seja discutido com penalistas notáveis, como os Ministros Francisco de Assis Toledo e Luiz Vicente Cernicchiaro, e apresenta um “Esboço” das alterações que entende necessárias aos textos em exame.

Posteriormente, em função do regime de urgência, o Substitutivo da Comissão de Direitos Humanos foi formalizado em plenário, juntamente com a emenda substitutiva nº 2, do Deputado Hélio Bicudo e nele contemplada, além das emendas nºs 3 a 9, do Deputado Sérgio Miranda.

É o relatório.



II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, lamenta-se que a pressa só agora imposta ao projeto tenha inviabilizado a discussão proposta pelo eminente penalista e Deputado Ibrahim Abi-Ackel, justificável tanto pelo nível dos debatedores indicados como pelo interesse que o tema desperta em todo o mundo. Sua importância transcende as fronteiras do direito interno, como o confirmam as diferentes Convenções internacionais existentes, algumas das quais firmadas pelo Brasil, como a das Nações Unidas, aprovada por consenso em 1984, e a de Cartagena, ambas já referendadas por esta Casa através dos Decretos Legislativos n°s 4 e 5 de 1989, respectivamente.

Ademais, a própria gravidade do tema recomendaria o debate nos termos sugeridos, pois como assinala Belisário dos Santos Júnior, com sua autoridade de membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo, em artigo que recebemos em nosso Gabinete, não basta “criar mais uma lei penal....” Como diz, há outros aspectos que mereceriam ser examinados nesse tipo de norma, dentre os quais o que ele chama de “mecanismos de prevenção”, tais como “obrigatoriedade de imediata comunicação de qualquer detenção ao Poder Judiciário; o reconhecimento do direito do preso de comunicação, no momento da detenção, com familiares ou pessoas que indicar; o direito do preso à assistência de advogado enquanto perdurar a detenção”, etc..

De acordo com a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou desagradantes, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, aos 10 de dezembro de 1984, os países signatários devem eliminar ou ter instrumentos hábeis para fazê-lo do relacionamento humano. O art. 1º da Convenção entende por “tortura” “qualquer ato através do qual se inflige intencionalmente dor ou sofrimento severos, seja físico ou mental, sobre uma pessoa com propósitos tais como obter



dela ou de uma terceira pessoa informação ou uma confissão, punindo-a por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou é suspeita de ter cometido, ou intimidando ou constrangendo a pessoa ou uma terceira pessoa, ou por qualquer razão baseada em qualquer forma de discriminação, quando tal dor ou sofrimento é infligido, instigado ou com o consentimento ou aprovação de uma autoridade pública ou outra pessoa agindo em uma capacidade oficial". Ainda que a conceituação seja extensiva, a convenção busca não definir o que é tortura, mas delinear os comportamentos que a caracterizam.

O livro "Brasil : nunca mais", da editora Vozes, 1985, 4ª ed., dá bem idéia do que foram os anos de abril de 1964 a março de 1979. Historicamente, a tortura era meio de obtenção da verdade. A realidade de hoje mostra-nos que, com sofisticados instrumentos ou mesmo com os conhecidos desde a Idade Média, é possível curvar o espírito das pessoas, não com o objetivo de obtenção da verdade, mas com o objetivo de obtenção de confissões não desejadas e politicamente incorretas.

No livro acima mencionado há relatos pungentes de pessoas que foram seviciadas ou viram a prática da tortura, sob as mais diversas formas. Desnecessário lembrá-las. Basta a menção para avivar a memória, para que não nos esqueçamos de passado cinza e aviltante na história do Brasil.

A memória não pode ser curta. Após vinte e um anos de regime militar, entremeado por suspiros e angústias, com brisa de esperança, dependendo do comportamento do Presidente indicado, o Brasil passou a viver em plena democracia, onde os direitos devem ser preservados e respeitados.

Não nos esqueçamos, entretanto, que o art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, determina que "ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Se buscarmos mais atrás no tempo, veremos exemplos terríveis como a denominada Lei de Talião, em que se punia com o mesmo castigo o ato infracional praticado. O Antigo Testamento estabelece que "se alguém ferir o seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido" (Êxodo, 21,20). O Eclesiástico admite a tortura dos escravos (33,27), embora recomende que se o trate como irmão



(33,32). O Apóstolo Paulo chega a apelar para sua cidadania, para livrar-se da tortura (“Atos dos Apóstolos, 22,24).

Na obscura Idade Média, a Igreja Católica, baseada em Tomás de Aquino (“Suma Teológica, Cap.X, págs. 1 a 5), admite a tortura, ao afirmar que “sucede às vezes que, quando um inocente é acusado falsamente perante um juiz este, para descobrir a verdade, o submete a tortura, agindo segundo a justiça; mas a causa disso é a falta de conhecimento humano”. Tal excerto da obra do grande teólogo ensejou ou fundamentou a denominada Inquisição.

Santo Agostinho em sua “De Civitate Dei” rejeita a prática da tortura, dizendo que os argumentos a favor são fúteis e fracos, enquanto que os contra são fortíssimos (Tomo V, ed. Proben, Basileia, ed.em 1551).

A partir de Cesare Beccaria (“Dei Delitti e dell penne”) os iluministas começam a questionar fortemente a tortura como meio de apuração da verdade. Para o Marquês de Beccaria, que sofreu na pele os horrores da masmorra, o inocente só tem a perder, e o culpado só a ganhar com a tortura. O primeiro, ou é condenado ou é absolvido, mas em qualquer caso terá sofrido antes uma pena indevida. Já o culpado tem sempre a seu favor a possibilidade de ser absolvido, resistindo firmemente ao suplício (1870: pág. 64). Posteriormente, a Revolução Francesa deu exemplos de repúdio a tais práticas.

Tudo culminou com a inserção de preceptivo forte contra a tortura em documento da Organização das Nações Unidas.

Mesmo assim, o prof. Victor Félix Reinaldi, da Universidade Nacional de Córdoba, registra que em informe de 1986, elaborado pelo jurista holandês, Peter Kooigmans, as Nações Unidas constatam que o mal ainda se alastra por todo o mundo, podendo converter-se “na praga da segunda metade do século XX” (v. **El delito de tortura**: B. Aires, Depalma, 1986, pág. 39).

No Brasil, há toda uma sorte de dispositivos constitucionais e legais que repudiam a prática da tortura. Depois da repressão por que passou o país, passou o Brasil a respirar liberdade, consolidando os princípios mais nobres no texto da Constituição vigente. Assim é que já no art. 1º se lê que um dos



fundamentos do Estado Democrático de direito brasileiro é a dignidade da pessoa humana (inciso III). Logo em seguida, já no art. 4º, lê-se que, na relação internacional, a República Federativa do Brasil rege-se pela “prevalência dos direitos humanos” (inciso II). No rol dos direitos e garantias individuais, o constituinte foi pródigo no asseguramento da pessoa humana, dispondo que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (incisos XLI) e determinando que “a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura...”. De outro lado, há asseguramento específico e detalhado dos direitos dos presos e, contra qualquer abuso, violência ou coação na liberdade de locomoção ou ilegalidade ou abuso de poder, existe o instrumento legal do “habeas corpus”, para eliminar ou evitar o abuso.

Enfim, o legislador constituinte erigiu a pessoa humana em elemento de preservação contra qualquer excesso da autoridade pública, restringindo seu comportamento aos limites legais.

Daí e agora o encaminhamento do projeto de lei em análise, que objetiva a punição do crime de tortura.

Em primeiro lugar, impõe-se a conceituação do que significa a tortura. O sujeito ativo do crime pode ser não só a autoridade ou seus agentes, mas também qualquer pessoa física não investida em cargo ou função. Em segundo ponto, convém que se redija o texto de forma a identificar um comportamento punível.

De Plácido e Silva, em seu “Vocabulário Jurídico” define a tortura como “sofrimento ou a dor provocada por maus-tratos físicos ou morais”. Pedro Nunes em seu “Dicionário de Tecnologia Jurídica” define: “Grande sofrimento físico, sob variadas formas (espancamento, choques, etc.) aplicado a alguém para obrigá-lo a confissões ou informações a respeito de determinado fato. É comum por motivos políticos”. O grande Nelson Hungria conceituou como “meio suplicante, a infrição de tormentos, a judiaria, a exasperação do sofrimento, dor, atos de inútil crueldade” (“Comentários ao Código Penal”, vol. V, nº 29). Bento de Faria define como “Ato de sofrimento, angústia, dor, amargura ou aflição cometida física ou psicologicamente” (“Código Penal Brasileiro comentado”, vol. I, pág. 21, Record Editora, 1941). Pedro Vergara esclarece como “maus-tratos ou atos de crueldade como simples desafogo de



perversidade. Designa também o sofrimento (físico ou moral) infringido a alguém, como a coação, para a prática de um ato de declaração, contrário ao coagido ou a outrem" ("Das circunstâncias agravantes, Forense, 1948, pág. 197).

Vê-se, pois, para irmos restringindo o tema, que os autores divergem sobre se a tortura é apenas a física ou também a moral. Deve prevalecer, a nosso ver, a inclusão da tortura dita psicológica, uma vez que também esta é a inflição de dor ou maus-tratos.

De outro lado, parece ressaltar também, que não é somente a prática do comportamento doloroso. Este comportamento infracional quando embutido em outro comportamento, não caracteriza o crime. Por exemplo, se há a inflição de dor, mas para causar lesão corporal em peleja, a dor está incluída na lesão, para a prática do crime. Não é só, pois, a agressão física ou moral que identifica o crime autônomo. Tem ele a predeterminação de obtenção de declaração, informação ou confissão para uso policial, administrativo ou judicial. O liame parece ser necessário.

Por fim, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Evidente que sendo o sujeito ativo agente público, a pena é agravada, como também na hipótese de a violência ser praticada contra criança ou adolescente sob sua tutela. Igualmente não se pode descuidar do impedimento temporário para o exercício de cargo, emprego ou função pública do agente que incorrer em tal delito.

De outra parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) penaliza a prática de tortura contra criança e adolescente (art. 233) com reclusão de um a cinco anos, agravada nos casos de lesão corporal grave (dois a oito anos), lesão corporal gravíssima (quatro a doze anos) e de morte (quinze a trinta anos). Na doutrina e nos tribunais há quem negue a eficácia desse dispositivo, por inexistir, ainda, norma tipificando o delito. Embora no julgamento do **habeas corpus** nº 70.389 o Supremo Tribunal Federal tenha entendido que o crime ali previsto é autônomo, entendemos conveniente suprimir o dispositivo, por considerar desaconselhável a coexistência de dois diplomas - um dispondo genericamente sobre o delito, tipificando-o, e outro definindo-o apenas quando praticado contra criança e adolescente.



Assim, optamos pela apresentação de Substitutivo, que, acolhendo idéias contidas nos diferentes textos em exame, parece-nos melhor atender aos objetivos da proposta e adequado ao direito penal moderno. Inclusive introduzindo no texto dispositivo que internacionaliza o combate ao crime, como recomenda a Convenção das Nações Unidas que subscrevemos.

Ante o exposto, opinamos pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito**, pela aprovação do Projeto de Lei em pauta e das emendas anexadas - afora a emenda nº 9, que rejeitamos, tudo nos termos do Substitutivo incluso.

SALA DA COMISSÃO, EM 26 DE JUNHO DE 1996

Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo em diligência, investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.



§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local onde aplicável a jurisdição brasileira.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DA COMISSÃO, EM 26 DE JUNHO DE 1996


Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 E

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

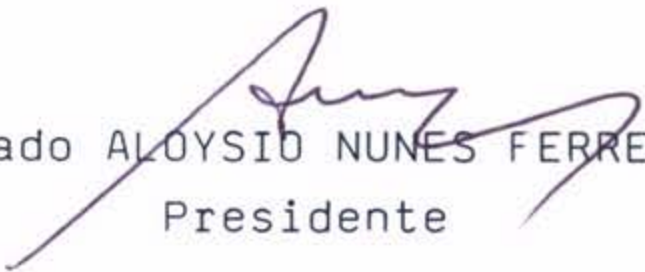
PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.716/94 e das Emendas oferecidas em Plenário; no mérito, pela aprovação, com substitutivo, das Emendas de nºs 1 a 8 e rejeição da de nº 9, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Régis de Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aloysio Nunes Ferreira - Presidente, Vicente Cascione - Vice-Presidente, Ciro Nogueira, Paes Landim, Régis de Oliveira, Rodrigues Palma, Vilmar Rocha, De Velasco, João Natal, Adhemar de Barros Filho, Adylson Motta, Gerson Peres, Jair Siqueira, Jarbas Lima, Prisco Viana, Ary Valadão, Almino Affonso, Danilo de Castro, Marconi Perillo, Welson Gasparini, Zulaiê Cobra, José Genoíno, Luiz Mainardi, Marcelo Déda, Milton Temer, Ênio Bacci, Aldo Arantes, Cláudio Cajado, Jair Soares, Magno Bacelar, Luís Barbosa e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 1996


Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 E

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Define os crimes de tortura e dá
outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo em diligência, investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local onde aplicável a jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no art. 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 1996


Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994

(DO PODER EXECUTIVO)

MENSAGEM Nº 664/94

Define os crimes de tortura e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e das emendas oferecidas em Plenário; no mérito, pela aprovação, com substitutivo, das emendas de nºs 1 a 8 e rejeição da de nº 9.

(PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994, EMENDADO EM PLENÁRIO, A QUE SE REFERE O PARECER)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, de 1994

Aprovada:

- a emenda aglutinativa substitutiva oferecida em Plenário.

Rejeitados:

- o requerimento de destaque para as expressões "ou grave ameaça" e "ou mental", constantes do inciso I do art. 1º da emenda aglutinativa substitutiva;
- o requerimento de destaque para as expressões "ou grave ameaça" e "ou mental", constantes do inciso II do art. 1º da emenda aglutinativa substitutiva.

Retirados:

- o requerimento de destaque para votação do art. 6º da emenda nº 01 para substituir o inciso II do § 3º do art. 1º do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação;
- o requerimento de destaque para votação da expressão "ou mental", constante do § 1º do art. 1º da emenda aglutinativa substitutiva.

Prejudicado:

- o requerimento de destaque para a expressão "ou psíquico", constante do caput e do inciso I do § 1º do art. 1º.

A matéria vai ao Senado Federal.

Em 03.07.96


Mozart Vianna de Paiva
Secretário-Geral da Mesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994

(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 664/94

Define os crimes de tortura e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e das emendas oferecidas em Plenário; no mérito, pela aprovação, com substitutivo, das emendas de nºs 1 a 8 e rejeição da de nº 9.

(PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994, EMENDADO EM PLENÁRIO, A QUE SE REFERE O PARECER)

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - Na Comissão de Direitos Humanos - Subsídios (art. 32, XVI, "d")
 - 1º relatório e substitutivo oferecido pelo relator
 - sugestão modificativa apresentada ao substitutivo
 - termo de recebimento de sugestões
 - 2º relatório e substitutivo oferecido pelo relator
 - subsídios oferecidos pela Comissão
- III - Emendas oferecidas em Plenário (09)
- IV - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
 - parecer do relator
 - substitutivo oferecido pelo relator
 - parecer reformulado
 - substitutivo oferecido pelo relator
 - parecer da Comissão
 - substitutivo adotado pela Comissão

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, a prestar informação, declaração ou confissão a ser utilizada em investigação, inquérito policial, administrativo ou processo judicial;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, com o objetivo de aplicar-lhe castigo pessoal, medida de caráter preventivo ou pena.

Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem:

I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico ou mental ou risco acentuado à saúde da vítima;

II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Se dos fatos previstos neste artigo resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos; se resulta morte, é de 8 (oito) a 16 (dezesseis) anos.

§ 3º As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, ou está no exercício de função pública, e pratica o crime prevalecendo-se do cargo ou função.

Art. 2º O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.

Art. 3º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 4º Não serão considerados como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

Mensagem nº 664, de 22 de agosto de 1994, do Poder Executivo

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, o texto do projeto de lei que "Define os crimes de tortura e dá outras providências".

Brasília, 22 de agosto de 1994.

[Assinatura]

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS MJ/EM Nº 382, de 12 de agosto de 1994, do
Senhor Ministro de Estado da Justiça

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Projeto de Lei, que tem por finalidade, assegurando o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), realizar a tipificação dos crimes de tortura e dar outras providências.

2. A tipificação dos crimes definidos neste Projeto significa uma evolução no ordenamento penal brasileiro. Relativamente ao crime de tortura, reafirmam-se os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Convenção de Cartagena, de 9 de dezembro de 1985, promulgada pelo Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelos Estados-Partes, para a prevenção e punição dos crimes de tortura, e na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991.

3. As tradições humanitárias do povo brasileiro e a consciência de que os atos de tal natureza merecem o repúdio geral recomendam a imediata adoção de medida legislativa interna disciplinando assuntos de tamanha relevância.

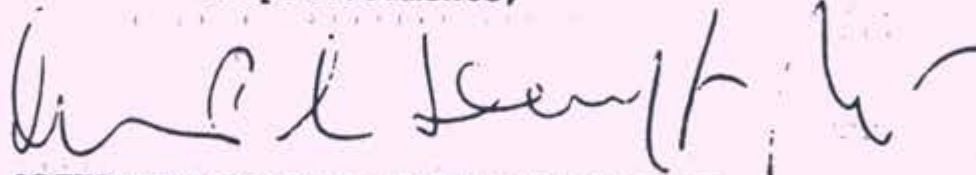
4. Para tanto, este Projeto objetiva fornecer à Justiça instrumento legal de incriminação, mediante acompanhamento processual especial e transparente, de modo a reprimir prática tão repugnante, que, pela inexistência de lei tipificadora, graçou foros de absoluta impunidade no nosso meio social.

5. Ademais, é certo que a Constituição em vigor dispõe que a lei "...considerará crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática da tortura" (art. 5º, inciso XLIII). E, exatamente, para fazer observar esse preceito, é que foi elaborado este Projeto com o fim de tipificar e estabelecer as penas correspondentes para a execrável prática da tortura.

6. Considerando, pois, a importância da matéria, há especial interesse deste Ministério em sua rápida aprovação, pelo que permito-me a sugerir a Vossa Excelência a utilização da faculdade concedida pelo § 1º do artigo 64 da Constituição Federal, com a remessa de mensagem ao Congresso Nacional solicitando urgência na apreciação deste Projeto.

7. Cabe finalmente esclarecer que a presente sugestão foi elaborada e proposta pela gestão precedente. Seu encaminhamento, nesta oportunidade, deve-se a uma necessária atualização de conteúdo, em virtude de fatos sociais relevantes.

Respeitosamente,



ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS
Ministro de Estado da Justiça


Aviso nº 1.836- SUPAR/C. Civil.

Brasília, 22 de agosto de 1994.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, acompanhada de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Justiça, relativa a projeto de lei que "Define os crimes de tortura e dá outras providências".

Atenciosamente,



HENRIQUE EDUARDO FERREIRA HARGREAVES
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Defiro, para que se realizem estudos destinados ao fornecimento de subsídios às Comissões competentes (art. 24, XIII c/c art. 32, XVI, "d" e "e", do RICD).
Em 31/10/95.


PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 01/95

A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS vem perante Vossa Excelência, nos termos regimentais, requerer a manifestação desta Comissão nos seguintes Projetos de Lei:

- Projeto de Lei nº 4.715/94 - do Poder Executivo - Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional de Direitos Humanos e dá outras providências.

- Projeto de Lei nº 4.716/94 - do Poder Executivo - Define os crimes de tortura e dá outras providências.

No PL 4.715/94, a Comissão discutirá sugestões no referente à indicação de que trata o § 1º do art. 3º do referido projeto, bem como oferecerá subsídios às Comissões para as quais a matéria foi distribuída, no que diz respeito às prerrogativas do Conselho contidas no art. 4º do PL.

No PL 4.716/94, a matéria a ser discutida no âmbito desta Comissão diz respeito à definição do crime de tortura estabelecida no art. 1º. Este tópico já vem sendo debatido pela Comissão no Ofício 341-S/95 enviado pelo Excelentíssimo Sr. Presidente Deputado Luiz Eduardo, cujo Relator é o Dep. Roberto Valadão (PMDB-ES).

Esclarecemos a V.Exa., que a manifestação requerida vem ao encontro às prerrogativas constantes da Res. nº 80/95 que criou a Comissão de Direitos Humanos, e visa estimular o debate que esta Comissão, juntamente com as demais Comissões da Casa, poderão realizar a respeito desse tema de grande relevância para a sociedade brasileira.

Neste Termos

Pede Deferimento.

Brasília, 29 de março de 1995



DEPUTADO NILMÁRIO MIRANDA
PRESIDENTE

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI NO 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá
outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

I - RELATÓRIO

Visa o projeto de lei 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, definir o crime de tortura.

Independente deste projeto, já havia na Câmara oito projetos definindo o crime de tortura. Embora não formalmente anexados, houvermos por bem considerá-los para a elaboração do presente parecer.

Dentre os projetos em tramitação, o mais importante é o 4783/90, do Executivo, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Nele se considera a tortura como um crime contra a humanidade, ao lado do terrorismo, do genocídio e do desaparecimento de pessoas.

Com o mesmo objetivo de substituir globalmente a Lei de Segurança Nacional, há o projeto 2.462/91, do deputado Hélio Bicudo, que igualmente inclui a tortura no capítulo dos crimes contra a humanidade.

Os demais seis projetos têm conteúdo menos abrangente.

O 2423/89, do Senado, define os crimes de tortura e terrorismo.

O 3935/89, também do Senado, estabelece a nulidade das provas obtidas mediante tortura.

O 837/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o 1.035/91, do deputado Vivaldo Barbosa, e o 2464/91, do deputado Hélio Bicudo, tratam exclusivamente do crime de tortura.

O 2.077/91, do deputado Pedro Correa, define as penas cruéis.

Este conjunto de oito projetos já recebeu parecer das Comissões de Meio Ambiente, Consumidor e Minorias e de Defesa Nacional, cujos relatores foram os deputados Fábio Feldmann e Roberto Magalhães, respectivamente. Estão na Comissão de Justiça desde 19/4/95.

II - VOTO DO RELATOR

"Ninguém será submetido a
torturas nem a penas ou tratamentos
cruéis, desumanos ou degradantes."

Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nenhuma prática causa maior repulsa à consciência humana que a tortura. Por desafiar os limites da crueldade, a mera descrição de seus métodos

já causa um horror tal que a maioria das pessoas sente náuseas e não consegue ler, ouvir ou ver relatos prolongados de torturas. Em respeito aos que vierem a ler este parecer, deixaremos de apresentar estas descrições.

Pela vergonha que representa para todo o gênero humano, a tortura tem sido objeto de tratamento sistemático pela Organização das Nações Unidas desde sua criação. O auge deste trabalho de banimento da tortura foi a aprovação pela Assembleia Geral da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 10 de dezembro de 1984. Em 1985, a Comissão de Direitos Humanos designou um Relator Especial encarregado de elaborar um quadro abrangente da prática da tortura no mundo. Para monitorar a implementação da convenção, foi criado em 1988 o Comitê contra a Tortura, composto por 10 especialistas em direitos humanos. Desde 1981 funciona o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

Também no âmbito regional foi estabelecida uma convenção contra a tortura. Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985.

Além destas convenções específicas, a tortura é condenada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966 (art. 7o) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 5o).

Todas as convenções supra-citadas foram devidamente ratificadas pelo Brasil.

A própria Constituição Federal repudia a tortura em mais de uma ocasião:

"Art. 5º

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."

XLVII - não haverá penas:
e) cruéis."

Apesar de todas estas solenes manifestações de repúdio, a tortura continua a ser praticada regularmente pelos órgãos policiais brasileiros. Tal situação é reconhecida oficialmente pelo governo, conforme o relatório apresentado em 1994 ao Comitê dos Direitos Humanos, como obrigação decorrente dos Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Segundo o relatório:

"A tortura de suspeitos de crimes nos distritos policiais continua matéria problemática no Brasil, apesar dos avanços legais recentes. Continuam a verificar-se casos de prática de tortura para extrair informações, confissões forçadas, para a prática de extorsão ou como forma de punição" (pag. 47).

Embora a tortura não seja exclusividade das instituições policiais, é sabido que sua prática mais generalizada ocorre nas delegacias, com vistas à obtenção de confissões de suspeitos e delação de comparsas. A sobrevivência desta prática representa uma herança dos processos da Inquisição, nos quais se presumia a culpa a partir de qualquer denúncia ou suspeita. A superação deste sistema brutal de investigação só veio a ocorrer a partir dos manifestos de iluministas como Beccaria e Verri. Tais ideais humanitários levam, no entanto, séculos até que sejam plenamente incorporados às instituições e às práticas sociais.

Por ser intrinsecamente degradante, não se admite a tortura mesmo como pena para os regularmente condenados. Seu uso na investigação criminal representa uma injustiça ainda maior, pois incide igualmente sobre culpados e inocentes. A distorção resultante é brutal, pois é a capacidade física e psicológica de cidadãos honestos tende a ser muito mais frágil que a de delinqüentes experientes. Diante dos terríveis sofrimentos a que ficam sujeitos, os "suspeitos" confessam quaisquer crimes que se lhes exija. A agravar esta situação está o fato de que se desenvolveram uma série de técnicas de tortura que não deixam vestígio no corpo da vítima, o que dificulta tanto a punição dos responsáveis, como a desconstituição da suposta confissão. O número de condenações de inocentes baseadas em "confissões" obtidas mediante tortura é inestimável, comprometendo a respeitabilidade de todo o sistema penal do país.

Não há exagero em comparar a criminalização da tortura à própria abolição da escravatura. Em ambos os casos trata-se de um salto gigantesco na direção dos direitos humanos, sem o qual não poderá o país se apresentar como civilizado no concerto das nações.

Na ausência de tipificação específica para a tortura, tem-se procurado enquadrar estas práticas nos crimes de lesões corporais ou de maus-tratos, cujas penas básicas são irrisórias (detenção de três meses a um ano e de dois meses a um ano, respectivamente).

Há diferenças significativas entre as definições, qualificadoras e penas estabelecidas nos diversos projetos já apresentados. Procurou-se incorporar a contribuição não apenas do projeto do executivo, mas de todos os demais projetos, razão pela qual concluímos pela apresentação não apenas de emendas, mas de um substitutivo.

Visando facilitar sua repressão, estabeleceu-se um tipo simples e direto, que descreve tão somente a conduta propriamente dita, independente da finalidade ou da intenção do agente. Procurou-se, por outro lado, evitar um conceito excessivamente amplo, que resultaria em sua banalização e confusão com outros tipos penais já existentes. Ao lado desta definição concisa, acrescentaram-se algumas condutas equiparadas, a fim de que não pudesse restar qualquer dúvida quanto ao seu enquadramento no tipo básico.

Buscou-se reprimir a tortura com uma pena básica proporcional à gravidade do delito, prevendo ainda uma série de agravantes conforme a qualidade do agente e a lesão resultante.

Nestes termos, concluímos pela apresentação do substitutivo, em anexo:

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1995


Deputado PEDRO WILSON
Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido por qualquer meio a capacidade de resistência, a sofrimento físico, psíquico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. A tortura também será caracterizada:

I - em procedimento investigatório, policial, administrativo ou no curso de ação judicial, com vistas à obtenção de provas ou informações de qualquer natureza;

II - para obtenção de vantagem de natureza econômica, fiscal, funcional ou política;

III - para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

IV - para traduzir discriminação de qualquer natureza;

§ 2º. Na mesma pena incorre quem:

I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico, mental ou moral ou risco acentuado à saúde da vítima;

II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de caráter preventivo ou de segurança a sofrimento físico, mental ou moral, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 3º. Se dos fatos previstos neste artigo resulta:

I - incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias; perigo de vida; debilidade permanente de membros, sentido ou função; aceleração de parto;

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

II - incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto;

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

III - morte;

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. O cumprimento de diretriz, orientação ou ordem superior não exime da responsabilidade.

Art. 2º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

Art. 3º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

Art. 4º. O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.

Art. 5º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 6º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1995.


Deputado PEDRO WILSON
Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

SUGESTÕES MODIFICATIVAS: Deputado HÉLIO BICUDO

I - RELATÓRIO

O nobre Deputado PEDRO WILSON apresentou parecer em que analisou o Projeto de Lei nº 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, que define os crimes de torturas, bem como todas as demais proposições, em tramitação que disciplinam a mesma matéria.

As demais proposições anexadas à principal já foram suficientemente relatadas.

Ao final, o relator conclui pela apresentação de substitutivo.

É o relatório.

II - VOTO

Com seu voto, o relator discorreu com muita propriedade sobre aspectos doutrinários relacionados ao crime de tortura, historiando, também, os instrumentos normativos internacionais que disciplinam o tema.

No que concerne especificamente ao substitutivo apresentado, temos algumas considerações a fazer.

O § 2º do art. 1º do substitutivo foi elaborado com o intuito de especificar e detalhar a conceituação do crime de tortura contida no "caput". Entendemos que a excessiva especificação e detalhismo do conceito do crime que se quer tipificar poderá ensejar dúvidas na interpretação do próprio conceito, posto que o mesmo já se encontra suficientemente definido no "caput".

O § 3º do art. 1º, por sua vez, tenta explicitar as consequências agravantes da lesão corporal de natureza grave, estipulando as penas decorrentes. Sucede que a lesão corporal de natureza grave se constitui em elemento do tipo penal que se está disciplinando: o crime de tortura. Consequentemente, o seu detalhamento e desdobramento tendem, como já afirmamos anteriormente, a dificultar o exegese do próprio conceito de crime de tortura.

Por conseguinte, estamos apresentando substitutivo àquele proposto pelo relator, contemplando as nossas ponderações e preservando o restante da proposta apresentada.

Ante o exposto, somos pela apresentação do substitutivo, em anexo.

Sala da Comissão, 24 de maio de 1995


Deputado HÉLIO BICUDO

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 129 do Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 129. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido, por qualquer meio, a capacidade de resistência, a maus tratos, com o fim de causar-lhe sofrimento físico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. Se resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos; se resulta morte, a reclusão é de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 2º. Se o crime é cometido por funcionário público, no exercício ou em razão, de suas funções, a pena aumenta-se de um terço até a metade.

§ 3º. Responde pelo delito, com as mesmas penas, a autoridade que dele tem conhecimento e não instaura o procedimento penal cabível para sua punição.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde, desde que a atuação do servidor resulte em tortura ou procure desqualificá-la para efeitos legais.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

§ 7º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

§ 8º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 2º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233.....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º.....

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º.....

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º.....

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 3º. O atual artigo 129 passa a receber a numeração de 130, alterando-se toda a numeração subsequente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 24 de maio de 1995.


Deputado HÉLIO BICUDO
Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

TERMO DE RECEBIMENTO DE SUGESTÕES

PROJETO DE LEI Nº 4.716/94

Nos termos do art. 32. XVI, "d" e "e" do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura de prazo para

apresentação de sugestões a partir de 24/05/95, por cinco sessões. Esgotado o prazo, foi oferecida 1 (uma) sugestão modificativa ao substitutivo.

Sala da Comissão, em 24/05/95

Teresinha de Lisieux Franco Miranda
Teresinha de Lisieux Franco Miranda
Secretária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

PROJETO DE LEI NO 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

I - RELATÓRIO

Visa o projeto de lei 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, definir o crime de tortura.

Independente deste projeto, já havia na Câmara oito projetos definindo o crime de tortura. Embora não formalmente anexados, houvermos por bem considerá-los para a elaboração do presente parecer.

Dentre os projetos em tramitação, o mais importante é o 4783/90, do Executivo, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Nele se considera a tortura como um crime contra a humanidade, ao lado do terrorismo, do genocídio e do desaparecimento de pessoas.

Com o mesmo objetivo de substituir globalmente a Lei de Segurança Nacional, há o projeto 2.462/91, do deputado Hélio Bicudo, que igualmente inclui a tortura no capítulo dos crimes contra a humanidade.

Os demais seis projetos têm conteúdo menos abrangente.

O 2423/89, do Senado, define os crimes de tortura e terrorismo.

O 3935/89, também do Senado, estabelece a nulidade das provas obtidas mediante tortura.

O 837/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o 1.035/91, do deputado Vivaldo Barbosa, e o 2464/91, do deputado Hélio Bicudo, tratam exclusivamente do crime de tortura.

O 2.077/91, do deputado Pedro Correa, define as penas cruéis.

Este conjunto de oito projetos já recebeu parecer das Comissões de Meio Ambiente, Consumidor e Minorias e de Defesa Nacional, cujos relatores foram os deputados Fábio Feldmann e Roberto Magalhães, respectivamente. Estão na Comissão de Justiça desde 19/4/95.

II - VOTO DO RELATOR

"Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nenhuma prática causa maior repulsa à consciência humana que a tortura. Por desafiar os limites da crueldade, a mera descrição de seus métodos

já causa um horror tal que a maioria das pessoas sente náuseas e não consegue ler, ouvir ou ver relatos prolongados de torturas. Em respeito aos que vierem a ler este parecer, deixaremos de apresentar estas descrições.

Pela vergonha que representa para todo o gênero humano, a tortura tem sido objeto de tratamento sistemático pela Organização das Nações Unidas desde sua criação. O auge deste trabalho de banimento da tortura foi a aprovação pela Assembleia Geral da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 10 de dezembro de 1984. Em 1985, a Comissão de Direitos Humanos designou um Relator Especial encarregado de elaborar um quadro abrangente da prática da tortura no mundo. Para monitorar a implementação da convenção, foi criado em 1988 o Comitê contra a Tortura, composto por 10 especialistas em direitos humanos. Desde 1981 funciona o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

Também no âmbito regional foi estabelecida uma convenção contra a tortura. Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985.

Além destas convenções específicas, a tortura é condenada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966 (art. 7o) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 5o).

Todas as convenções supra-citadas foram devidamente ratificadas pelo Brasil.

A própria Constituição Federal repudia a tortura em mais de uma ocasião:

"Art. 5º

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."

XLVII - não haverá penas:
e) cruéis."

Apesar de todas estas solenes manifestações de repúdio, a tortura continua a ser praticada regularmente pelos órgãos policiais brasileiros. Tal situação é reconhecida oficialmente pelo governo, conforme o relatório apresentado em 1994 ao Comitê dos Direitos Humanos, como obrigação decorrente dos Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Segundo o relatório:

"A tortura de suspeitos de crimes nos distritos policiais continua matéria problemática no Brasil, apesar dos avanços legais recentes. Continuam a verificar-se casos de prática de tortura para extrair informações, confissões forçadas, para a prática de extorsão ou como forma de punição" (pag. 47).

Embora a tortura não seja exclusividade das instituições policiais, é sabido que sua prática mais generalizada ocorre nas delegacias, com vistas à obtenção de confissões de suspeitos e delação de comparsas. A sobrevivência desta prática representa uma herança dos processos da Inquisição, nos quais se presumia a culpa a partir de qualquer denúncia ou suspeita. A superação deste sistema brutal de investigação só veio a ocorrer a partir dos manifestos de iluministas como Beccaria e Verri. Tais ideais humanitários levam, no entanto, séculos até que sejam plenamente incorporados às instituições e às práticas sociais.

Por ser intrinsecamente degradante, não se admite a tortura mesmo como pena para os regularmente condenados. Seu uso na investigação criminal representa uma injustiça ainda maior, pois incide igualmente sobre culpados e inocentes. A distorção resultante é brutal, pois é a capacidade física e psicológica de cidadãos honestos tende a ser muito mais frágil que a de delinquentes experientes. Diante dos terríveis sofrimentos a que ficam sujeitos, os "suspeitos" confessam quaisquer crimes que se lhes exija. A agravar esta situação está o fato de que se desenvolveram uma série de técnicas de tortura que não deixam vestígio no corpo da vítima, o que dificulta tanto a punição dos responsáveis, como a desconstituição da suposta confissão. O número de condenações de inocentes baseadas em "confissões" obtidas mediante tortura é inestimável, comprometendo a respeitabilidade de todo o sistema penal do país.

Não há exagero em comparar a criminalização da tortura à própria abolição da escravatura. Em ambos os casos trata-se de um salto gigantesco na direção dos direitos humanos, sem o qual não poderá o país se apresentar como civilizado no concerto das nações.

Na ausência de tipificação específica para a tortura, tem-se procurado enquadrar estas práticas nos crimes de lesões corporais ou de maus-tratos, cujas penas básicas são irrisórias (detenção de três meses a um ano e de dois meses a um ano, respectivamente).

Há diferenças significativas entre as definições, qualificadoras e penas estabelecidas nos diversos projetos já apresentados. Procurou-se incorporar a contribuição não apenas do projeto do executivo, mas de todos os demais projetos, razão pela qual concluímos pela apresentação não apenas de emendas, mas de um substitutivo.

Visando facilitar sua repressão, estabeleceu-se um tipo simples e direto, que descreve tão somente a conduta propriamente dita, independente da finalidade ou da intenção do agente. Procurou-se, por outro lado, evitar um conceito excessivamente amplo, que resultaria em sua banalização e confusão com outros tipos penais já existentes. Ao lado desta definição concisa, acrescentaram-se algumas condutas equiparadas, a fim de que não pudesse restar qualquer dúvida quanto ao seu enquadramento no tipo básico.

Buscou-se reprimir a tortura com uma pena básica proporcional à gravidade do delito, prevendo ainda uma série de agravantes conforme a qualidade do agente e a lesão resultante.

Nestes termos, concluímos pela adoção do substitutivo, em anexo, apresentado pelo Deputado Hélio Bicudo durante a discussão da proposição, ressaltando que o mesmo procura de forma objetiva facilitar a interpretação e aplicação desta norma tão importante e emergencial para a sociedade brasileira.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 1995


Deputado PEDRO WILSON
Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 129 do Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 passa a ter a seguinte redação:

"TORTURA

Art. 129. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido, por qualquer meio, a capacidade de resistência, a maus tratos, com o fim de causar-lhe sofrimento físico, psíquico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. Se resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos; se resulta morte, a reclusão é de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 2º. Se o crime é cometido por funcionário público, no exercício ou em razão de suas funções, a pena aumenta-se de um terço até a metade.

§ 3º. Responde pelo delito, com as mesmas penas, a autoridade que dele tem conhecimento e não instaura o procedimento penal cabível para sua punição.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde, desde que a atuação do servidor resulte em tortura ou procure desqualificá-la para efeitos legais.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, adiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

§ 7º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

§ 8º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem."

Art. 2º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233.....

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º.....

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º.....

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 3º. O atual artigo 129 passa a receber a numeração de 130, alterando-se toda a numeração subsequente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 31 de maio de 1995.

Deputado PEDRO WILSON
Relator

SUBSÍDIOS OFERECIDOS PELA COMISSÃO (art. 32, XVI, "d")

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 (Mensagem nº 664/94)

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo
RELATOR: Deputado PEDRO WILSON

A Comissão de Direitos Humanos, em reunião ordinária realizada hoje, unanimemente deliberou, com base no art. 32, XVI, "d", pelo oferecimento de subsídios ao PROJETO DE LEI Nº 4.716/94, nos termos do parecer do relator, com substitutivo.

Estiveram presente os senhores Deputados Nilmário Miranda, De Velasco, Fernando Lopes, Fernando Gabeira, Flávio Ams, Francisco Silva, Gilvan Freire, Hélio Bicudo, Raimundo Santos e Rita Camata, titulares. Agnelo Queiroz, Domingos Dutra, Maria Valadão, Pedro Wilson e Rubens Cosac, suplentes.

Sala da Comissão, 31 de maio de 1995

Nilmário Miranda
Deputado NILMÁRIO MIRANDA
Pre dente

0001**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994**

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido por qualquer meio a capacidade de resistência, a sofrimento físico, psíquico ou moral.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º. A tortura também será caracterizada:

I - em procedimento investigatório, policial, administrativo ou no curso de ação judicial, com vistas à obtenção de provas ou informações de qualquer natureza;

II - para obtenção de vantagem de natureza econômica, fiscal, funcional ou política;

III - para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

IV - para traduzir discriminação de qualquer natureza;

§ 2º. Na mesma pena incorre quem:

I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico, mental ou moral ou risco acentuado à saúde da vítima;

II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de caráter preventivo ou de segurança a sofrimento físico, mental ou moral, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 3º. Se dos fatos previstos neste artigo resulta:

I - incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias; perigo de vida; debilidade permanente de membros, sentido ou função; aceleração de parto;

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

II - incapacidade permanente para o trabalho; enfermidade incurável; perda ou inutilização de membro, sentido ou função; deformidade permanente; aborto;

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

III - morte;

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.

§ 4º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde.

§ 5º. O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao superior hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.

§ 6º. O cumprimento de diretriz, orientação ou ordem superior não exime da responsabilidade.

Art. 2º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.

Art. 3º. A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.

Art. 4º. O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.

Art. 5º. O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.

Art. 6º. O art. 233 da Lei 8.069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente -, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 233
Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.

§ 1º

Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.

§ 2º

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 20 (vinte) anos.

§ 3º

Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos."

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1996

Hélio Bicudo
Deputado **HÉLIO BICUDO**
PT/SP

Pedro Wilson
Deputado **PEDRO WILSON**
PT/GO

Imônio do Brasil
DEC - PTB

0002

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994
Mensagem no 664/94

"Define os crimes de tortura e dá outras providências".

AUTOR: Poder Executivo

EMENDA SUBSTITUTIVA

JUSTIFICATIVA

Visa o projeto de lei 4.716/94, de autoria do Poder Executivo, definir o crime de tortura.

Independente deste existem tramitando na Câmara, oito projetos definindo o crime de tortura. Foram eles considerados para a elaboração da emenda substitutiva em questão.

Dentre os projetos em tramitação, o mais importante é o 4783/90, do Executivo, que estabelece os crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Nele se considera a tortura como um crime contra a humanidade, ao lado do terrorismo, do genocídio e do desaparecimento de pessoas.

Com o mesmo objetivo de substituir globalmente a Lei de Segurança Nacional, há o projeto 2.462/91, do deputado Hélio Bicudo, que igualmente inclui a tortura no capítulo dos crimes contra a humanidade.

Os demais seis projetos têm conteúdo menos abrangente.

O 2423/89, do Senado, define os crimes de tortura e terrorismo.

O 3935/89, também do Senado, estabelece a nulidade das provas obtidas mediante tortura.

O 837/91, do deputado Sigmaringa Seixas, o 1.035/91, do deputado Vivaldo Barbosa, e o 2464/91, do deputado Hélio Bicudo, tratam exclusivamente do crime de tortura.

O 2.077/91, do deputado Pedro Correa, define as penas cruéis.

"Ninguém será submetido a torturas nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes."

Artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos

Nenhuma prática causa maior repulsa à consciência humana que a tortura. Por desafiar os limites da crueldade, a mera descrição de seus métodos já causa um horror tal que a maioria das pessoas sente náuseas e não consegue ler, ouvir ou ver relatos prolongados de torturas. Em respeito aos que vierem a ler este parecer, deixaremos de apresentar estas descrições.

Pela vergonha que representa para todo o gênero humano, a tortura tem sido objeto de tratamento sistemático pela Organização das Nações Unidas desde sua criação. O auge deste trabalho de banimento da tortura foi a aprovação pela Assembléia Geral da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, em 10 de dezembro de 1984. Em 1985, a Comissão de Direitos Humanos designou um Relator Especial encarregado de elaborar um quadro abrangente da prática da tortura no mundo. Para monitorar a implementação da convenção, foi criado em 1988 o Comitê contra a Tortura, composto por 10 especialistas em direitos humanos. Desde 1981 funciona o Fundo de Contribuições Voluntárias das Nações Unidas para as Vítimas da Tortura.

Também no âmbito regional foi estabelecida uma convenção contra a tortura. Trata-se da Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, de 1985.

Além destas convenções específicas, a tortura é condenada pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966 (art. 7o) e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 5o).

Todas as convenções supra-citadas foram devidamente ratificadas pelo Brasil.

A própria Constituição Federal repudia a tortura em mais de uma ocasião:

"Art. 5º

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem."

XLVII - não haverá penas:
e) cruéis."

Apesar de todas estas solenes manifestações de repúdio, a tortura continua a ser praticada regularmente pelos órgãos policiais brasileiros. Tal situação é reconhecida oficialmente pelo governo, conforme o relatório apresentado em 1994 ao Comitê dos Direitos Humanos, como obrigação decorrente dos Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Segundo o relatório:

"A tortura de suspeitos de crimes nos distritos policiais continua matéria problemática no Brasil, apesar dos avanços legais recentes. Continuam a verificar-se casos de prática de tortura para extrair informações, confissões forçadas, para a prática de extorsão ou como forma de punição" (pag. 47).

Embora a tortura não seja exclusividade das instituições policiais, é sabido que sua prática mais generalizada ocorre nas delegacias, com vistas à obtenção de confissões de suspeitos e delação de comparsas. A sobrevivência desta prática representa uma herança dos processos da Inquisição, nos quais se presumia a culpa a partir de qualquer denúncia ou suspeita. A superação deste sistema brutal de investigação só veio a ocorrer a partir dos manifestos de iluministas como Beccaria e Verri. Tais ideais humanitários levam, no entanto, séculos até que sejam plenamente incorporados às instituições e às práticas sociais.

Por ser intrinsecamente degradante, não se admite a tortura mesmo como pena para os regularmente condenados. Seu uso na investigação criminal representa uma injustiça ainda maior, pois incide igualmente sobre

culpados e inocentes. A distorção resultante é brutal, pois é a capacidade física e psicológica de cidadãos honestos tende a ser muito mais frágil que a de delinquentes experientes. Diante dos terríveis sofrimentos a que ficam sujeitos, os "suspeitos" confessam quaisquer crimes que se lhes exija. A agravar esta situação está o fato de que se desenvolveram uma série de técnicas de tortura que não deixam vestígio no corpo da vítima, o que dificulta tanto a punição dos responsáveis, como a desconstituição da suposta confissão. O número de condenações de inocentes baseadas em "confissões" obtidas mediante tortura é inestimável, comprometendo a respeitabilidade de todo o sistema penal do país.

Não há exagero em comparar a criminalização da tortura à própria abolição da escravatura. Em ambos os casos trata-se de um salto gigantesco na direção dos direitos humanos, sem o qual não poderá o país se apresentar como civilizado no concerto das nações.

Na ausência de tipificação específica para a tortura, tem-se procurado enquadrar estas práticas nos crimes de lesões corporais ou de maus-tratos, cujas penas básicas são irrisórias (detenção de três meses a um ano e de dois meses a um ano, respectivamente).

Há diferenças significativas entre as definições, qualificadoras e penas estabelecidas nos diversos projetos já apresentados. Procurou-se incorporar a contribuição não apenas do projeto do executivo, mas de todos os demais projetos, razão pela qual concluímos pela apresentação não apenas de emendas, mas de um substitutivo.

Visando facilitar sua repressão, estabeleceu-se um tipo simples e direto, que descreve tão somente a conduta propriamente dita, independente da finalidade ou da intenção do agente. Procurou-se, por outro lado, evitar um conceito excessivamente amplo, que resultaria em sua banalização e confusão com outros tipos penais já existentes. Ao lado desta definição concisa, acrescentaram-se algumas condutas equiparadas, a fim de que não pudesse restar qualquer dúvida quanto ao seu enquadramento no tipo básico.

Buscou-se reprimir a tortura com uma pena básica proporcional à gravidade do delito, prevendo ainda uma série de agravantes conforme a qualidade do agente e a lesão resultante.

Nestes termos, apresentamos substitutivo, em anexo, para a devida apreciação pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1996

Hélio Bicudo
Deputado HÉLIO BICUDO
PT/SP

Pedro Wilson
Deputado PEDRO WILSON
PT/GO

João ... - *PT-PA*
Imagem do ...

0003

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

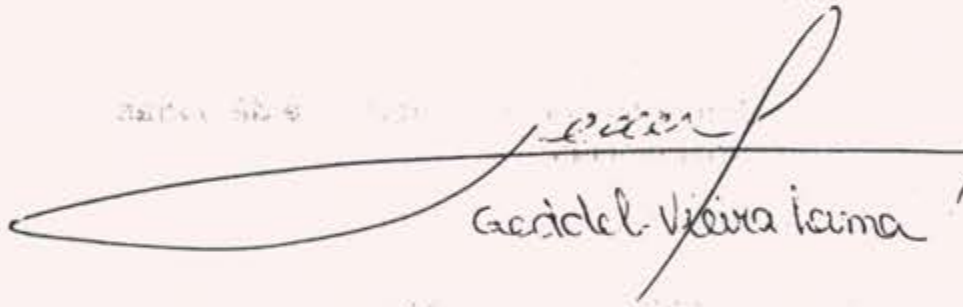
O inciso I do art.1º passa a ter a seguinte redação:

"I - *constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico, mental ou moral, a prestar informação, declaração ou confissão a ser utilizada em investigação, inquérito policial, administrativo ou processo judicial*"

Justificativa

A exemplo do que propõe o PL 4.783/90, a tortura consiste, além do sofrimento físico e mental, em gravames morais, cujas sequelas são tão ou mais expressivas, que as físicas e psíquicas.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG


Gericlei Vieira Lima

BSB 04.06.96

0004

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.


EMENDA Nº

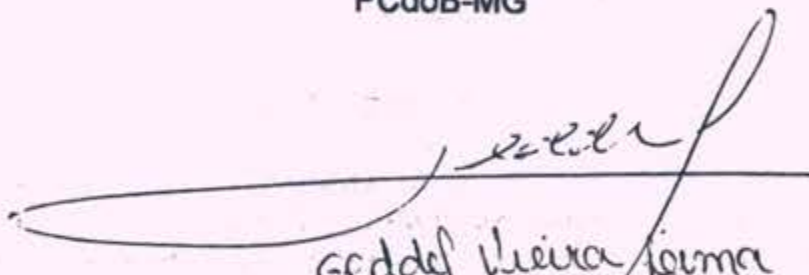
Suprimam-se do inciso I do § 1º do art.1º as palavras **"intenso"** e **"acentuado"**;

Lote: 72
Caixa: 225
PL Nº 4716/1994
83

Justificativa

Prever-se que somente um intenso sofrimento ou um acentuado risco à saúde sejam vedados em lei, significa admitir o sofrimento e risco à saúde. É por isso que não tem cabimento admitir-se que alguém seja submetido a sofrimento ou a risco de saúde, além do natural constrangimento decorrente da detenção em razão de flagrante delito ou por decisão judicial.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG


Geddel Vieira Lima

- APROVADO

BSB C4 C6.96

0005

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

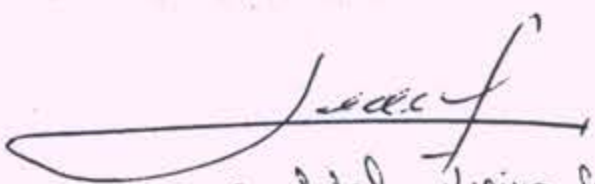
EMENDA Nº

No § 3º do art. 1º, onde se lê "um terço", leia-se "metade";

Justificativa

O aumento, como proposto pelo projeto, de acréscimo de pena, quando o agente seja servidor público ou está no exercício de função pública, em apenas um terço, não retrata a gravidade da tortura, que na maioria dos casos é praticada por agente público ou servidor público. Assinale-se que nesta hipótese, o PL nº 4.783/90 sugere o aumento da metade da pena.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG


Geddel Vieira Lima

- APROVADO

0006

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se do inciso II do art. 1º a palavra "*intenso*";

Justificativa

Prever-se que somente um intenso sofrimento seja vedado em lei, significa admitir o sofrimento. É por isso que não tem cabimento admitir-se que alguém seja submetido a sofrimento, além do natural constrangimento decorrente da detenção em razão de flagrante delito ou por decisão judicial.

DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG

71125
GILBERTO J. L. L. A.
04.06.96

0007

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

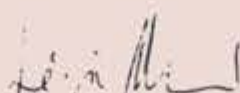
Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprima-se o inciso II do § 1º do art. 1º.

Justificativa

Não tem cabimento admitir que alguma pessoa presa ou sujeita a medida de segurança seja submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. Além de ser óbvio que atos não previstos em lei ou que não resultem de medidas legais, o art.1º prevê as hipóteses que impedem qualquer forma de constrangimento no propósito por ele relacionado.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG

 - APROVADO
Geddel Vieira Lima 100 04 06 96

0008

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

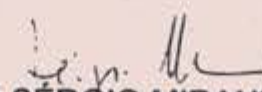
Define os crimes de tortura e dá outras providências.

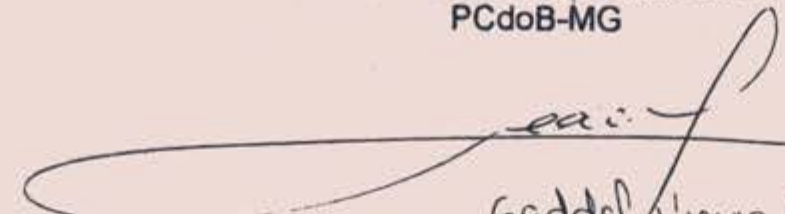
EMENDA Nº

Suprima-se do inciso II do § 1º do art.1º a expressão "**por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal**";

Justificativa

Não tem cabimento admitir que alguma pessoa presa ou sujeita a medida de segurança seja submetida a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. Além de ser óbvio que atos não previstos em lei ou que não resultem de medidas legais, o art.1º prevê as hipóteses que impedem qualquer forma de constrangimento no propósito por ele relacionado.


DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG

 - APROVADO
Geddel Vieira Lima

0009

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

EMENDA Nº

Acrescente-se, no art.3º, após a palavra "graça", a palavra "indulto"

Justificativa

A não previsão do indulto no texto legal possibilitaria aos condenados a hipótese de se beneficiarem deste instituto jurídico-penal, não se justificando, tendo em vista a gravidade do crime de tortura.

Sérgio Miranda
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
PCdoB-MG

Geridol - Maria Lima

BSB 04.06.96

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei oriundo do Executivo, definindo a tortura como delito autônomo.

Na exposição de motivos que o acompanha, o então Ministro da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat, assinala que além de traduzir uma evolução no direito penal pátrio, a iniciativa reafirma "os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Convenção de Cartagena, de 9 de dezembro de 1985, promulgada pelo Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelos Estados-Partes, para a prevenção e punição dos crimes de tortura, e na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991."

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, lamenta-se que a pressa só agora imposta ao projeto tenha inviabilizado a discussão proposta pelo eminente penalista e Deputado Ibrahim Abi-Ackel, justificável tanto pelo nível dos debatedores indicados como pelo interesse que o tema desperta em todo o mundo. Sua importância transcende as fronteiras do direito interno, como o confirmam as diferentes Convenções internacionais existentes, algumas das quais firmadas pelo Brasil, como a das Nações Unidas, aprovada por consenso em 1984, e a de Cartagena, ambas já referendadas por esta Casa através dos Decretos Legislativos nºs 4 e 5 de 1989, respectivamente.

Ademais, a própria gravidade do tema recomendaria o debate nos termos sugeridos, pois como assinala Belisário dos Santos Júnior, com sua autoridade de membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo, em artigo que recebemos em nosso Gabinete, não basta "criar mais uma lei penal...". Como diz, há outros aspectos que mereceriam ser examinados nesse tipo de norma, dentre os quais o que ele chama de "mecanismos de prevenção", tais como "obrigatoriedade de imediata comunicação de qualquer detenção ao Poder Judiciário; o reconhecimento do direito do preso de comunicação, no momento da detenção, com familiares ou pessoas que indicar; o direito do preso à assistência de advogado enquanto perdurar a detenção", etc..

De acordo com a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou desagradantes, aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, aos 10 de dezembro de 1984, os países signatários devem eliminar ou ter instrumentos hábeis para fazer o relacionamento humano. O art. 1º da Convenção entende por "tortura" "qualquer ato através do qual se inflige intencionalmente dor ou sofrimento severos, seja físico ou mental, sobre uma pessoa com propósitos tais como obter dela ou de uma terceira pessoa informação ou uma confissão, punindo-a por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou é suspeita de ter cometido, ou intimidando ou constringendo a pessoa ou uma terceira pessoa, ou por qualquer razão baseada em qualquer forma de discriminação, quando tal dor ou sofrimento é infligido, instigado ou com o consentimento ou aprovação de uma autoridade pública ou outra pessoa agindo em uma capacidade oficial". Ainda que a conceituação seja extensiva, a convenção busca não definir o que é tortura, mas delinear os comportamentos que a caracterizam.

O livro "Brasil : nunca mais", da editora Vozes, 1985, 4ª ed., dá bem idéia do que foram os anos de abril de 1964 a março de 1979. Historicamente, a tortura era meio de obtenção da verdade. A realidade de hoje mostra-nos que, com sofisticados instrumentos ou mesmo com os conhecidos desde a Idade Média, é possível curvar o espírito das pessoas, não com o objetivo de obtenção da verdade, mas com o objetivo de obtenção de confissões não desejadas e politicamente incorretas.

No livro acima mencionado há relatos pungentes de pessoas que foram seviciadas ou viram a prática da tortura, sob as mais diversas formas. Desnecessário lembrá-las. Basta a menção para avivar a memória, para que não nos esqueçamos de passado cinza e aviltante na história do Brasil.

A memória não pode ser curta. Após vinte e um anos de regime militar, entremeado por suspiros e angústias, com brisa de esperança, dependendo do comportamento do Presidente indicado, o Brasil passou a viver em plena democracia, onde os direitos devem ser preservados e respeitados.

Não nos esqueçamos, entretanto, que o art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, determina que "ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Se buscarmos mais atrás no tempo, veremos exemplos terríveis como a denominada Lei de Talião, em que se punia com o mesmo castigo o ato infracional praticado. O Antigo Testamento estabelece que, "se alguém ferir o seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido" (Êxodo, 21,20). O Eclesiástico admite a tortura dos escravos (33,27), embora recomende que se o trate como irmão (33,32). O Apóstolo Paulo chega a apelar para sua cidadania, para livrar-se da tortura ("Atos dos Apóstolos, 22,24).

Na obscura Idade Média, a Igreja Católica, baseada em Tomás de Aquino ("Suma Teológica, Cap.X, págs. 1 a 5), admite a tortura, ao afirmar que "sucede às vezes que, quando um inocente é acusado falsamente perante um juiz este, para descobrir a verdade, o submete a tortura, agindo segundo a justiça; mas a causa disso é a falta de conhecimento humano". Tal excerto da obra do grande teólogo ensinou ou fundamentou a denominada Inquisição.

Santo Agostinho em sua "De Civitate Dei" rejeita a prática da tortura, dizendo que os argumentos a favor são fúteis e fracos, enquanto que os contra são fortíssimos (Tomo V, ed. Proben, Basileia, ed. em 1551).

A partir de Cesare Beccaria ("Dei Delitti e dell' penna") os iluministas começam a questionar fortemente a tortura como meio de apuração da verdade. Para o Marquês de Beccaria, que sofreu na pele os horrores da masmorra, o inocente só tem a perder, e o culpado só a ganhar com a tortura. O primeiro, ou é condenado ou é absolvido, mas em qualquer caso terá sofrido antes uma pena indevida. Já o culpado tem sempre a seu favor a possibilidade de ser absolvido, resistindo firmemente ao suplício (1870: pág. 64). Posteriormente, a Revolução Francesa deu exemplos de repúdio a tais práticas.

Tudo culminou com a inserção de preceptivo forte contra a tortura em documento da Organização das Nações Unidas.

Mesmo assim, o prof. Victor Félix Reinaldi, da Universidade Nacional de Córdoba, registra que em informe de 1986, elaborado pelo jurista holandês, Peter Kooigmans, as Nações Unidas constatam que o mal ainda se alastra por todo o mundo, podendo converter-se "na praga da segunda metade do século XX" (v. *El delito de tortura*: B. Aires, Depalma, 1986, pág. 39).

No Brasil, há toda uma sorte de dispositivos constitucionais e legais que repudiam a prática da tortura. Depois da repressão por que passou o país, passou o Brasil a respirar liberdade, consolidando os princípios mais nobres no texto da Constituição vigente. Assim é que já no art. 1º se lê que um dos fundamentos do Estado Democrático de direito brasileiro é a dignidade da pessoa humana (inciso III). Logo em seguida, já no art. 4º, lê-se que, na relação internacional, a República Federativa do Brasil rege-se pela "prevalência dos direitos humanos" (inciso II). No rol dos direitos e garantias individuais, o constituinte foi pródigo no asseguramento da pessoa humana, dispondo que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais" (incisos XLI) e determinando que "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura...". De outro lado, há asseguramento específico e detalhado dos direitos dos presos e, contra qualquer abuso, violência ou coação na liberdade de locomoção ou ilegalidade ou abuso de poder, existe o instrumento legal do "habeas corpus", para eliminar ou evitar o abuso.

Enfim, o legislador constituinte erigiu a pessoa humana em elemento de preservação contra qualquer excesso da autoridade pública, restringindo seu comportamento aos limites legais.

Dai e agora o encaminhamento do projeto de lei em análise, que objetiva a punição do crime de tortura.

Em primeiro lugar, impõe-se a conceituação do que significa a tortura. O sujeito ativo do crime pode ser não só a autoridade ou seus agentes, mas também qualquer pessoa física não investida em cargo ou função. Em segundo ponto, convém que se redija o texto de forma a identificar um comportamento punível.

De Plácido e Silva, em seu "Vocabulário Jurídico" define a tortura como "sofrimento ou a dor provocada por maus-tratos físicos ou morais". Pedro Nunes em seu "Dicionário de Técnica Jurídica" define: "Grande sofrimento físico, sob variadas formas (spancamento, choques, etc.) aplicado a alguém para obrigá-lo a confissões ou informações a respeito de determinado fato. É comum por motivos políticos". O grande Nelson Hungria conceituou como "meio suplicante, a inflição de tormentos, a judiaria, a exasperação do sofrimento, dor, atos de inútil crueldade" ("Comentários ao Código Penal", vol. V, nº 29). Bento de Faria define como "Ato de sofrimento, angústia, dor, amargura ou aflição cometida física ou psicologicamente" ("Código Penal Brasileiro comentado", vol. I, pág. 21, Record Editora, 1941). Pedro Vergara esclarece como "maus-tratos ou atos de crueldade como simples desafogo de perversidade. Designa também o sofrimento (físico ou moral) infringido a alguém, como a coação, para a prática de um ato de declaração, contrário ao coagido ou a outrem" ("Das circunstâncias agravantes, Forense, 1948, pág. 197).

Vê-se, pois, para irmos restringindo o tema, que os autores divergem sobre se a tortura é apenas a física ou também a moral. Deve prevalecer, a nosso ver, a inclusão da tortura dita psicológica, uma vez que também esta é a inflição de dor ou maus-tratos.

De outro lado, parece ressaltar também, que não é somente a prática do comportamento doloroso. Este comportamento infracional quando embutido em outro comportamento, não caracteriza o crime. Por exemplo, se há a inflição de dor, mas para causar lesão corporal em peleja, a dor está incluída na lesão, para a prática do crime. Não é só, pois, a agressão física ou moral que identifica o crime autônomo. Tem ele a predeterminação de obtenção de declaração, informação ou confissão para uso policial, administrativo ou judicial. O liame parece ser necessário.

Por fim, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.


Evidente que sendo o sujeito ativo agente público, a pena é agravada, como também na hipótese de a violência ser praticada contra criança ou adolescente sob sua tutela. Igualmente não se pode descuidar do impedimento temporário para o exercício de cargo, emprego ou função pública do agente que incorrer em tal delito.

De outra parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) penaliza a prática de tortura contra criança e adolescente (art. 233) com reclusão de um a cinco anos, agravada nos casos de lesão corporal grave (dois a oito anos), lesão corporal gravíssima (quatro a doze anos) e de morte (quinze a trinta anos). Na doutrina e nos tribunais há quem negue a eficácia desse dispositivo, por inexistir, ainda, norma tipificando o delito. Embora no julgamento do **habeas corpus** n° 70.389 o Supremo Tribunal Federal tenha entendido que o crime ali previsto é autônomo, entendemos conveniente suprimir o dispositivo, por considerar desaconselhável a coexistência de dois diplomas - um dispondo genericamente sobre o delito, tipificando-o, e outro definindo-o apenas quando praticado contra criança e adolescente.

Assim, optamos pela apresentação de Substitutivo, que, acolhendo idéias contidas nos diferentes textos em exame, parece-nos melhor atender aos objetivos da proposta e adequado ao direito penal moderno.

Ante o exposto, opinamos pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito**, pela aprovação do Projeto de Lei em pauta, nos termos do Substitutivo incluso.

SALA DA COMISSÃO, EM 25 DE JUNHO DE 1996



Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, grave ameaça, privações ou qualquer outro ato doloroso ou constrangedor, em diligência ou investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de três a seis anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de dez a vinte anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público,

II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DA COMISSÃO, EM 25 DE JUNHO DE 1996


Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

Cuida-se de Projeto de Lei oriundo do Executivo, definindo a tortura como delito autônomo.

Na exposição de motivos que o acompanha, o então Ministro da Justiça, Alexandre de Paula Dupeyrat, assinala que além de traduzir uma evolução no direito penal pátrio, a iniciativa reafirma "os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, na Convenção de Cartagena, de 9 de dezembro de 1985, promulgada pelo Decreto nº 98.386, de 9 de novembro de 1989, que dispõe sobre as medidas a serem adotadas pelos Estados-Partes, para a prevenção e punição dos crimes de tortura, e na Convenção das Nações Unidas Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas e Degradantes, promulgada pelo Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991."

A matéria encontra-se nesta Casa desde agosto de 1994. Foi distribuída inicialmente a este Órgão e remetida depois, a pedido, à Comissão de Direitos Humanos.

Na sua primeira passagem por aqui, o projeto obteve parecer favorável do relator Maurício Najar, com emendas. Na Comissão de Direitos Humanos, recebeu Substitutivo do relator Pedro Wilson, fundado em sugestões do Deputado Hélio Bicudo.

Retornando a este Colegiado, o Deputado Maurício Najar, novamente designado relator, propôs seu apensamento ao Projeto de Lei 4.783/90, com amparo no parágrafo único do art. 142, em combinação com o art. 143 do Regimento Interno. O Projeto de Lei nº 4.783, também de iniciativa do Executivo, trata dos denominados crimes contra o Estado Democrático e a Humanidade e revoga a Lei de Segurança Nacional. Encontra-se atualmente nesta Comissão, estando-lhe apensos os Projetos de Lei nºs. 2.462/91, de iniciativa do Deputado Hélio Bicudo; 837/91, de autoria do Deputado Sigmaringa Seixas; 1.035/91, proposto pelo Deputado Vivaldo Barbosa; 2.077/91, do Deputado Pedro Correia; 2.423/89 e o de nº 3.935/89, ambos procedentes do Senado Federal.

A sugestão não chegou a ser apreciada por este órgão técnico. O Deputado Ibrahim Abi-Ackel já se pronunciou contra ela, por considerar que isso ampliaria bastante o leque do debate, retardando o andamento da matéria em evidência. Sugere, contudo, que o projeto seja discutido com penalistas notáveis, como os Ministros Francisco de Assis Toledo e Luiz Vicente Cernicchiaro, e apresenta um "Esboço" das alterações que entende necessárias aos textos em exame.

Posteriormente, em função do regime de urgência, o Substitutivo da Comissão de Direitos Humanos foi formalizado em plenário,

juntamente com a emenda substitutiva nº 2, do Deputado Hélio Bicudo e nele contemplada, além das emendas nºs 3 a 9, do Deputado Sérgio Miranda.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, lamenta-se que a pressa só agora imposta ao projeto tenha inviabilizado a discussão proposta pelo eminente penalista e Deputado Ibrahim Abi-Ackel, justificável tanto pelo nível dos debatedores indicados como pelo interesse que o tema desperta em todo o mundo. Sua importância transcende as fronteiras do direito interno, como o confirmam as diferentes Convenções internacionais existentes, algumas das quais firmadas pelo Brasil, como a das Nações Unidas, aprovada por consenso em 1984, e a de Cartagena, ambas já referendadas por esta Casa através dos Decretos Legislativos nºs 4 e 5 de 1989, respectivamente.

Ademais, a própria gravidade do tema recomendaria o debate nos termos sugeridos, pois como assinala Belisário dos Santos Júnior, com sua autoridade de membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo, em artigo que recebemos em nosso Gabinete, não basta "criar mais uma lei penal...." Como diz, há outros aspectos que mereceriam ser examinados nesse tipo de norma, dentre os quais o que ele chama de "mecanismos de prevenção", tais como "obrigatoriedade de imediata comunicação de qualquer detenção ao Poder Judiciário; o reconhecimento do direito do preso de comunicação, no momento da detenção, com familiares ou pessoas que indicar; o direito do preso à assistência de advogado enquanto perdurar a detenção", etc..

De acordo com a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou castigos cruéis, desumanos ou desagradantes, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, aos 10 de dezembro de 1984, os países signatários devem eliminar ou ter instrumentos hábeis para fazê-lo do relacionamento humano. O art. 1º da Convenção entende por "tortura" "qualquer ato através do qual se inflige intencionalmente dor ou sofrimento severos, seja físico ou mental, sobre uma pessoa com propósitos tais como obter dela ou de uma terceira pessoa informação ou uma confissão, punindo-a por um ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou é suspeita de ter cometido, ou intimidando ou constringendo a pessoa ou uma terceira pessoa, ou por qualquer razão baseada em qualquer forma de discriminação, quando tal dor ou sofrimento é infligido, instigado ou com o consentimento ou aprovação de uma autoridade pública ou outra pessoa agindo em uma capacidade oficial". Ainda que a conceituação seja extensiva, a convenção busca não definir o que é tortura, mas delinear os comportamentos que a caracterizam.

O livro "Brasil : nunca mais", da editora Vozes, 1985, 4ª ed., dá bem idéia do que foram os anos de abril de 1964 a março de 1979. Historicamente, a tortura era meio de obtenção da verdade. A realidade de hoje mostra-nos que, com sofisticados instrumentos ou mesmo com os conhecidos desde a Idade Média, é possível curvar o espírito das pessoas, não com o objetivo de obtenção da verdade, mas com o objetivo de obtenção de confissões não desejadas e politicamente incorretas.

No livro acima mencionado há relatos pungentes de pessoas que foram seviciadas ou viram a prática da tortura, sob as mais diversas formas. Desnecessário lembrá-las. Basta a menção para avivar a memória, para que não nos esqueçamos de passado cinza e aviltante na história do Brasil.

A memória não pode ser curta. Após vinte e um anos de regime militar, entremeado por suspiros e angústias, com brisa de esperança, dependendo do comportamento do Presidente indicado, o Brasil passou a viver em plena democracia, onde os direitos devem ser preservados e respeitados.

Não nos esqueçamos, entretanto, que o art. 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, determina que "ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante".

Se buscarmos mais atrás no tempo, veremos exemplos terríveis como a denominada Lei de Talião, em que se punia com o mesmo castigo o ato infracional praticado. O Antigo Testamento estabelece que "se alguém ferir o seu escravo ou a sua serva com uma vara, e o ferido morrer debaixo de sua mão, será punido" (Êxodo, 21,20). O Eclesiástico admite a tortura dos escravos (33,27), embora recomende que se o trate como irmão (33,32). O Apóstolo Paulo chega a apelar para sua cidadania, para livrar-se da tortura ("Atos dos Apóstolos, 22,24).

Na obscura Idade Média, a Igreja Católica, baseada em Tomás de Aquino ("Suma Teológica, Cap.X, págs. 1 a 5), admite a tortura, ao afirmar que "sucede às vezes que, quando um inocente é acusado falsamente perante um juiz este, para descobrir a verdade, o submete a tortura, agindo segundo a justiça; mas a causa disso é a falta de conhecimento humano". Tal excerto da obra do grande teólogo ensejou ou fundamentou a denominada Inquisição.

Santo Agostinho em sua "De Civitate Dei" rejeita a prática da tortura, dizendo que os argumentos a favor são fúteis e fracos, enquanto que os contra são fortíssimos (Tomo V, ed. Proben, Basileia, ed. em 1551).

A partir de Cesare Beccaria ("Dei Delitti e dell' penna") os iluministas começam a questionar fortemente a tortura como meio de apuração da verdade. Para o Marquês de Beccaria, que sofreu na pele os horrores da masmorra, o inocente só tem a perder, e o culpado só a ganhar com a tortura. O primeiro, ou é condenado ou é absolvido, mas em qualquer caso terá sofrido antes uma pena indevida. Já o culpado tem sempre a seu favor a possibilidade de ser absolvido, resistindo firmemente ao suplício (1870: pág. 64). Posteriormente, a Revolução Francesa deu exemplos de repúdio a tais práticas.

Tudo culminou com a inserção de preceptivo forte contra a tortura em documento da Organização das Nações Unidas.

Mesmo assim, o prof. Victor Félix Reinaldi, da Universidade Nacional de Córdoba, registra que em informe de 1986, elaborado pelo jurista

holandês, Peter Kooigmans, as Nações Unidas constatam que o mal ainda se alastra por todo o mundo, podendo converter-se "na praga da segunda metade do século XX" (v. *El delito de tortura*: B. Aires, Depalma, 1986, pág. 39).

No Brasil, há toda uma sorte de dispositivos constitucionais e legais que repudiam a prática da tortura. Depois da repressão por que passou o país, passou o Brasil a respirar liberdade, consolidando os princípios mais nobres no texto da Constituição vigente. Assim é que já no art. 1º se lê que um dos fundamentos do Estado Democrático de direito brasileiro é a dignidade da pessoa humana (inciso III). Logo em seguida, já no art. 4º, lê-se que, na relação internacional, a República Federativa do Brasil rege-se pela "prevalência dos direitos humanos" (inciso II). No rol dos direitos e garantias individuais, o constituinte foi pródigo no asseguramento da pessoa humana, dispondo que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais" (incisos XLI) e determinando que "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura...". De outro lado, há asseguramento específico e detalhado dos direitos dos presos e, contra qualquer abuso, violência ou coação na liberdade de locomoção ou ilegalidade ou abuso de poder, existe o instrumento legal do "habeas corpus", para eliminar ou evitar o abuso.

Enfim, o legislador constituinte erigiu a pessoa humana em elemento de preservação contra qualquer excesso da autoridade pública, restringindo seu comportamento aos limites legais.

Dai e agora o encaminhamento do projeto de lei em análise, que objetiva a punição do crime de tortura.

Em primeiro lugar, impõe-se a conceituação do que significa a tortura. O sujeito ativo do crime pode ser não só a autoridade ou seus agentes, mas também qualquer pessoa física não investida em cargo ou função. Em segundo ponto, convém que se redija o texto de forma a identificar um comportamento punível.

De Plácido e Silva, em seu "Vocabulário Jurídico" define a tortura como "sofrimento ou a dor provocada por maus-tratos físicos ou morais", Pedro Nunes em seu "Dicionário de Técnica Jurídica" define: "Grande sofrimento físico, sob variadas formas (espancamento, choques, etc.) aplicado a alguém para obrigá-lo a confissões ou informações a respeito de determinado fato. É comum por motivos políticos". O grande Nelson Hungria conceituou como "meio suplicante, a inflição de tormentos, a judiaria, a exasperação do sofrimento, dor, atos de inútil crueldade" ("Comentários ao Código Penal", vol. V, nº 29). Bento de Faria define como "Ato de sofrimento, angústia, dor, amargura ou aflição cometida física ou psicologicamente" ("Código Penal Brasileiro comentado", vol. I, pág. 21, Record Editora, 1941). Pedro Vergara esclarece como "maus-tratos ou atos de crueldade como simples desafogo de perversidade. Designa também o sofrimento (físico ou moral) infringido a alguém, como a coação, para a prática de um ato de declaração, contrário ao coagido ou a outrem" ("Das circunstâncias agravantes, Forense, 1948, pág. 197).

Vê-se, pois, para irmos restringindo o tema, que os autores divergem sobre se a tortura é apenas a física ou também a moral. Deve prevalecer, a nosso ver, a inclusão da tortura dita psicológica, uma vez que também esta é a inflição de dor ou maus-tratos.

De outro lado, parece ressaltar também, que não é somente a prática do comportamento doloroso. Este comportamento infracional quando embutido em outro comportamento, não caracteriza o crime. Por exemplo, se há a inflição de dor, mas para causar lesão corporal em peleja, a dor está incluída na lesão, para a prática do crime. Não é só, pois, a agressão física ou moral que identifica o crime autônomo. Tem ele a predeterminação de obtenção de declaração, informação ou confissão para uso policial, administrativo ou judicial. O liame parece ser necessário.

Por fim, o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Evidente que sendo o sujeito ativo agente público, a pena é agravada, como também na hipótese de a violência ser praticada contra criança ou adolescente sob sua tutela. Igualmente não se pode descuidar do impedimento temporário para o exercício de cargo, emprego ou função pública do agente que incorrer em tal delito.

De outra parte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) penaliza a prática de tortura contra criança e adolescente (art. 233) com reclusão de um a cinco anos, agravada nos casos de lesão corporal grave (dois a oito anos), lesão corporal gravíssima (quatro a doze anos) e de morte (quinze a trinta anos). Na doutrina e nos tribunais há quem negue a eficácia desse dispositivo, por inexistir, ainda, norma tipificando o delito. Embora no julgamento do **habeas corpus** n° 70.389 o Supremo Tribunal Federal tenha entendido que o crime ali previsto é autônomo, entendemos conveniente suprimir o dispositivo, por considerar desaconselhável a coexistência de dois diplomas - um dispondo genericamente sobre o delito, tipificando-o, e outro definindo-o apenas quando praticado contra criança e adolescente.

Assim, optamos pela apresentação de Substitutivo, que, acolhendo idéias contidas nos diferentes textos em exame, parece-nos melhor atender aos objetivos da proposta e adequado ao direito penal moderno. Inclusive introduzindo no texto dispositivo que internacionaliza o combate ao crime, como recomenda a Convenção das Nações Unidas que subscrevemos.

Ante o exposto, opinamos pela **constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito**, pela aprovação do Projeto de Lei em pauta e das emendas anexadas - afora a emenda n° 9, que rejeitamos, tudo nos termos do Substitutivo incluso.

SALA DA COMISSÃO, EM 26 DE JUNHO DE 1996



Deputado REGIS DE OLIVEIRA

RELATOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo em diligência, investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local onde aplicável a jurisdição brasileira.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DA COMISSÃO, EM 26 DE JUNHO DE 1996


Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 E

EMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIO

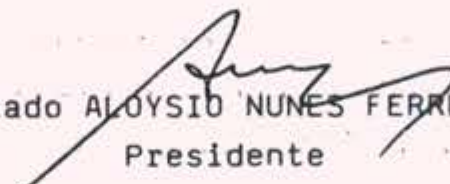
III- PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.716/94 e das Emendas oferecidas em Plenário; no mérito, pela aprovação, com substitutivo, das Emendas de nºs 1 a 8 e rejeição da de nº 9, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado Régis de Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aloysio Nunes Ferreira - Presidente, Vicente Cascione - Vice-Presidente, Ciro Nogueira, Paes Landim, Régis de Oliveira, Rodrigues Palma, Vilmar Rocha, De Velasco, João Natal, Adhemar de Barros Filho, Adylson Motta, Gerson Peres, Jair Siqueira, Jarbas Lima, Prisco Viana, Ary Valadão, Almino Affonso, Danilo de Castro, Marconi Perillo, Welton Gasparini, Zulaiê Cobra, José Genofino, Luiz Mainardi, Marcelo Déda, Milton Temer, Ênio Bacci, Aldo Arantes, Cláudio Cajado, Jair Soares, Magno Bacelar, Luís Barbosa e Nilson Gibson.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 1996


Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Define os crimes de tortura e dá
outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo em diligência, investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de ter ceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

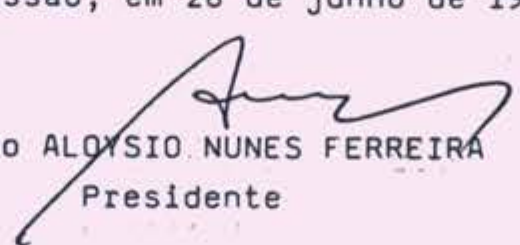
§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local onde aplicável a jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no art. 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 1996


Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Memorando nº 32/95-CCP

Brasília-DF, 03 de abril de 1995.

Da Diretora da Coordenação de Comissões Permanentes
À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação

Senhor Secretário

Em cumprimento ao despacho do Sr. Presidente no Requerimento nº 01/95, da Comissão de Direitos Humanos, em anexo, solicito a V. Sa. o encaminhamento do Projeto de Lei nº 4.716/94 à referida Comissão.

Atenciosamente,

MARIA INÊS DE BESSA LINS

- Diretora -



SENHOR PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE DIREITO PENAL,
DEPUTADO ADYLSO MOTA

O Projeto de Lei nº 4.716/94, originário do Poder Executivo, que define o delito autônomo de Tortura, foi relatado na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação pelo Deputado Maurício Najar, que opinou no sentido de sua aprovação, com emenda modificativa do artigo 1º, parágrafo 2º, referente à fixação da pena.

A Comissão de Direitos Humanos, entendendo que o exame da matéria era também de sua competência, obteve do Presidente da Casa despacho favorável à sua pretensão, tendo daí resultado o Substitutivo subscrito pelo Relator naquela Comissão, Deputado Pedro Wilson.

Tendo o Deputado Hélio Bicudo oferecido sugestões à Comissão, o Deputado Pedro Wilson, ainda como Relator, ofereceu novo Substitutivo ao Projeto, o qual foi finalmente submetido ao Deputado Maurício Najar na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação.

Entendeu o Deputado Maurício Najar que o projeto devia ser anexado ao Projeto de Lei nº 4.783/90, que trata dos "Crimes Contra a Humanidade", ao qual já se encontravam apensados os Projetos de Lei nº 2423/89, 837, 1035, 2077 e 2464, estes últimos de 1991.



CÂMARA DOS DEPUTADOS


Ocorre que esses últimos projetos versam matéria controvertida, de grande abrangência, e envolvem, dentre outras consequências, a revogação da Lei de Segurança Nacional, a incorporação de várias de suas figuras delitivas no Código Penal e a definição de novos delitos para a qual se torna mister o mais amplo debate entre a comunidade jurídica especializada no Direito Penal (trata o projeto da definição, dentre outros crimes, dos de traição, atentado contra a soberania, espionagem, insurreição, sabotagem, terrorismo e outros).

É, contudo, da maior conveniência que se tipifique desde logo o delito de Tortura. Por essa razão venho sugerir a Vossa Excelência que obtenha do Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação despacho que autorize o exame, em separado, do Projeto de Lei nº 4.716, que trata exclusivamente desse crime.

Como vê Vossa Excelência são dois os projetos de definição do crime de Tortura que se oferecem ao exame dessa Subcomissão: o do Poder Executivo, com emenda do Deputado Maurício Najar, e o do Deputado Hélio Bicudo, acolhido pela Comissão de Direitos Humanos, e subscrito pelo respectivo relator, Deputado Pedro Wilson.

Parece-me aconselhável, apesar da importância dessas colaborações, ampliar o exame da matéria, motivo pelo qual venho sugerir-lhe a realização de debate, nesta Subcomissão, com os eminentes Ministros Francisco de Assis Toledo e Luiz Vicente Chernerichiaro, cujos nomes sugiro a Vossa Excelência por serem dois mestres de notória competência, a quem se deve importantes estudos de Direito Penal, e a quem devem ser oferecidos, para antecipado exame, os textos do Projeto e do Substitutivo, bem como o da sugestão que ora ofereço ao exame da matéria.

Sala das Sessões, 29 de maio de 1996.


IBRAHIM ABI-ACKEL
Relator



ESBOÇO

Art. - Causar a alguém sofrimento físico ou mental, mediante violência, privações ou grave ameaça, para obter informação, depoimento ou confissão, em diligência ou inquérito policial, ou em processo administrativo ou judicial.

Art. - Incorre nas mesmas penas quem causa a alguém sofrimento físico ou mental, mediante violência, privações ou grave ameaça, com o fim de impor castigo, pena ou medida de segurança.

Art. - A Pena é aumentada de um terço se o agente pratica o crime no exercício de cargo ou função pública, e de um a dois terços se o agente tem o ofendido sob sua guarda, poder ou autoridade.

Art. - Seguem-se as disposições que tratam da pena em casos de lesão grave e homicídio, decorrentes da tortura.

Brasília, 29 de maio de 1996.

Ibrahim Abi-Ackel
IBRAHIM ABI-ACKEL
Relator

30

6010 106/97



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

OF. Nº 114-P/1996 - CCJR

Brasília, em 26 de junho de 1996



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências regimentais cabíveis, o Projeto de Lei nº 4.716/94, apreciado por este Órgão Técnico nesta data.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUÍS EDUARDO MAGALHÃES
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
N E S T A

Item 1

**PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994
(DO PODER EXECUTIVO)**

DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994, QUE DEFINE OS CRIMES DE TORTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; TENDO PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA CONSTITUCIONALIDADE, JURIDICIDADE, TÉCNICA LEGISLATIVA DESTE E DAS EMENDAS DE PLENÁRIO; NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO, DAS EMENDAS DE PLENÁRIO NºS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 E 8, E PELA REJEIÇÃO DA DE Nº 9 (RELATOR: SR. RÉGIS DE OLIVEIRA).

A MATÉRIA TEM PRAZO CONSTITUCIONAL VENCIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 29 DE JUNHO DE 1996.

NÃO HAVENDO ORADORES INSCRITOS,

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.



PASSA-SE À VOTAÇÃO.

FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO, EM TURNO ÚNICO, DO
PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 - (CRIMES DE TORTURA)

RELAÇÃO DE ORADORES CONTRÁRIOS À PROPOSIÇÃO.....

1. Arnaldo Fanc da S. ✓
2. ARNALDO TIMÓTEO ✓
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.

RELAÇÃO DE ORADORES A FAVOR DA PROPOSIÇÃO.....

1. JOSE GENOINO ✓
2. ~~PEDRO WILSON~~
3. Jerson Peres ✓
4. Aldo Arantes ✓
5. Almino Afonso ✓
6. Vicente Casanova
7. ~~Luiz Carlos Oliveira~~
- 8.
- 9.
- 10.

**FOLHA DE INSCRIÇÃO PARA ENCAMINHAMENTO, EM TURNO ÚNICO, DO
PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 - (CRIMES DE TORTURA)**

RELAÇÃO DE ORADORES CONTRÁRIOS À PROPOSIÇÃO.....

- 1.....
- 2.....
- 3.....
- 4.....
- 5.....
- 6.....
- 7.....
- 8.....
- 9.....
- 10.....

RELAÇÃO DE ORADORES A FAVOR DA PROPOSIÇÃO.....

1. *Pedro Wilson*.....
2. *Godmy Viana*.....
- 3.....
- 4.....
- 5.....
- 6.....
- 7.....
- 8.....
- 9.....
- 10.....

EMENDA AGLUTINATIVA

"Define os crimes de tortura e dá
outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) em razão de discriminação racial ou religiosa.

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - Reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal;

§ 2º. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º. Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

- I - se o crime é cometido por agente público;
- II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;
- III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§ 5º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

Handwritten signatures and initials:
M. J. ...
Hélio Bicudo
PT/SP
J. ...
PSDB





§ 6º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º. O condenado por crime previsto nesta lei, salvo a hipótese do parágrafo 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DE SESSÕES, EM DE JULHO DE 1996


 PSDS
 - PMDB - PSC -
PMN - PSD
 - PTB -
Hélio Bicudo PTB - PFL - ATB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sr. PRESIDENTE:

~~Ata~~
03/7/96

NOS TERMOS REGIMENTAIS REQUEIRO DESTAQUE
PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DAS EXPRESSÕES
"OU GRAVE AMEAÇA" e "OU MENTAL" DO INCISO ~~II~~ I
do ART 12 (EMENDA AGLUTINATIVA)

SALA das sessões, 03-JUL-96

① ~~Assessoria~~
JAIR BOLSONARO

② ~~Assessoria~~ ~~Assessoria~~ ~~Assessoria~~
E JOÃO PIAZOLATI

3- ~~Assessoria~~

CARLOS LIMA
JOSE PEREIRA

4- ~~Assessoria~~

Jorge Wilson
Eduardo Trindade

5- ~~Assessoria~~

6- ~~Assessoria~~

Adalberto
Eduardo Trindade

7- ~~Assessoria~~

LUIZ BRAS
ROMEL ANÍLIO

8- ~~Assessoria~~

9- ~~Assessoria~~

10- ~~Assessoria~~

Severino Leopoldo

11- ~~Assessoria~~

12- Alvaro Athayde ALVARO ATHAYDE

13- ~~Assessoria~~ - FELIPE MENDES

14- ~~Assessoria~~ - PEDRO CORRÊA

15- ~~Assessoria~~

16- ~~Assessoria~~

ADOLSON MOTA
Alzina Cavalcanti

17- ~~Assessoria~~

34 Depenafin

35 Edson Queiroz

36

37 Fr. Giani

38 Oryan

39

40

41

42 Mutch

43 Baer

44

45

46

47

48

49

50

51

51

DILSO STORACIO

EDSON QUEIROZ

Joni Magalhães

Luiz Aguiar

Bethelindo

Augusto Viubius

Enrico Morais

ENINACDO Rikhi

ALVARO GAUDENCIO NETO

SERGIO BARCELLOS

MURILO PINTAIREO

Duilio Pisaneschi

Vicente Carmo

Henri Magalhães PTB

Federico Domingos

Flavio Darzi

Flavio Darzi

Wesley Neto PAB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESTAQUE AO PARÁGRAFO I, DO ART 1: DA EMENDA
A GLUTINAVA

18-

19-

20-

21-

22

23

24

25-

26

27

28

29

30

31

32

33

Francisco Lúcio

Osório Rocha

Oswaldo Bialch
Amilém Rodrigues

Marquino Chom

DE VELASCO

Herculano

Poderoso

Jorge Távora

Julio Reboredo

Stuart Foster

WERNER WANDERER

607 Paulo Figueira

52 - Roberto Dainip.

53 - Luis Brando 

54 - RIVALDO MACARI 

55 - 

56 -  5918

57 -  NELSON MEURER

CÂMARA DOS DEPUTADOS
SECRETARIA-GERAL DA MESA - SGM
Serviço Eletrônico de Votação

DATA: 03/07/96

(131)

Votação:

PL. 4716/94 - DYS - (Req.) ~~Expressão~~ EXPRESSÃO ((...))

+

-

Nº	DEPUTADO:	O VOTO É:			PAINEL		
		SIM	NÃO	ABST.	SIM	NÃO	ABST.
		0	+3	0	-2	-1	
1	EMANUEL FERNANDES - SP		X			X	
2	CARLOS MOSCONI - MG		X		X		
3	MENDONÇA FILHO - PE		X		X		
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
TOTAL DE RETIFICAÇÕES:		SIM	NÃO	ABST.			
		-2	+2	0			

RESULTADO DE VOTAÇÃO:

	PAINEL	RETIFICAÇÕES	RESULTADO FINAL
SIM	85	- 2	83
NÃO	270	+ 2	2
ABST.	6		6
TOTAL	361		361



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Se: Presidente

03/10

NOS TERMOS REGIMENTAIS REQUERO
DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO
DA EXPRESSÃO "OU PSÍQUICO" CONSTANTE
NO CAPUT DO ART. 1º E NO INCISO I
DO § 1º DO MESMO ARTIGO. (SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 4716/94).

SALA das sessões

1

Jair Bolsonaro

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

ARNALDO R. SA

ITAMAR SERRA

ANTONIO JORGE

EVARISTO MATTAR

Alcina Cavalcanti

Jorge Wilson

M. M. L. L.

NELSON MEUREN

DR. M. P. D. V. A. C. C.

PTB

JOÃO MENEZES

Juan Carlos


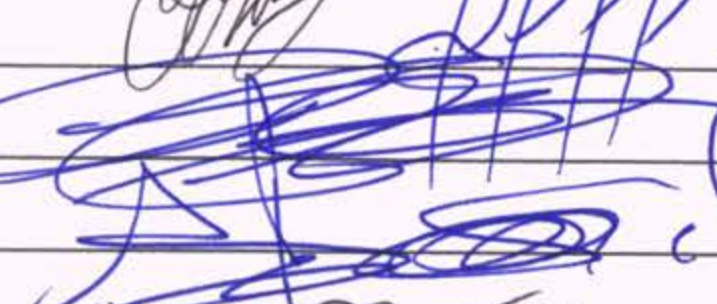
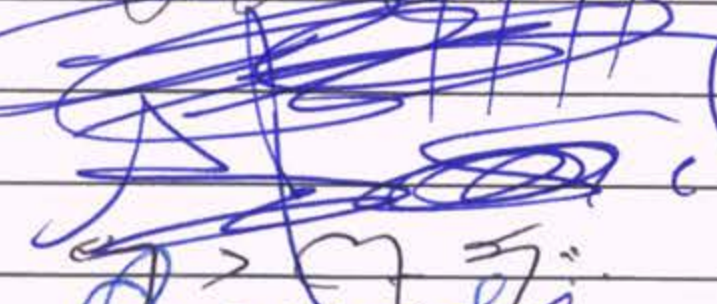
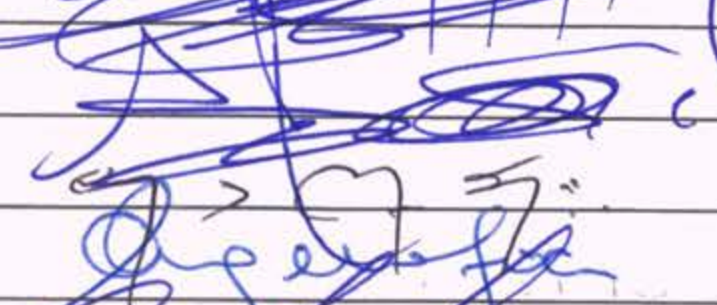
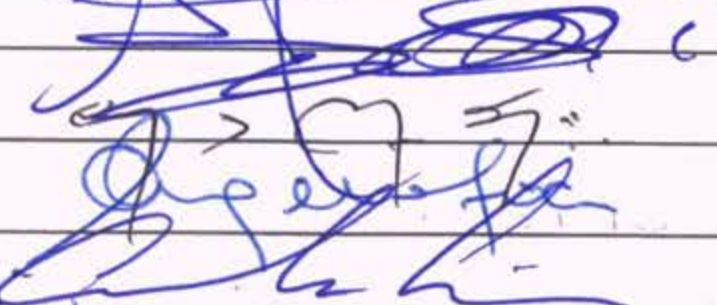
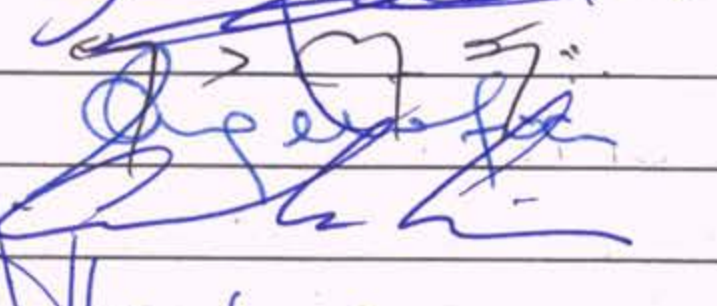
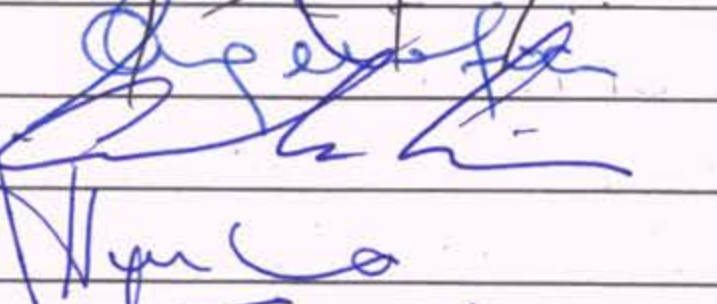
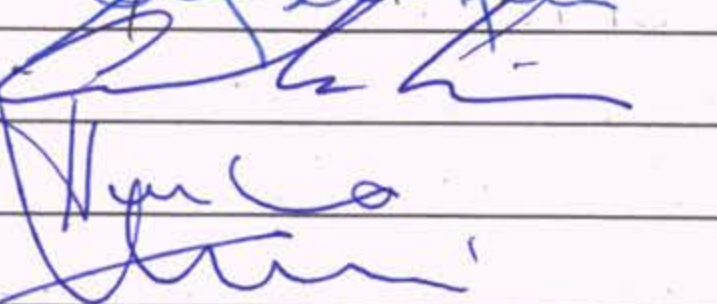
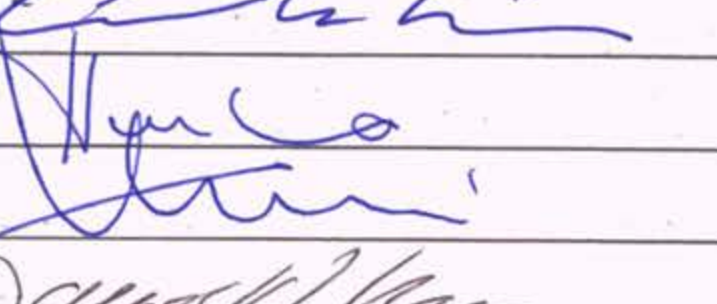
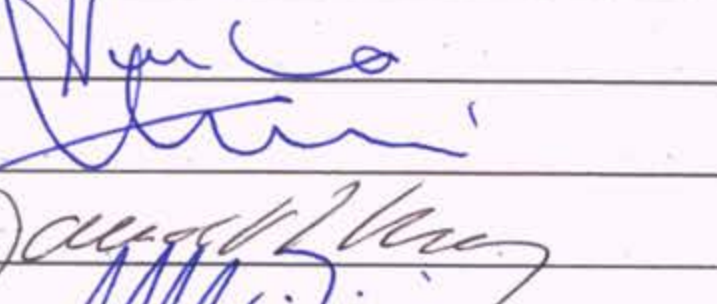
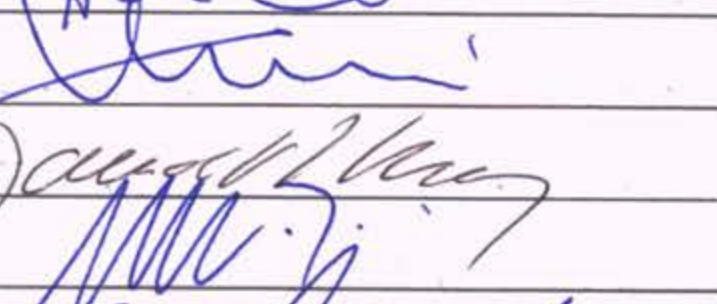
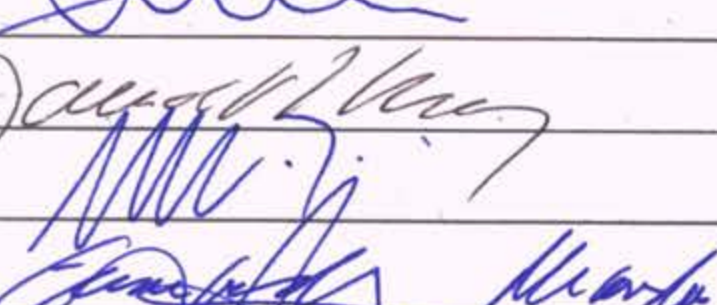
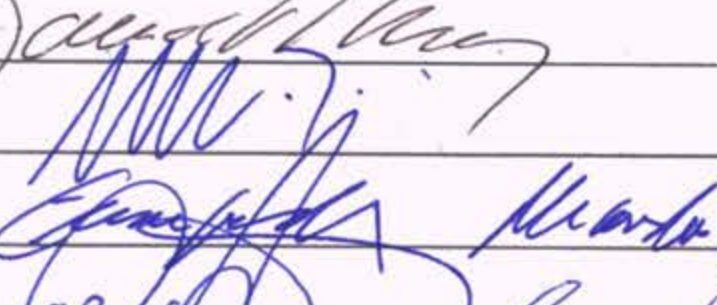
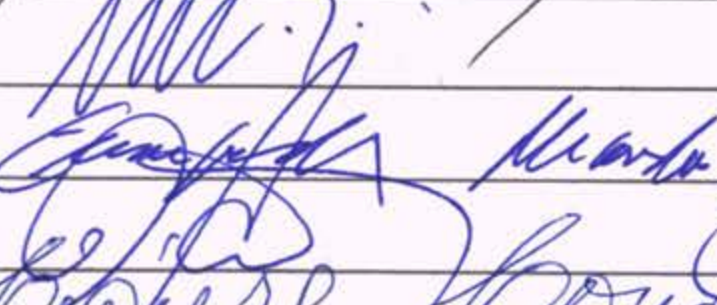
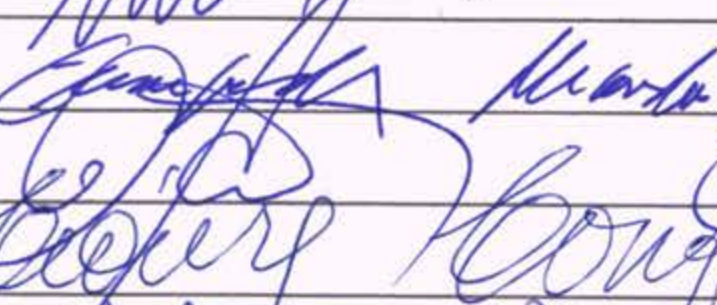
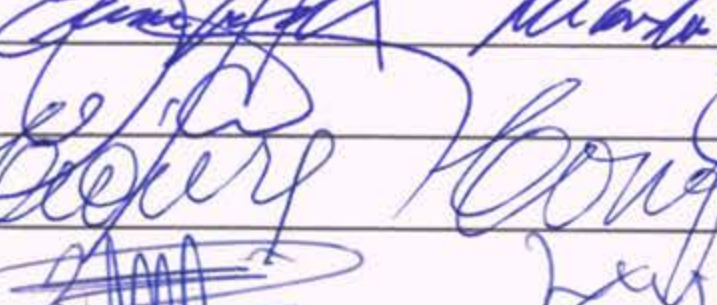

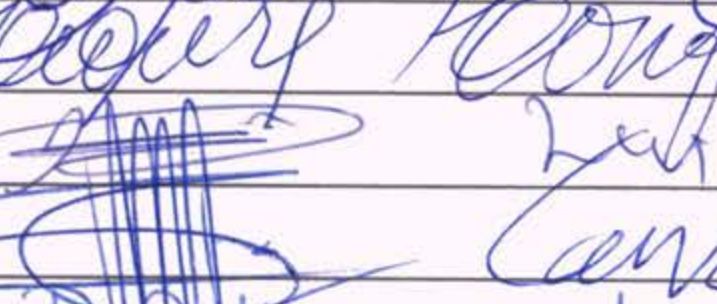

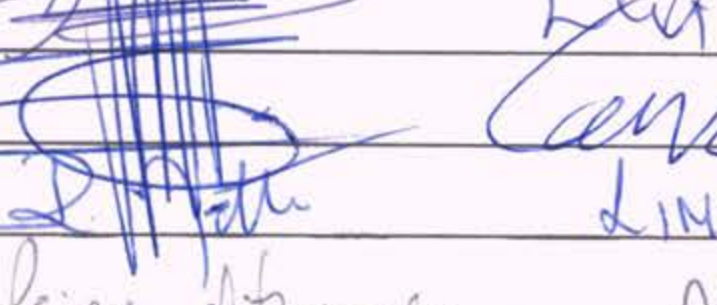
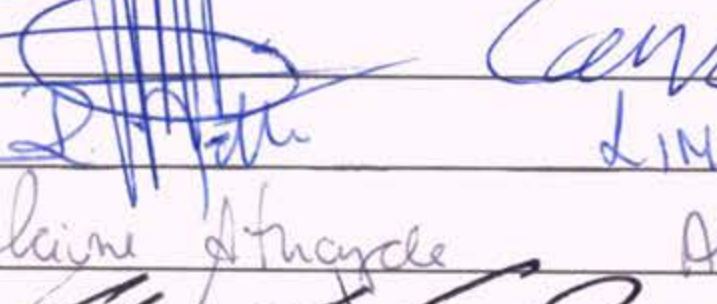
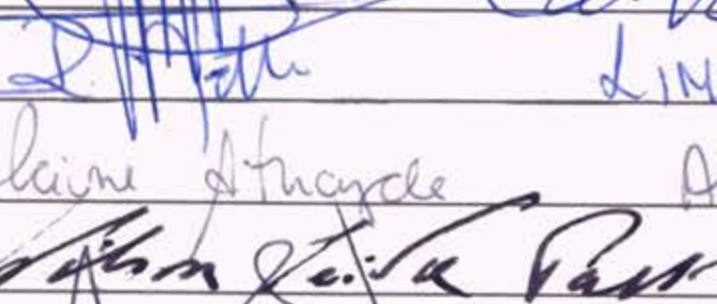
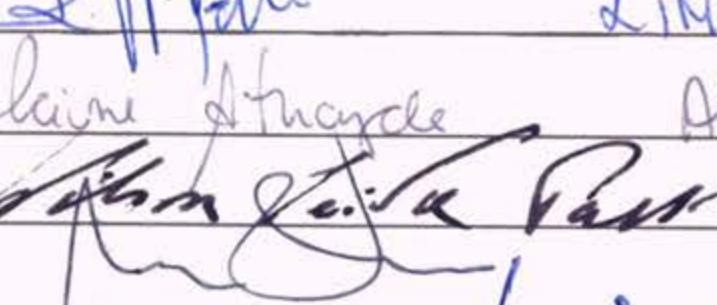
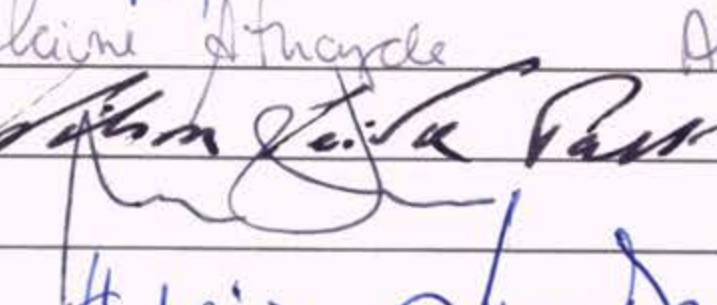
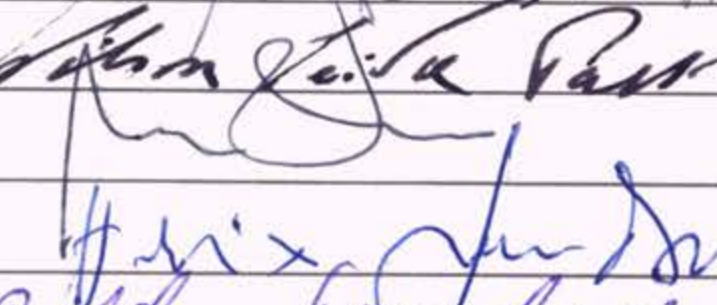
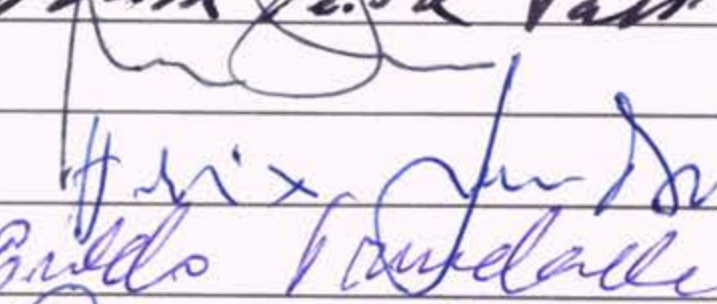
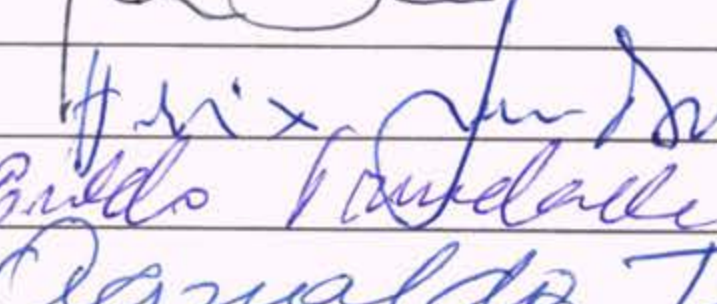
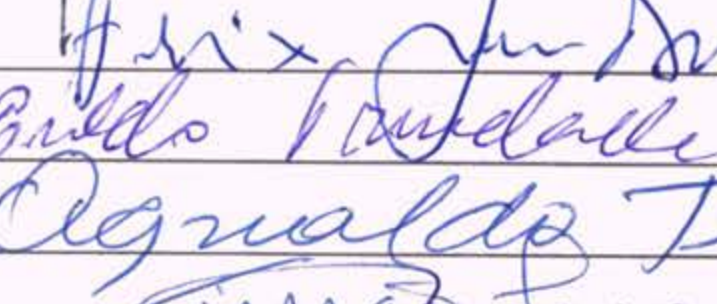
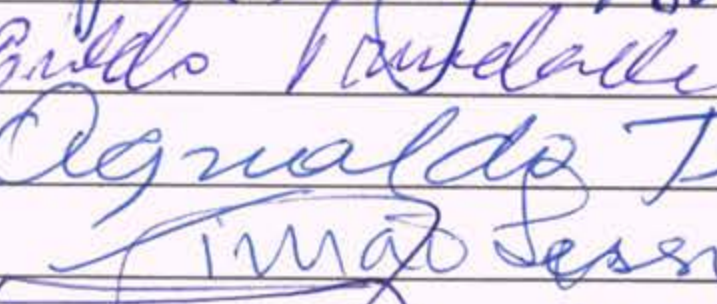
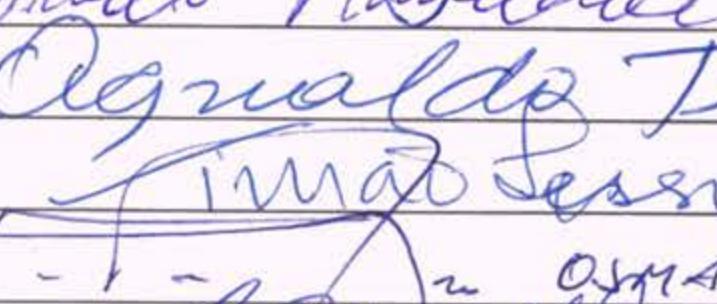
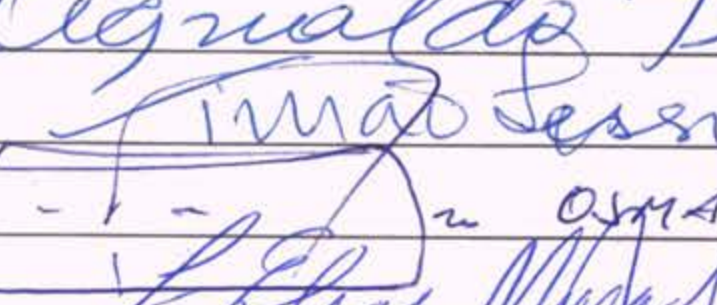
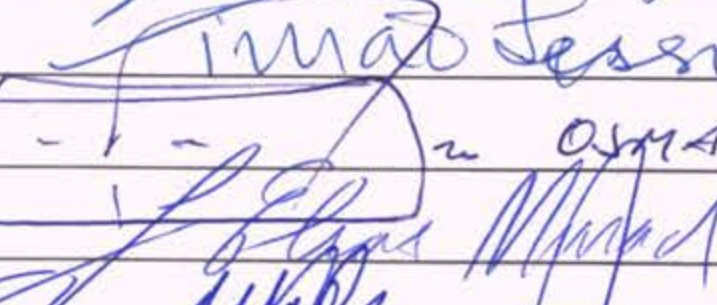
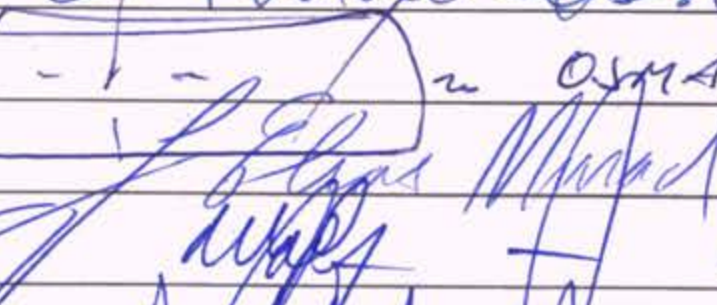
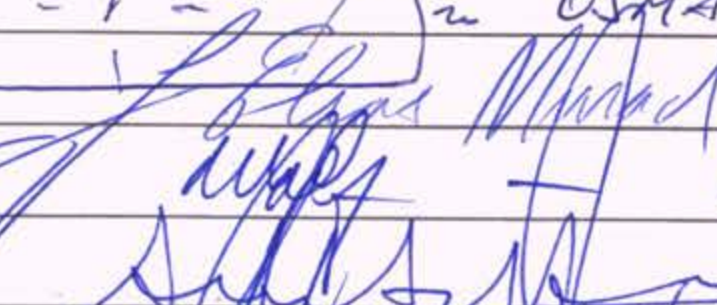
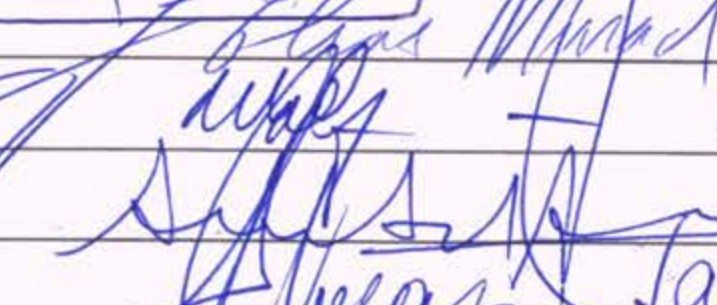
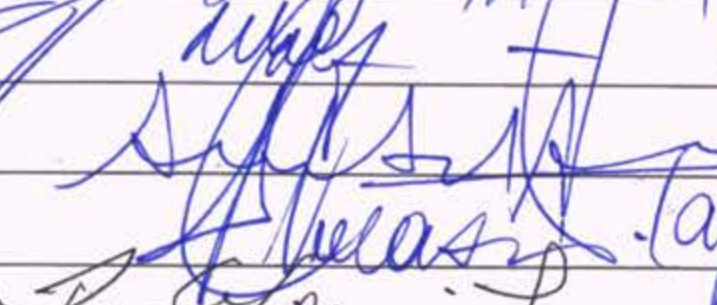
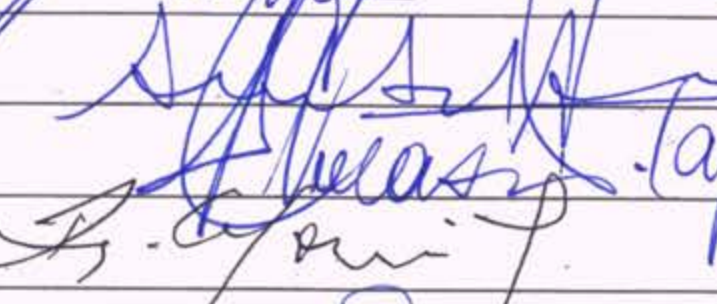
Henri Menezes - PTB

DUILIO PISANESCHI PTB

Osvaldo Rocha PSD

Vedovato 100

50 Ricardo Barros - RICARDO BARROS - PFL 412

49		SAP. JOSÉ BORBA - PTB-PR 616.
18		
19		
20		PAIDENCI
21		CONTRA AUGUSTO VIVIANO - 508
22		Carlos Alberto - 213
23		DILSA STENFES
24		CONTRA Lm 4 245
25		HERNANDO ANTONETTO 241
26		ALBINO CAVALLETTI 254
27		MAURICIO CAMPOS 238
28		Expedito Junior 240
29		252
30		Oscar Andrade 337
31		CONFECA MOURA 573
32		LEITE BARBOSA 340
33		Carla Carla 515
34		LINA NETTO 432
35		Alcides Alcides 719
36		Dei - Paul
37		912
38		726
39		302
40		409
41		OSMAR LEITE PPB
42		341
43		440
44		- Sérgio Figueira 5426
45		354
46		729
47		819
48		634
49		439 919
50		
51		
52		
53		



Sr. Presidente:

Nos termos regimentais requerido
destaque para votação em separado
das expressões "psíquico", "qualquer" e
"ou constringedor" do artigo 1º (caput) e
da expressão "ou psíquico" da inciso I
do § 1º do art 1º (substitutivo nº
4716/94).

Sala das sessões

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994

"Define os crimes de tortura e dá outras providências."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo em diligência, investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:

I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;

II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;

III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.

§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos.

§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.

§ 4º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seu exercício.

§ 5º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local onde aplicável a jurisdição brasileira.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DA COMISSÃO, EM 26 DE JUNHO DE 1996


Deputado REGIS DE OLIVEIRA
RELATOR

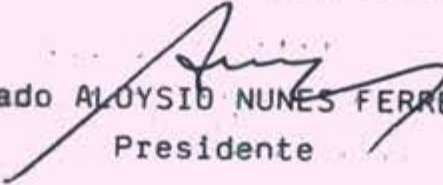
PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994 EEMENDAS OFERECIDAS EM PLENÁRIOIII- PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unânime-
mente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica
legislativa do Projeto de Lei nº 4.716/94 e das Emendas
oferecidas em Plenário; no mérito, pela aprovação, com
substitutivo, das Emendas de nºs 1 a 8 e rejeição da de nº
9, nos termos do parecer reformulado do Relator, Deputado
Régis de Oliveira.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Aloysio Nunes Ferreira - Presidente, Vicente
Cascione - Vice-Presidente, Ciro Nogueira, Paes Landim, Ré-
gis de Oliveira, Rodrigues Palma, Vilmar Rocha, De Velasco,
João Natal, Adhemar de Barros Filho, Adylson Motta, Gerson
Peres, Jair Siqueira, Jarbas Lima, Prisco Viana, Ary Vala-
dão, Almino Affonso, Danilo de Castro, Marconi Perillo,
Welson Gasparini, Zulaê Cobra, José Genofino, Luiz Mainardi,
Marcelo Déda, Milton Temer, Ênio Bacci, Aldo Arantes, Cláu-
dio Cajado, Jair Soares, Magno Bacelar, Luís Barbosa e Nil-
son Gibson.

Sala da Comissão, em 26 de junho de 1996


Deputado ALOYSIO NUNES FERREIRA
Presidente

SUBSTITUTIVO ADOTADO - CCJR

Define os crimes de tortura e dá
outras providências

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Causar sofrimento físico ou psíquico a
alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo
em diligência, investigação criminal, procedimento administra-
tivo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de ter-
ceira pessoa informações, confissão ou testemunho:

Pena - Reclusão, de quatro a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sr. PRESIDENTE

[Assinatura manuscrita]
03/7

NOS TERMOS REGIMENTAIS REQUEIRO DESTAQUE
PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO DAS EXPRESSÕES "OU GRAVE
AMEAÇA" E "OU MENTAL" DO INCISO II, DO ART 1º
DA EMENDA AGLUTINATIVA

254 das sessões 03/7/96

① ~~Jair Bolsonaro~~
JAIR BOLSONARO
3- BUNHALEMA

② ~~João Pizzekatto~~
E JOÃO PIZZEKATTO

4- JORGE REZENDE

5- JUIZATO

6- JUIZATO

7- JUIZATO

8- JUIZATO

9- JUIZATO

10- JUIZATO

11- JUIZATO

12- JUIZATO

13- JUIZATO

14- JUIZATO

15- JUIZATO

[Assinatura manuscrita]

Jorge Wilson

RONEL ANILIO

LUIZ BUIZ

EVALDO MIRANDA

RAIRIO CAVALLEZZI 254

CARLOS CAVALLEZZI 515

EROLDO BRINDADE

SEERENIO CAVALLEZZI

PEDRO CORRÊA

JOELSON MOTA

48 Amey

Wesley

49 Loder

JORGE TADEU

50 [Signature]

- Roberto Fray.
Mrs BARBOSA

51 [Signature]

52 - EDILVO BEE

[Signature]

53 - RIVALDO MACARI

[Signature]

54 - [Signature]

55 - [Signature]

WELSON MEUREX

56 - [Signature]

LEDRINHO ARSANO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESTAQUE AO INCISO II, DO ART 1: DA EMENDA ABOLUTIVISTA

16-

[Signature]

Alina Caviston

17

18-

19-

[Signature]

Francisco Lhu-

Omar Roemer

20-

[Signature]

21. Rioldi

Corrado Rioldi

22

[Signature]

PRILETON ROMANES

23

[Signature]

Margaret de

24

[Signature]

DE FELASCO

25-

[Signature]

Heckman

26

[Signature]

FADERNY

27

[Signature]

Julio Redeker

28

29

[Signature]

[Signature]

30

[Signature]

697

Roberto Peron

31 ~~30~~ ~~31~~ ~~32~~ ~~33~~ ~~34~~ ~~35~~ ~~36~~ ~~37~~ ~~38~~ ~~39~~ ~~40~~ ~~41~~ ~~42~~ ~~43~~ ~~44~~ ~~45~~ ~~46~~ ~~47~~ ~~48~~ ~~49~~ ~~50~~ ~~51~~ ~~52~~ ~~53~~ ~~54~~ ~~55~~ ~~56~~ ~~57~~ ~~58~~ ~~59~~ ~~60~~ ~~61~~ ~~62~~ ~~63~~ ~~64~~ ~~65~~ ~~66~~ ~~67~~ ~~68~~ ~~69~~ ~~70~~ ~~71~~ ~~72~~ ~~73~~ ~~74~~ ~~75~~ ~~76~~ ~~77~~ ~~78~~ ~~79~~ ~~80~~ ~~81~~ ~~82~~ ~~83~~ ~~84~~ ~~85~~ ~~86~~ ~~87~~ ~~88~~ ~~89~~ ~~90~~ ~~91~~ ~~92~~ ~~93~~ ~~94~~ ~~95~~ ~~96~~ ~~97~~ ~~98~~ ~~99~~ ~~100~~ ~~101~~ ~~102~~ ~~103~~ ~~104~~ ~~105~~ ~~106~~ ~~107~~ ~~108~~ ~~109~~ ~~110~~ ~~111~~ ~~112~~ ~~113~~ ~~114~~ ~~115~~ ~~116~~ ~~117~~ ~~118~~ ~~119~~ ~~120~~ ~~121~~ ~~122~~ ~~123~~ ~~124~~ ~~125~~ ~~126~~ ~~127~~ ~~128~~ ~~129~~ ~~130~~ ~~131~~ ~~132~~ ~~133~~ ~~134~~ ~~135~~ ~~136~~ ~~137~~ ~~138~~ ~~139~~ ~~140~~ ~~141~~ ~~142~~ ~~143~~ ~~144~~ ~~145~~ ~~146~~ ~~147~~ ~~148~~ ~~149~~ ~~150~~ ~~151~~ ~~152~~ ~~153~~ ~~154~~ ~~155~~ ~~156~~ ~~157~~ ~~158~~ ~~159~~ ~~160~~ ~~161~~ ~~162~~ ~~163~~ ~~164~~ ~~165~~ ~~166~~ ~~167~~ ~~168~~ ~~169~~ ~~170~~ ~~171~~ ~~172~~ ~~173~~ ~~174~~ ~~175~~ ~~176~~ ~~177~~ ~~178~~ ~~179~~ ~~180~~ ~~181~~ ~~182~~ ~~183~~ ~~184~~ ~~185~~ ~~186~~ ~~187~~ ~~188~~ ~~189~~ ~~190~~ ~~191~~ ~~192~~ ~~193~~ ~~194~~ ~~195~~ ~~196~~ ~~197~~ ~~198~~ ~~199~~ ~~200~~ ~~201~~ ~~202~~ ~~203~~ ~~204~~ ~~205~~ ~~206~~ ~~207~~ ~~208~~ ~~209~~ ~~210~~ ~~211~~ ~~212~~ ~~213~~ ~~214~~ ~~215~~ ~~216~~ ~~217~~ ~~218~~ ~~219~~ ~~220~~ ~~221~~ ~~222~~ ~~223~~ ~~224~~ ~~225~~ ~~226~~ ~~227~~ ~~228~~ ~~229~~ ~~230~~ ~~231~~ ~~232~~ ~~233~~ ~~234~~ ~~235~~ ~~236~~ ~~237~~ ~~238~~ ~~239~~ ~~240~~ ~~241~~ ~~242~~ ~~243~~ ~~244~~ ~~245~~ ~~246~~ ~~247~~ ~~248~~ ~~249~~ ~~250~~ ~~251~~ ~~252~~ ~~253~~ ~~254~~ ~~255~~ ~~256~~ ~~257~~ ~~258~~ ~~259~~ ~~260~~ ~~261~~ ~~262~~ ~~263~~ ~~264~~ ~~265~~ ~~266~~ ~~267~~ ~~268~~ ~~269~~ ~~270~~ ~~271~~ ~~272~~ ~~273~~ ~~274~~ ~~275~~ ~~276~~ ~~277~~ ~~278~~ ~~279~~ ~~280~~ ~~281~~ ~~282~~ ~~283~~ ~~284~~ ~~285~~ ~~286~~ ~~287~~ ~~288~~ ~~289~~ ~~290~~ ~~291~~ ~~292~~ ~~293~~ ~~294~~ ~~295~~ ~~296~~ ~~297~~ ~~298~~ ~~299~~ ~~300~~ ~~301~~ ~~302~~ ~~303~~ ~~304~~ ~~305~~ ~~306~~ ~~307~~ ~~308~~ ~~309~~ ~~310~~ ~~311~~ ~~312~~ ~~313~~ ~~314~~ ~~315~~ ~~316~~ ~~317~~ ~~318~~ ~~319~~ ~~320~~ ~~321~~ ~~322~~ ~~323~~ ~~324~~ ~~325~~ ~~326~~ ~~327~~ ~~328~~ ~~329~~ ~~330~~ ~~331~~ ~~332~~ ~~333~~ ~~334~~ ~~335~~ ~~336~~ ~~337~~ ~~338~~ ~~339~~ ~~340~~ ~~341~~ ~~342~~ ~~343~~ ~~344~~ ~~345~~ ~~346~~ ~~347~~ ~~348~~ ~~349~~ ~~350~~ ~~351~~ ~~352~~ ~~353~~ ~~354~~ ~~355~~ ~~356~~ ~~357~~ ~~358~~ ~~359~~ ~~360~~ ~~361~~ ~~362~~ ~~363~~ ~~364~~ ~~365~~ ~~366~~ ~~367~~ ~~368~~ ~~369~~ ~~370~~ ~~371~~ ~~372~~ ~~373~~ ~~374~~ ~~375~~ ~~376~~ ~~377~~ ~~378~~ ~~379~~ ~~380~~ ~~381~~ ~~382~~ ~~383~~ ~~384~~ ~~385~~ ~~386~~ ~~387~~ ~~388~~ ~~389~~ ~~390~~ ~~391~~ ~~392~~ ~~393~~ ~~394~~ ~~395~~ ~~396~~ ~~397~~ ~~398~~ ~~399~~ ~~400~~ ~~401~~ ~~402~~ ~~403~~ ~~404~~ ~~405~~ ~~406~~ ~~407~~ ~~408~~ ~~409~~ ~~410~~ ~~411~~ ~~412~~ ~~413~~ ~~414~~ ~~415~~ ~~416~~ ~~417~~ ~~418~~ ~~419~~ ~~420~~ ~~421~~ ~~422~~ ~~423~~ ~~424~~ ~~425~~ ~~426~~ ~~427~~ ~~428~~ ~~429~~ ~~430~~ ~~431~~ ~~432~~ ~~433~~ ~~434~~ ~~435~~ ~~436~~ ~~437~~ ~~438~~ ~~439~~ ~~440~~ ~~441~~ ~~442~~ ~~443~~ ~~444~~ ~~445~~ ~~446~~ ~~447~~ ~~448~~ ~~449~~ ~~450~~ ~~451~~ ~~452~~ ~~453~~ ~~454~~ ~~455~~ ~~456~~ ~~457~~ ~~458~~ ~~459~~ ~~460~~ ~~461~~ ~~462~~ ~~463~~ ~~464~~ ~~465~~ ~~466~~ ~~467~~ ~~468~~ ~~469~~ ~~470~~ ~~471~~ ~~472~~ ~~473~~ ~~474~~ ~~475~~ ~~476~~ ~~477~~ ~~478~~ ~~479~~ ~~480~~ ~~481~~ ~~482~~ ~~483~~ ~~484~~ ~~485~~ ~~486~~ ~~487~~ ~~488~~ ~~489~~ ~~490~~ ~~491~~ ~~492~~ ~~493~~ ~~494~~ ~~495~~ ~~496~~ ~~497~~ ~~498~~ ~~499~~ ~~500~~ ~~501~~ ~~502~~ ~~503~~ ~~504~~ ~~505~~ ~~506~~ ~~507~~ ~~508~~ ~~509~~ ~~510~~ ~~511~~ ~~512~~ ~~513~~ ~~514~~ ~~515~~ ~~516~~ ~~517~~ ~~518~~ ~~519~~ ~~520~~ ~~521~~ ~~522~~ ~~523~~ ~~524~~ ~~525~~ ~~526~~ ~~527~~ ~~528~~ ~~529~~ ~~530~~ ~~531~~ ~~532~~ ~~533~~ ~~534~~ ~~535~~ ~~536~~ ~~537~~ ~~538~~ ~~539~~ ~~540~~ ~~541~~ ~~542~~ ~~543~~ ~~544~~ ~~545~~ ~~546~~ ~~547~~ ~~548~~ ~~549~~ ~~550~~ ~~551~~ ~~552~~ ~~553~~ ~~554~~ ~~555~~ ~~556~~ ~~557~~ ~~558~~ ~~559~~ ~~560~~ ~~561~~ ~~562~~ ~~563~~ ~~564~~ ~~565~~ ~~566~~ ~~567~~ ~~568~~ ~~569~~ ~~570~~ ~~571~~ ~~572~~ ~~573~~ ~~574~~ ~~575~~ ~~576~~ ~~577~~ ~~578~~ ~~579~~ ~~580~~ ~~581~~ ~~582~~ ~~583~~ ~~584~~ ~~585~~ ~~586~~ ~~587~~ ~~588~~ ~~589~~ ~~590~~ ~~591~~ ~~592~~ ~~593~~ ~~594~~ ~~595~~ ~~596~~ ~~597~~ ~~598~~ ~~599~~ ~~600~~ ~~601~~ ~~602~~ ~~603~~ ~~604~~ ~~605~~ ~~606~~ ~~607~~ ~~608~~ ~~609~~ ~~610~~ ~~611~~ ~~612~~ ~~613~~ ~~614~~ ~~615~~ ~~616~~ ~~617~~ ~~618~~ ~~619~~ ~~620~~ ~~621~~ ~~622~~ ~~623~~ ~~624~~ ~~625~~ ~~626~~ ~~627~~ ~~628~~ ~~629~~ ~~630~~ ~~631~~ ~~632~~ ~~633~~ ~~634~~ ~~635~~ ~~636~~ ~~637~~ ~~638~~ ~~639~~ ~~640~~ ~~641~~ ~~642~~ ~~643~~ ~~644~~ ~~645~~ ~~646~~ ~~647~~ ~~648~~ ~~649~~ ~~650~~ ~~651~~ ~~652~~ ~~653~~ ~~654~~ ~~655~~ ~~656~~ ~~657~~ ~~658~~ ~~659~~ ~~660~~ ~~661~~ ~~662~~ ~~663~~ ~~664~~ ~~665~~ ~~666~~ ~~667~~ ~~668~~ ~~669~~ ~~670~~ ~~671~~ ~~672~~ ~~673~~ ~~674~~ ~~675~~ ~~676~~ ~~677~~ ~~678~~ ~~679~~ ~~680~~ ~~681~~ ~~682~~ ~~683~~ ~~684~~ ~~685~~ ~~686~~ ~~687~~ ~~688~~ ~~689~~ ~~690~~ ~~691~~ ~~692~~ ~~693~~ ~~694~~ ~~695~~ ~~696~~ ~~697~~ ~~698~~ ~~699~~ ~~700~~ ~~701~~ ~~702~~ ~~703~~ ~~704~~ ~~705~~ ~~706~~ ~~707~~ ~~708~~ ~~709~~ ~~710~~ ~~711~~ ~~712~~ ~~713~~ ~~714~~ ~~715~~ ~~716~~ ~~717~~ ~~718~~ ~~719~~ ~~720~~ ~~721~~ ~~722~~ ~~723~~ ~~724~~ ~~725~~ ~~726~~ ~~727~~ ~~728~~ ~~729~~ ~~730~~ ~~731~~ ~~732~~ ~~733~~ ~~734~~ ~~735~~ ~~736~~ ~~737~~ ~~738~~ ~~739~~ ~~740~~ ~~741~~ ~~742~~ ~~743~~ ~~744~~ ~~745~~ ~~746~~ ~~747~~ ~~748~~ ~~749~~ ~~750~~ ~~751~~ ~~752~~ ~~753~~ ~~754~~ ~~755~~ ~~756~~ ~~757~~ ~~758~~ ~~759~~ ~~760~~ ~~761~~ ~~762~~ ~~763~~ ~~764~~ ~~765~~ ~~766~~ ~~767~~ ~~768~~ ~~769~~ ~~770~~ ~~771~~ ~~772~~ ~~773~~ ~~774~~ ~~775~~ ~~776~~ ~~777~~ ~~778~~ ~~779~~ ~~780~~ ~~781~~ ~~782~~ ~~783~~ ~~784~~ ~~785~~ ~~786~~ ~~787~~ ~~788~~ ~~789~~ ~~790~~ ~~791~~ ~~792~~ ~~793~~ ~~794~~ ~~795~~ ~~796~~ ~~797~~ ~~798~~ ~~799~~ ~~800~~ ~~801~~ ~~802~~ ~~803~~ ~~804~~ ~~805~~ ~~806~~ ~~807~~ ~~808~~ ~~809~~ ~~810~~ ~~811~~ ~~812~~ ~~813~~ ~~814~~ ~~815~~ ~~816~~ ~~817~~ ~~818~~ ~~819~~ ~~820~~ ~~821~~ ~~822~~ ~~823~~ ~~824~~ ~~825~~ ~~826~~ ~~827~~ ~~828~~ ~~829~~ ~~830~~ ~~831~~ ~~832~~ ~~833~~ ~~834~~ ~~835~~ ~~836~~ ~~837~~ ~~838~~ ~~839~~ ~~840~~ ~~841~~ ~~842~~ ~~843~~ ~~844~~ ~~845~~ ~~846~~ ~~847~~ ~~848~~ ~~849~~ ~~850~~ ~~851~~ ~~852~~ ~~853~~ ~~854~~ ~~855~~ ~~856~~ ~~857~~ ~~858~~ ~~859~~ ~~860~~ ~~861~~ ~~862~~ ~~863~~ ~~864~~ ~~865~~ ~~866~~ ~~867~~ ~~868~~ ~~869~~ ~~870~~ ~~871~~ ~~872~~ ~~873~~ ~~874~~ ~~875~~ ~~876~~ ~~877~~ ~~878~~ ~~879~~ ~~880~~ ~~881~~ ~~882~~ ~~883~~ ~~884~~ ~~885~~ ~~886~~ ~~887~~ ~~888~~ ~~889~~ ~~890~~ ~~891~~ ~~892~~ ~~893~~ ~~894~~ ~~895~~ ~~896~~ ~~897~~ ~~898~~ ~~899~~ ~~900~~ ~~901~~ ~~902~~ ~~903~~ ~~904~~ ~~905~~ ~~906~~ ~~907~~ ~~908~~ ~~909~~ ~~910~~ ~~911~~ ~~912~~ ~~913~~ ~~914~~ ~~915~~ ~~916~~ ~~917~~ ~~918~~ ~~919~~ ~~920~~ ~~921~~ ~~922~~ ~~923~~ ~~924~~ ~~925~~ ~~926~~ ~~927~~ ~~928~~ ~~929~~ ~~930~~ ~~931~~ ~~932~~ ~~933~~ ~~934~~ ~~935~~ ~~936~~ ~~937~~ ~~938~~ ~~939~~ ~~940~~ ~~941~~ ~~942~~ ~~943~~ ~~944~~ ~~945~~ ~~946~~ ~~947~~ ~~948~~ ~~949~~ ~~950~~ ~~951~~ ~~952~~ ~~953~~ ~~954~~ ~~955~~ ~~956~~ ~~957~~ ~~958~~ ~~959~~ ~~960~~ ~~961~~ ~~962~~ ~~963~~ ~~964~~ ~~965~~ ~~966~~ ~~967~~ ~~968~~ ~~969~~ ~~970~~ ~~971~~ ~~972~~ ~~973~~ ~~974~~ ~~975~~ ~~976~~ ~~977~~ ~~978~~ ~~979~~ ~~980~~ ~~981~~ ~~982~~ ~~983~~ ~~984~~ ~~985~~ ~~986~~ ~~987~~ ~~988~~ ~~989~~ ~~990~~ ~~991~~ ~~992~~ ~~993~~ ~~994~~ ~~995~~ ~~996~~ ~~997~~ ~~998~~ ~~999~~ ~~1000~~ ~~1001~~ ~~1002~~ ~~1003~~ ~~1004~~ ~~1005~~ ~~1006~~ ~~1007~~ ~~1008~~ ~~1009~~ ~~1010~~ ~~1011~~ ~~1012~~ ~~1013~~ ~~1014~~ ~~1015~~ ~~1016~~ ~~1017~~ ~~1018~~ ~~1019~~ ~~1020~~ ~~1021~~ ~~1022~~ ~~1023~~ ~~1024~~ ~~1025~~ ~~1026~~ ~~1027~~ ~~1028~~ ~~1029~~ ~~1030~~ ~~1031~~ ~~1032~~ ~~1033~~ ~~1034~~ ~~1035~~ ~~1036~~ ~~1037~~ ~~1038~~ ~~1039~~ ~~1040~~ ~~1041~~ ~~1042~~ ~~1043~~ ~~1044~~ ~~1045~~ ~~1046~~ ~~1047~~ ~~1048~~ ~~1049~~ ~~1050~~ ~~1051~~ ~~1052~~ ~~1053~~ ~~1054~~ ~~1055~~ ~~1056~~ ~~1057~~ ~~1058~~ ~~1059~~ ~~1060~~ ~~1061~~ ~~1062~~ ~~1063~~ ~~1064~~ ~~1065~~ ~~1066~~ ~~1067~~ ~~1068~~ ~~1069~~ ~~1070~~ ~~1071~~ ~~1072~~ ~~1073~~ ~~1074~~ ~~1075~~ ~~1076~~ ~~1077~~ ~~1078~~ ~~1079~~ ~~1080~~ ~~1081~~ ~~1082~~ ~~1083~~ ~~1084~~ ~~1085~~ ~~1086~~ ~~1087~~ ~~1088~~ ~~1089~~ ~~1090~~ ~~1091~~ ~~1092~~ ~~1093~~ ~~1094~~ ~~1095~~ ~~1096~~ ~~1097~~ ~~1098~~ ~~1099~~ ~~1100~~ ~~1101~~ ~~1102~~ ~~1103~~ ~~1104~~ ~~1105~~ ~~1106~~ ~~1107~~ ~~1108~~ ~~1109~~ ~~1110~~ ~~1111~~ ~~1112~~ ~~1113~~ ~~1114~~ ~~1115~~ ~~1116~~ ~~1117~~ ~~1118~~ ~~1119~~ ~~1120~~ ~~1121~~ ~~1122~~ ~~1123~~ ~~1124~~ ~~1125~~ ~~1126~~ ~~1127~~ ~~1128~~ ~~1129~~ ~~1130~~ ~~1131~~ ~~1132~~ ~~1133~~ ~~1134~~ ~~1135~~ ~~1136~~ ~~1137~~ ~~1138~~ ~~1139~~ ~~1140~~ ~~1141~~ ~~1142~~ ~~1143~~ ~~1144~~ ~~1145~~ ~~1146~~ ~~1147~~ ~~1148~~ ~~1149~~ ~~1150~~ ~~1151~~ ~~1152~~ ~~1153~~ ~~1154~~ ~~1155~~ ~~1156~~ ~~1157~~ ~~1158~~ ~~1159~~ ~~1160~~ ~~1161~~ ~~1162~~ ~~1163~~ ~~1164~~ ~~1165~~ ~~1166~~ ~~1167~~ ~~1168~~ ~~1169~~ ~~1170~~ ~~1171~~ ~~1172~~ ~~1173~~ ~~1174~~ ~~1175~~ ~~1176~~ ~~1177~~ ~~1178~~ ~~1179~~ ~~1180~~ ~~1181~~ ~~1182~~ ~~1183~~ ~~1184~~ ~~1185~~ ~~1186~~ ~~1187~~ ~~1188~~ ~~1189~~ ~~1190~~ ~~1191~~ ~~1192~~ ~~1193~~ ~~1194~~ ~~1195~~ ~~1196~~ ~~1197~~ ~~1198~~ ~~1199~~ ~~1200~~ ~~1201~~ ~~1202~~ ~~1203~~ ~~1204~~ ~~1205~~ ~~1206~~ ~~1207~~ ~~1208~~ ~~1209~~ ~~1210~~ ~~1211~~ ~~1212~~ ~~1213~~ ~~1214~~ ~~1215~~ ~~1216~~ ~~1217~~ ~~1218~~ ~~1219~~ ~~1220~~ ~~1221~~ ~~1222~~ ~~1223~~ ~~1224~~ ~~1225~~ ~~1226~~ ~~1227~~ ~~1228~~ ~~1229~~ ~~1230~~ ~~1231~~ ~~1232~~ ~~1233~~ ~~1234~~ ~~1235~~ ~~1236~~ ~~1237~~ ~~1238~~ ~~1239~~ ~~1240~~ ~~1241~~ ~~1242~~ ~~1243~~ ~~1244~~ ~~1245~~ ~~1246~~ ~~1247~~ ~~1248~~ ~~1249~~ ~~1250~~ ~~1251~~ ~~1252~~ ~~1253~~ ~~1254~~ ~~1255~~ ~~1256~~ ~~1257~~ ~~1258~~ ~~1259~~ ~~1260~~ ~~1261~~ ~~1262~~ ~~1263~~ ~~1264~~ ~~1265~~ ~~1266~~ ~~1267~~ ~~1268~~ ~~1269~~ ~~1270~~ ~~1271~~ ~~1272~~ ~~1273~~ ~~1274~~ ~~1275~~ ~~1276~~ ~~1277~~ ~~1278~~ ~~1279~~ ~~1280~~ ~~1281~~ ~~1282~~ ~~1283~~ ~~1284~~ ~~1285~~ ~~1286~~ ~~1287~~ ~~1288~~ ~~1289~~ ~~1290~~ ~~1291~~ ~~1292~~ ~~1293~~ ~~1294~~ ~~1295~~ ~~1296~~ ~~1297~~ ~~1298~~ ~~1299~~ ~~1300~~ ~~1301~~ ~~1302~~ ~~1303~~ ~~1304~~ ~~1305~~ ~~1306~~ ~~1307~~ ~~1308~~ ~~1309~~ ~~1310~~ ~~1311~~ ~~1312~~ ~~1313~~ ~~1314~~ ~~1315~~ ~~1316~~ ~~1317~~ ~~1318~~ ~~1319~~ ~~1320~~ ~~1321~~ ~~1322~~ ~~1323~~ ~~1324~~ ~~1325~~ ~~1326~~ ~~1327~~ ~~1328~~ ~~1329~~ ~~1330~~ ~~1331~~ ~~1332~~ ~~1333~~ ~~1334~~ ~~1335~~ ~~1336~~ ~~1337~~ ~~1338~~ ~~1339~~ ~~1340~~ ~~1341~~ ~~1342~~ ~~1343~~ ~~1344~~ ~~1345~~ ~~1346~~ ~~1347~~ ~~1348~~ ~~1349~~ ~~1350~~ ~~1351~~ ~~1352~~ ~~1353~~ ~~1354~~ ~~1355~~ ~~1356~~ ~~1357~~ ~~1358~~ ~~1359~~ ~~1360~~ ~~1361~~ ~~1362~~

REQUERIMENTO DE DESTAQUE Nº

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do § 2º, do Art. 161 do Regimento Interno, DESTAQUE PARA VOTAÇÃO ~~EM SEPARADO~~ do art. 6º, da Emenda nº 01, de autoria do Deputado Hélio Bicudo, em substituição ao Inc. II, do § 3º, do Art. 1º do Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça. (PL. 4.716/94)

Sala das Sessões, em 2 de junho de 1996.

Deputado Sérgio Miranda
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA
LÍDER DO PCdoB

BANCADA PCdoB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO

mar a w / ludo
03/7/96

Nos termos do art. 177, § 1º do Regimento Interno, requeremos o ADIAMENTO DA DISCUSSÃO por duas sessões, do Projeto de Lei nº 4.716-B, de 1994, constante do item 1 da Ordem do Dia de hoje, não obstante estar a matéria com seu prazo constitucional vencido em 29.06.96.

Tal solicitação, Senhor Presidente, deve-se à necessidade de melhor estudar matéria de tal relevância.

Sala das Sessões, 03 de julho de 1996

[Assinatura]
Deputado Odelmo Leão
Líder do Bloco PPB-PL



CÂMARA DOS DEPUTADOS

[Handwritten signature]

SRE PRESIDENTE:

REQUERO NOS TERMOS REGIMENTAIS
REQUERO DESTAQUE PARA VOTAÇÃO EM SEPARADO
(~~A RETINHA~~) DA EXPRESSÃO "DOCUMENTAL" DO

~~ART. 1º~~ 1º DO ART. 1º DA EMENDA AGLOUTINATIVA.

SALA DAS SESSÕES, 03 JUL 96

- ~~1- JAIRO BOLSONARO~~
1- JAIR BOLSONARO
3- CINTIA GOMES

- ~~2- JOÃO PIZZOLATHI~~
2- JOÃO PIZZOLATHI

50 - ~~4- [signature]~~

ROMEL ANILDO
JOSE OTHON
Jorge Wilson

- 5- ~~[signature]~~
6- [signature]
7- [signature]

LUIZ RUIZ
Marcos Reinaldo
MARIO CAVALLAZZI

- 8- [signature]
9- [signature]
10- [signature]

EVARISTO MIRANDA
Severino [signature]

- 11- Alione Athayde

Alione Athayde
JOSE REZENDE

- 12- [signature]
13- [signature]
14- JOYSON SCOTTA
15- [signature]

PEDRO CORRÊN
Ad [signature]

32 *Oryzopsis*

33 *Edson Secary*

34 *[Signature]*

35 *[Signature]*

36 *[Signature]*

37 *[Signature]*

38 *[Signature]*

39 *[Signature]*

40 *[Signature]*

41 *[Signature]*

42 *[Signature]*

43 *[Signature]*

44 *[Signature]*

45 *[Signature]*

46 *[Signature]*

47 *[Signature]*

48 *[Signature]*

49 *[Signature]*

DILSO SPERARCO

EDSON QUEIROZ

JOSÉ MAGALHÃES
 RUIZ LORITA
 BELTRÃO

ARGENTINO VIEIRA

ERIN MORAIS
 CARLA RIBEIRO

ALVARO GAUGUENCO NETO

SERGIO BARCELLO

MURILO PINTHEIRO

DIVILIO PISANESCHI

Vicente Cassione

Walter Magalhães. P+B

Federico Domingos

Filipe Viana


Flavio Dorzi
 Roberto Nogueira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESTAQUE AO § 1º DO ART. 1º DA EMENDA ACREDITATIVA

16.  Alina Caverton

17- 

18- 

19-  Francisco Filho

20. Afiz


Afazio Rocha

21. Osvaldo

Osvaldo Biechi

22 - F. Silva

PAIZEMON RODRIGUES

23 -  Manoel de Jesus

MANOEL DE JESUS

24. 

DE VELASCO

25. 

Heckland

26

 Frederico

27



Julio Resende

28

 Spina Ferraz

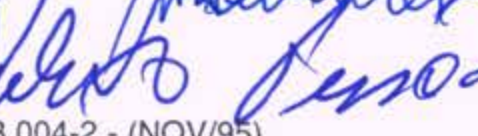
29

 Celso Mendes

30




31



 607

51 - Roberto Jany.

52 - Luis Benzo 

53 - EDIVITO BIZ 

54 - RIVALDO MACARI 

55 - 

56 -  5918

57 -  NELSON MEURER

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994 - CRIMES DE TORTURA

SUBSTITUTIVO DA CCJR	SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE DI-REITOS HUMANOS	PROPOSTA ORIGINAL
	Art. 1º. O artigo 129 do Decreto Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940 passa a ter a seguinte redação:	Art. 1º. Constitui crime de tortura:
Art. 1º. Causar sofrimento físico ou psíquico a alguém, mediante violência, privações ou grave ameaça, mesmo em diligência, investigação criminal, procedimento administrativo ou processo judicial, com intuito de obter dele ou de terceira pessoa informações, confissão ou testemunho:	TORTURA Art. 129. Submeter alguém, depois de lhe haver reduzido, por qualquer meio, a capacidade de resistência, a maus tratos, com o fim de causar-lhe sofrimento físico, psíquico ou moral.	I - constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, a prestar informação, declaração ou confissão a ser utilizada em investigação, inquérito policial, administrativo ou processo judicial;
Pena: Reclusão, de quatro a oito anos.	Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.	Pena: reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa.
§ 1º. Na mesma pena incorre quem:		
I - atua para provocar a intimidação ou coação da vítima do sofrimento físico ou psíquico ou de terceira pessoa ou para impor castigo, pena ou medida de segurança;		II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, com o objetivo de aplicar-lhe castigo pessoal, medida de caráter preventivo ou pena.
		§ 1º. Incorre na mesma pena quem:

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994 - CRIMES DE TORTURA

		I - com os objetivos dos incisos anteriores, utiliza substância, aparelho ou instrumento que acarrete intenso sofrimento físico ou mental ou risco acentuado à saúde da vítima;
		II - submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
II - se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las;	Ver Art. 1º, "Art. 129, § 8º, in fine.	Ver Art. 3º desta Proposta.
III - delas tem conhecimento e não toma as providências legais para apurá-las, quando tinha o dever de fazê-lo.	Art. 1º, "Art. 129, § 3º". Responde por delito, com as mesmas penas, a autoridade que dele tem conhecimento e não instaura o procedimento penal cabível para sua punição.	
§ 2º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de cinco a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos.	Art. 129, § 1º. Se resulta lesão corporal de natureza grave, a pena é de reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos; se resulta morte, a reclusão é de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.	§ 2º. Se dos fatos previstos neste artigo resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos; se resulta morte, é de 8 (oito) a 16 (dezesseis) anos.
§ 3º. Aumenta-se a pena de um terço até metade:	Art. 129, § 2º. Se o crime é cometido por funcionário público, no exercício ou em razão de suas funções, a pena aumenta-se de um terço até a metade.	§ 3º. As penas aumentam-se de um terço se o agente é servidor público, ou está no exercício de função pública, e pratica o crime prevalecendo-se do cargo ou função.

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994 - CRIMES DE TORTURA

I - se o crime é cometido por agente público;	Art. 1º, "Art. 129, § 4º" . As penas aumentam-se de um terço se o agente e servidor público civil ou militar, ou está no exercício de função pública, bem como em se tratando de profissional da área de saúde, desde que a atuação do servidor resulte em tortura ou procure desqualificá-la para efeitos legais.	
	Art. 129, § 5º . O aumento previsto no parágrafo anterior será também aplicado ao servidor hierárquico que participa, instiga, coordena, tem conhecimento, consente, aquiesce ou abusa de sua autoridade.	
II - se o crime é cometido contra criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância;	Ver Art. 2º deste Substitutivo.	
§ 4º . A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público ou a inabilitação temporária até dois anos para seus exercício.	Art. 129, § 7º . A condenação por tortura acarretará a perda do cargo, emprego ou função pública, a inabilitação para o seu exercício, além da vedação à execução de atividade que dependa de autorização ou anuência do Poder Público.	
		Art. 2º . O crime de tortura constitui delito autônomo, punível independentemente da pena prevista em lei para crime de que seja meio, elemento ou circunstância.

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994 - CRIMES DE TORTURA

§ 5º . O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.	Art. 1º, "Art. 129, § 8º" . O crime de tortura é inafiançável, insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem."	Art. 3º . O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.
Art. 2º . O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional; sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local onde aplicável a jurisdição brasileira.		
		Art. 4º . Não serão considerados como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.
	Art. 129, § 6º. Em nenhum caso poderá ser invocada a ocorrência de circunstâncias excepcionais ou emergenciais de qualquer natureza, nem o estado de guerra, de defesa ou de sítio para justificar a prática do crime de tortura.	
	Art. 2º . O art. 233 da Lei 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente - passa a vigorar com a seguinte redação:	
	"Art. 233.	
	Pena: reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos.	
	§ 1º	
	Pena - reclusão, de 9 (nove) a 14 (quatorze) anos.	

PROJETO DE LEI Nº 4.716-B, DE 1994 - CRIMES DE TORTURA

	Art. 2º, "Art. 233, § 2º	
	Pena - reclusão, de 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) anos.	
	Art. 3º . O atual artigo 129 passa a receber a numeração de 130, alterando-se toda a numeração subsequente.	
Art. 3º . Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o disposto no art. 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.	Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.	Art. 5º . Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI Nº 4.716, DE 1994.

“Define os crimes de tortura e dá outras providências”

É de fundamental importância a aprovação do PL 4.716, de 1994, na forma original apresentada pelo Poder Executivo, pelas razões que passaremos a expor:

1º Nota

No Projeto de Lei do Executivo o crime de tortura é classificado como uma espécie de constrangimento ilegal, em razão disso foi dada a redação que consta do seu artigo 1º, incisos I e II.

Já no Substitutivo aprovado pela CCJR, extraiu-se a expressão “constranger” dando a entender que qualquer forma de constrangimento físico ou psíquico pode configurar tortura.

Assim não deve ser, pois existem causas de sofrimento que são permitidas por lei, por exemplo:

- a prisão;
- a condução coercitiva;
- arrombamento por ordem judicial; e
- o castigo imposto por pais.

Por isso deve ser mantida a redação dada ao Projeto de Lei na sua forma original.

2º Nota

O Substitutivo no seu artigo 1º, § 1º, inciso I, manda aplicar a pena de tortura a quem "atua"... para impor castigo, pena ou medida de segurança.

Trata-se de preceito que será posto em cheque por declaração de inconstitucionalidade.

Quem impõe pena ou medida de segurança é o Poder Judiciário e não poderá ser contestado ao exercer essa faculdade.

Por outro lado, se se excluir o Poder Judiciário, que outra pessoa a não ser o Juiz quem poderá impor pena ou medida de segurança? Tudo indica que o Substitutivo está usando a expressão "pena" e "medida de segurança" no sentido totalmente desconhecido no mundo jurídico. Não se tem conhecimento de aplicação de pena ou medida de segurança fora do âmbito deste Poder. O que poderá haver são práticas de constrangimento ilegal e ilícito de restrição de liberdade.

Desta forma, também sob este aspecto não poderá ser aceito o Substitutivo que provocará discussões intermináveis no seio do Poder Judiciário.

Brasil, 3.07.96


Luís Inácio Lula da Silva

EMENDA AGLUTINATIVA

“Define os crimes de tortura e dá outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Constitui crime de tortura :

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

- a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
- b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
- c) por qualquer forma de discriminação.

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - Reclusão, de dois a oito anos.

§1º. Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal;

§2º. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.



§ 3º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§4º. Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente, adolescente ou pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância;

III - se o crime é cometido mediante sequestro.

§5º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§6º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§7º. O condenado por crime previsto nesta lei, salvo a hipótese do parágrafo 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em Território Nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposto no artigo 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

SALA DE SESSÕES, EM DE JULHO DE 1996.

João de Deus - PFL - PTB
Pré-Quital - PSDB
Luiziana Elly. PMDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 4.716-C, DE 1994

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 4º. Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

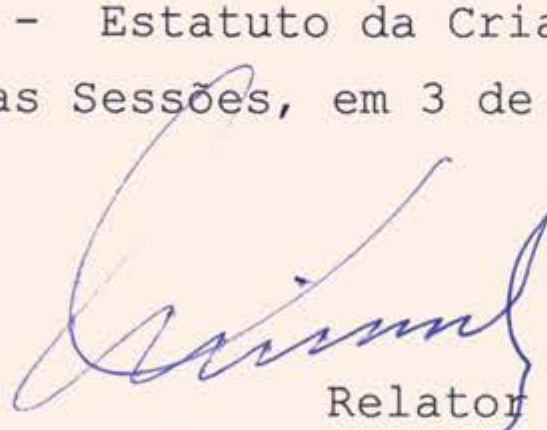
§ 7º. O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 3 de julho de 1996.


Relator


PS-GSE/125/96

Brasília, 10 de julho de 1996.

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 4.716, de 1994, do Poder Executivo, que "Define os crimes de tortura e dá outras providências", de acordo com o caput do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente,


Deputado WILSON CAMPOS
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador ODACIR SOARES RODRIGUES
Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

PARECER À EMENDA

AGLUTINATIVA AO

PROJETO DE LEI

Nº 4.716-B, DE 1994

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA
EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO**

O SR. REGIS DE OLIVEIRA (Bloco/PFL-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cabe-me antes de mais nada fazer um breve histórico do problema desta lei. Este projeto foi encaminhado pela Presidência da República em 1994. Distribuído este ano às mãos do ilustre Deputado Ibrahim Abi-Ackel, quando S.Exa. já tinha o esboço elaborado, entretanto, por alguns problemas de seu não comparecimento, o processo me foi redistribuído numa quinta-feira, com prazo de vencimento na terça-feira seguinte. Então tive um tempo absolutamente estreito para poder redigir o texto.

Elaborei um primeiro trabalho que foi publicado no Avulso da Casa. Em seguida, fomos convocados para discussão do texto com ilustres criminalistas da Casa e presentes à discussão, como, por exemplo, o Deputado Vicente Cascione, brilhante advogado criminal, a Deputada Zulaiê Cobra, também desse ramo, e o ilustre Deputado Hélio Bicudo. Os três, junto comigo, na sala da Liderança do Governo, presididos de uma vez pelo ilustre Deputado Rodrigues Palma e de outra pelo Deputado Benito Gama, elaboramos um texto despido de qualquer

conteúdo ideológico, em que simplesmente há uma repulsa à tortura. Esse crime passa agora a ser definido como delito autônomo, significando constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental.

Ora, Sr. Presidente, tanto a violência física quanto a mental são meios agressivos à individualidade e à personalidade humana de cada um.

Imaginem a seguinte situação: alguém quer obter a confissão de outra pessoa ao telefone; enquanto dois indivíduos estão em determinado imóvel com a família da vítima, o meliante dirá: "Olha, se você não confessar e emitir uma declaração de vontade, vamos mandar estuprar a sua filha ou cortar o dedinho dela" - isto, Sr. Presidente, é uma grave ameaça! A grave ameaça não é apenas a violência física, mas aquela que atinge, direta e imediatamente, o estado mental da vítima em decorrência daquele fato. Aqui não interessa quem a pratica, se o policial ou qualquer um de nós. Todos serão enquadrados neste dispositivo. Não acredito que alguém possa concordar que há qualquer excesso no projeto ou que ele mereça a repulsa do Parlamento.

Se alguém procurar obter declarações, confissões ou informações da vítima ou de uma terceira pessoa, tender-se-á a obrigar as pessoas a cometer um crime. Se a sua filha estiver em casa junto com outra pessoa e alguém lhe obrigar a cometer um crime, participar de um assalto ou de um estupro, como é que isto não significará tortura? Em

razão da discriminação racial ou religiosa, suponho que não possa haver alguém, em sã consciência, que resista a este texto.

O ilustre Deputado Arnaldo Faria de Sá, que aqui tão bem expôs o problema, disse que qualquer preso, qualquer vagabundo que quiser hostilizar uma pessoa poderá ser processado.

S.Exa., como brilhante advogado que é, sabe que isso não corresponde à verdade. S.Exa. sabe perfeitamente que se trata da grave ameaça identificada por alguma constrição à mentalidade, à psique do cidadão.

Portanto, o argumento apresentado não me impressiona. Trata-se de um argumento que pode servir de fundamento emotivo ao debate, mas não corresponde à simplicidade e à seriedade da disposição legal. Mais do que isso, a pena foi reduzida de dois a oito anos. A minha prática de magistrado me leva a crer que, se a pena for muito elevada e a prova não for absolutamente consistente, o juiz encontrará um fundamento para a não-punição. Como estamos querendo punir e como o grande problema que o País atravessa é exatamente o da impunidade, queremos penas que efetivamente sejam aplicadas aos respectivos réus e pelos mesmos sejam cumpridas.

Em seguida, devo dizer que o projeto passa também a penalizar aquele que se omite, em face de alguma agressão, de algo que tinha o dever de evitar. Vou exemplificar a situação. O que acontece ao delegado que vê algum policial seviciar outro ou torturar alguém,

afastando-se sem tomar providências? De um lado, pelo fato de não estar cometendo o mesmo crime, aquele que tem esse comportamento de omissão sofrerá pena de detenção de um a quatro anos, o que possibilita o acordo entre o advogado e o Ministério Público. A pena de detenção é bastante reduzida. De outro lado, se resultar lesão de natureza grave ou gravíssima, aquele que se omitiu sofrerá pena de reclusão de quatro a dez anos e ainda, se resultar morte, a reclusão será de oito a dezesseis anos.

Isso significa que, atendendo ao questionamento do ilustre Deputado Aldo Arantes -- o não menos digno Deputado Vicente Cascione já havia esclarecido --, quando se sevicia, quando se tortura, não se pretende matar. A morte é mera decorrência da tortura. Portanto, esse tipo de crime é menos apenado do que aquele que mata depois de torturar, querendo a tortura. Tecnicamente, há uma distinção fundamental entre o crime doloso e o chamado **praeter dolo**, no qual alguém comete um crime sem querer a consequência efetiva de sua ação. Então, o comportamento torna-se menos grave neste do que naquele outro.

Sr. Presidente, em seguida, a pena é aumentada se o crime é cometido por agente público, se cometido contra criança, gestante, deficiente ou adolescente, ou se for cometido mediante seqüestro. Ninguém poderá duvidar de que nessas hipóteses a pena efetivamente mereça ser realçada e exacerbada. Obviamente que o servidor público que assim se comportar -- e estamos pressupondo prova absoluta desse

comportamento --, a condenação acarretará a perda do cargo. De outro lado, esse crime é inafiançável e insusceptível de graça ou anistia, tal como disposto no art. 5º da Constituição da República. Isso não é inovação legal, mas já existe previsão na Constituição Federal.

Outra importante inovação é que o início da pena já ocorra em regime fechado, pois não teria sentido um torturador convivendo, dias depois, com os torturados, numa terrível e até dantesca simbiose .

Sr. Presidente, é bom que a Casa saiba que todos esses dispositivos decorrem da aplicação de convenção das Nações Unidas, de acordo com a aprovação que já ocorreu nesta Casa. Portanto, não há nenhuma inovação. É mera adaptação de convenção que já está incorporada no Direito brasileiro.

Por fim, Sr. Presidente, o grande avanço é que essa lei se aplica quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, mas a vítima é brasileira, o crime ocorreu lá fora. Se o torturador estiver no Brasil, sendo a vítima brasileira, mesmo tendo o crime ocorrido fora do País, ocorre o que se chama de extraterritorialidade penal, e ele pode vir a ser sancionado no nosso País.

Portanto, quanto ao texto, não necessito elogiá-lo. Devo apenas agradecer a colaboração que foi dada a sua redação pelos Deputados Vicente Cascione, Hélio Bicudo e Zulaiê Cobra, que deram a roupagem final a esse texto, e também a presença e a colaboração efetiva do Deputado Rodrigues Palma. A defesa afetiva desse texto foi

feita pelo ilustre e digno Deputado Almino Affonso, e a sua defesa técnica pelo Deputado Vicente Cascione.

Era o que me cabia relatar, Sr. Presidente. (Palmas.)

* * *

11.04.95 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Distribuído ao relator, Dep. PEDRO WILSON.

31.05.95 COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Aprovado unanimemente o parecer do relator Dep. PEDRO WILSON, com substitutivo.

DCN 05/08/95, pág. 46380, col. 01

19.09.95 MESA
Deferido Ofício nº 338-P/95, da CCJR, solicitando a apensação deste ao PL 4.783/90.

DCN 20/09/95, pág. 22705 col. 01

APENSADO AO PROJETO DE LEI Nº 4.783, de 1990.

15.05.96 MESA
Deferido Aviso nº 542/96 da Presidência da República, encaminhando Mensagem nº 425/96, solicitando que seja atribuído regime de urgência para este Projeto.

PRAZO PARA EMENDAS: 1ª sessão: 16.05.96
2ª sessão: 17.05.96
3ª sessão: 20.05.96
4ª sessão: 21.05.96
5ª sessão: 22.05.96

PRAZO NA CÂMARA: 29.06.96

21.05.96 MESA
Foram apresentadas 09 emendas, assim distribuídas: a de nºs 01 e 02, pelo Dep. Hélio Bicudo; as de nºs 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09, pelo Dep. Sérgio Miranda.

05.06.96 MESA
Ofício P. nº 97/96 da CCJR, solicitando a desapensação deste do PL. 4.783/90.

E M E N T A Define os crimes de tortura e dá outras providências.

(Indefinindo o constrangimento a alguém com uso de violência e causando sofrimento físico ou mental, obrigando a pessoa a declarar, confessar ou prestar informação para investigação, inquerito policial, administrativo ou processo judicial, ou aplicação de castigo pessoal, prevenindo a prisão de dois a cinco anos e multa, aumentando em 1 terço se o agente for servidor público ou exercer função pública).

PODER EXECUTIVO
(MSC Nº 664/94)

A N D A M E N T O (PRAZO: 45 DIAS)

Sancionado ou promulgado

Publicado no Diário Oficial de

Vetado

Razões do veto-publicadas no

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de redação.

PLENÁRIO

25.10.94 É lido e vai a imprimir.

DCN 26.10.94, pág. 13182, col. 01.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

22.02.95 Distribuído ao relator, Dep. MAURÍCIO NAJAR.

~~DCN 24.10.95, pág. 2404, col. 01~~

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

15.03.95 Parecer do relator, Dep. MAURÍCIO NAJAR, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação com emendas. Concedida vista ao Dep. JOSÉ GENOÍNO.

MESA

31.03.95 Deferido Requerimento, da C.D.H., solicitando que sejam feitos estudos destinados ao fornecimento de subsídios às Comissões Competentes.

vide verso.....

ANDAMENTO

03.07.96

PLENÁRIO

Discussão em Turno Único.

Discussão do projeto pelos Deps: José Genoíno, Gerson Peres, Arnaldo Faria de Sá, Aldo Arantes, Agnaldo Timóteo, Almino Affonso e Vicente Cascione.

Encerrada a discussão.

Apresentação de Emenda Aglutinativa, pelos Deps: Vicente Cascione, Hélio Bicudo e Zulaiê Cobra.

Designação do relator, Dep. Régis de Oliveira, para proferir parecer à Emenda Aglutinativa, em substituição à CCJR, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Encaminhamento da votação pelos Deps: Pedro Wilson e Gilney Viana.

Em votação a Emenda Aglutinativa, ressalvados os destaques: APROVADA.

Prejudicadas as demais proposições.

Prejudicado o destaque do Dep. Jair Bolsonaro.

Em votação o requerimento do Dep. Jair Bolsonaro, de destaque para as expressões: "ou grave ameaça" e "ou mental", constante do art. 1º da Emenda Aglutinativa: REJEITADO.

Verificação de votação solicitada pelo Dep. Jair Bolsonaro, na qualidade de Líder do Bloco PPB/PL:

SIM-83; NÃO-272; ABST-06; TOTAL-361: REJEITADO O REQUERIMENTO.

Rejeitado o requerimento do Dep. Jair Bolsonaro, de destaque para as expressões: "grave ameaça" e "ou mental", constante do art. 1º, inciso II da Emenda Aglutinativa.

Retirados os demais destaques.

Em votação a Redação Final, oferecida pelo relator, Dep.

: APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 4716-C/94).

MESA

AO SENADO FEDERAL, ATRAVÉS DO OF.

ANDAMENTO MESA

13.06.96 Deferido Ofício nº P 97/96, da CCJR, solicitando a desapensação deste do PL. 4783/90.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

20.06.96 Redistribuido ao relator, Dep. REGIS DE OLIVEIRA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

26.06.96 Aprovado unanimemente o parecer ora reformulado, do relator, Dep. REGIS DE OLIVEIRA, pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, deste e das emendas de Plenário nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, com substitutivo e contrário a emenda nº 09.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

01.07.96 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e das emendas oferecidas em Plenário; no mérito, pela aprovação, com substitutivo, das emendas de nºs 1 a 8 e rejeição da de nº 9.
(PL 4.716-B/94).

PLENÁRIO

02.07.96 Discussão em Turno Único.
Adiada a discussão, de Ofício.

5
CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 4 ABR 1997 - 014475

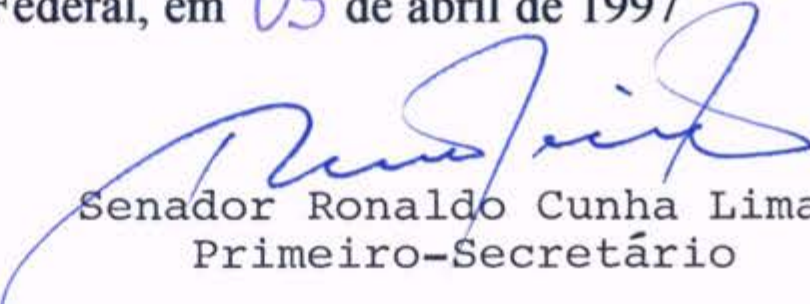
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PROTÓTIPO GERAL

Ofício nº 304 (SF)

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que, aprovado sem alterações pelo Senado Federal, em revisão, foi encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para os fins constantes do art. 66 da Constituição Federal, o Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1996 (PL nº 4.716, de 1994, nessa Casa), que "define os crimes de tortura e dá outras providências".


Senado Federal, em 03 de abril de 1997


Senador Ronaldo Cunha Lima
Primeiro-Secretário

SECRETARIA SECRETARIA

Em, 07, 04, 1997.

De ordem, ao senhor Secretário-Geral da Mesa para as devidas providências.


Diogo Alves de Abreu Júnior
Chefe do Gabinete

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ubiratan Aguiar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
rfr/.

ARQUIVE-SE

Em 09/04/97


Secretário-Geral da Mesa

Lote: 72 Caixa: 225
PL N° 4716/1994
137

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Recebido	
Órgão	19 Secreta N.º
Data:	08-09-97 Hora: 8:50
Ass.:	Ponto: 1418

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 9 ABR 19 12 015219

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

Ofício nº 312 (SF)

S
14/04

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, para os devidos fins, o incluso autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1996 (PL nº 4.716, de 1994, nessa Casa), sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que "define os crimes de tortura e dá outras providências".

Senado Federal, em 09 de abril de 1997

Senador Carlos Patrocínio
Primeiro-Secretário, em exercício



A Sua Excelência o Senhor
Deputado Ubiratan Aguiar
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados
vpl/.

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 14/04/1997

De ordem, ao senhor Secretário-Geral da Mesa para as devidas providências.

Diogo Alves de Azevedo Júnior
Chefe do Gabinete

Sancionado
7.4.97

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

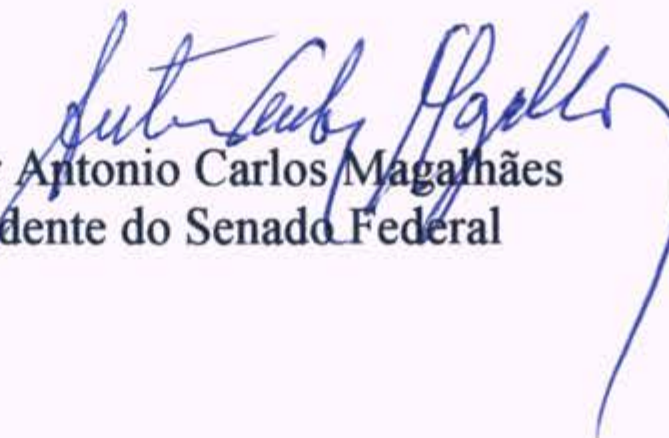
§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Senado Federal, em 03 de abril de 1997


Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Aviso nº 457 - SUPAR/C. Civil.

Brasília, 7 de abril de 1997.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei nº 48, de 1996 (nº 4.716/94 na Câmara dos Deputados), que se converteu na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.

Atenciosamente,



CLOVIS DE BARROS CARVALHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

A Sua Excelência o Senhor
Senador RONALDO CUNHA LIMA
Primeiro Secretário do Senado Federal
BRÁSÍLIA-DF.

Mensagem nº 393

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 66 da Constituição Federal, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que "Define os crimes de tortura e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997.

Brasília, 7 de abril de 1997.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "F. Collor", is written below the date. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'F' and a stylized 'C'.

LEI Nº 9.455 , DE 7 DE ABRIL DE 1997.

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

Fl. 2 da Lei nº 9.455, de 7.4.97

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasília, 7 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

A handwritten signature in dark ink, consisting of a large, stylized initial 'F' followed by a surname that appears to be 'Mendes'.

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º. Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º. Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4°. Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5°. A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6°. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7°. O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2°, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2°. O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°. Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 10 de julho de 1996.



LEI Nº 9.455, DE 7 DE ABRIL DE 1997

Define os crimes de tortura e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

Art. 1º Constitui crime de tortura:

I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:

a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;

b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;

c) em razão de discriminação racial ou religiosa;

II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

§ 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

§ 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

§ 3º Se resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, a pena é de reclusão de quatro a dez anos; se resulta morte, a reclusão é de oito a dezesseis anos.

§ 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço:

I - se o crime é cometido por agente público;

II - se o crime é cometido contra criança, gestante, deficiente e adolescente;

III - se o crime é cometido mediante seqüestro.

§ 5º A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada.

§ 6º O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

§ 7º O condenado por crime previsto nesta Lei, salvo a hipótese do § 2º, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se ainda quando o crime não tenha sido cometido em território nacional, sendo a vítima brasileira ou encontrando-se o agente em local sob jurisdição brasileira.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 233 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Brasília, 7 de abril de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Nelson A. Jobim

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 2.193, DE 7 DE ABRIL DE 1997

Dispõe sobre o remanejamento dos cargos em comissão que menciona e altera dispositivos do Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, que aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I a este Decreto, os seguintes cargos em comissão:

I - do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado para o Ministério da Justiça, um DAS 101.4, um DAS 102.4, um DAS 101.3 e dois DAS 101.2, oriundos da extinção de órgãos da Administração Pública Federal;

II - do Ministério da Justiça para o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, um DAS 101.2.

Art. 2º Os arts. 2º, 8º e 9º do Anexo I ao Decreto nº 1.796, de 24 de janeiro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

III -

a) Secretaria Nacional dos Direitos Humanos:

"Art. 8º À Secretaria Nacional dos Direitos Humanos compete:

X - coordenar, gerenciar e acompanhar a execução do Programa Nacional de Direitos Humanos-PNDH, dando coerência às políticas setoriais das diversas áreas governamentais em matéria de direitos humanos e cidadania, em articulação com a sociedade civil;

XI - promover interface e cooperação com os Organismos Internacionais, em matéria de direitos humanos;

XII - coordenar os Conselhos de Defesa de Direito da Pessoa, Nacional dos Direitos da Mulher, e o Núcleo de Acompanhamento do Programa Nacional de Direitos Humanos;

XIII - auxiliar o Ministro de Estado da Justiça nos assuntos relacionados às atividades de apoio à Comissão Especial Criada pela Lei nº 9.140, de 4 de dezembro 1995;

XIV - coordenar as atividades necessárias à concessão do Prêmio Direitos Humanos."

"Art. 9º

EXPEDIENTE



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIG Quadra 6, Lote 800. CEP 70604-900, Brasília-DF

Telefone: PABX (061) 313-9400

CGC/MF: 00394494/0016-12

ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA
Diretor-Geral

JOSÉ GERALDO GUERRA
Coordenador-Geral de Produção Industrial

DIÁRIO OFICIAL Seção 1

Órgão destinado à publicação de atos normativos

CATARINA ACIOLI DE FIGUEIREDO
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

CATARINA ACIOLI DE FIGUEIREDO
Editora

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias, no horário das 7h 30min às 16h. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais, no prazo de cinco dias úteis após a publicação.
Assinaturas: valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.
(Valores em R\$)

	Diário Oficial			Diário da Justiça		
	Seção 1	Seção 2	Seção 3	Seção 1	Seção 2	Seção 3
Imprensa Nacional						
Assinatura Semestral	118,48	37,17	111,51	139,39	281,10	113,83
ECT						
Porte (superfície)	56,78	29,04	51,48	56,78	104,28	51,48
Porte (aéreo)	149,16	73,92	149,16	149,16	271,92	149,16
PREÇO DO CENTÍMETRO PARA PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA R\$ 14,78						

	Diário Oficial			Diário da Justiça		
	Seção 1	Seção 2	Seção 3	Seção 1	Seção 2	Seção 3
Imprensa Nacional						
Assinatura Anual	236,96	74,34	223,02	278,78	562,20	227,66
ECT						
Porte (superfície)	113,56	58,08	102,96	113,56	208,56	102,96
Porte (aéreo)	298,32	147,84	298,32	298,32	543,84	298,32

INFORMAÇÕES

VENDA AVULSA (OBRAS E JORNAIS)		ASSINATURAS (OBRAS E JORNAIS)		PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS	
FAX	FONE	FAX	FONE	FAX	FONE
(061) 313-9678	(061) 313-9905	(061) 313-9610	(061) 313-9900	(061) 313-9540	(061) 313-9513